



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO – EAEC

ADRIANA FERNANDES SOUZA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DA
JUVENTUDE CAMPONESA: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNB**

Brasília/DF, novembro de 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ADRIANA FERNANDES SOUZA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DA
JUVENTUDE CAMPONESA: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA
RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Castagna Molina

Brasília – DF, novembro de 2019

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE
DA JUVENTUDE CAMPONESA: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES
DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNB
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

ADRIANA FERNANDES SOUZA

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Castagna Molina (UnB/
PPGE – FE)

Profa. Dra. Kátia Curado (PPGE – UnB-examinadora interna)

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas (UnB –
FUP- Suplente)

Profa. Dra. Caroline Siqueira Gomide (UnB/ PPGMADER – FE-
membro externo)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Fernandes Souza, Adriana

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DA
JUVENTUDE CAMPONESA: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNB / Adriana

Fernandes Souza; orientador Mônica Castgna
Molina. -- Brasília, 2019.

127 p.

1. Educação do Campo. 2. Residência Agrária jovem. 3.
Juventude Camponesa. 4. Núcleo Territorial. I. Castgna
Molina, Mônica , orient. II. Título.

Dedico à minha querida família: minha mãe Joana Fernandes de Souza, sem a qual eu jamais teria iniciado o meu caminhar acadêmico, às minhas filhas Raíssa, Aimê e Tiquinha, aos meus filhos Rauí e Roninho, às minhas irmãs Flora e Drica Gomes, aos meus irmãos Rogério e Sandro, minhas netas Eloísa, Inaê e Maria Sophia, netos Aruã, Apoê, Vitor e João, afilhadas Clarice, Sofia e Anne Sofia, sobrinha Lia, sobrinho Mateus, que são a razão da minha não desistência. Ao MST por ser o caminho da transformação, à Educação do Campo pela formação na totalidade, por fim, à querida guerreira, amiga e companheira educadora popular Ana Paula Sampaio Alves, Paulinha (*in memoriam*), que lutou bravamente na vida e pela vida, que tão jovem fez sua passagem em maio de 2019, nos deixando um legado de amor, força, alegria, consciência, determinação e resistência.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho de pesquisa foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou à pesquisadora ser beneficiada com o auxílio de bolsa por um período de 12 meses para ter condições objetivas de financiar e garantir o processo formativo e de pesquisas.

Nos meus agradecimentos destaco um trecho da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré: “caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não, nas escolas, nas ruas, campos, construções. [...] Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Para mim, não é só uma canção, mas uma linha política de vida, é um decreto para a ação.

Assim, imbuída de muita gratidão e respeito, manifesto meu reconhecimento por todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha formação humana e desta construção de produção do conhecimento:

Às lutadoras e lutadores, que incansavelmente lutaram e lutam pelo direito à terra, a uma vida digna e de qualidade para o povo camponês, pelo acesso a uma formação na totalidade com a Educação do Campo, pois só assim foi possível que eu realizasse até aqui o meu percurso acadêmico. Aproveito este espaço para agradecer aos jovens camponeses do Residência Agrária Jovem sujeitos desta pesquisa, às companheiras e companheiro de lutas Sylvaneide, Micaely e Adonilton, que participaram desde a construção do projeto de pesquisa.

Aos braços e abraços que me fortaleceram quando enfraqueci, me levantaram quando caí, me cuidaram quando adoeci, me socorreram quando precisei. E é isso que mantém a certeza de que somente coletivamente seguiremos firmes e resistiremos às adversidades. Nesses braços e abraços, incluo companheiras e companheiros do MST/DFE, em especial do Coletivo de Cultura, que me delegaram a tarefa de realizar a formação acadêmica, do Assentamento Pequeno Willian, minha comunidade, do Coletivo Terra em Cena - UnB/FUP, que possibilitou estarmos vinculadas aos projetos de extensão desenvolvidos nos territórios da Educação do Campo, mesmo quando não ingressa em algum curso na academia. À turma da Profa. Mônica Molina, que nos acolheu com tanto amor e

companheirismo, desde o desafio do ingresso no mestrado, destacando com muita gratidão Marcelo Fabiano e Maura dos Anjos, e à minha família de axé Ilê Asé Omin Yemanjá, que tem me possibilitado acessar aprendizados, fortalecido o meu cuidado espiritual e orientado o meu caminhar.

“Educação do Campo do povo agricultor precisa de uma enxada, de um lápis e de um trator. Precisa de educador pra tocar conhecimento, o maior ensinamento é a vida e seu valor. Dessa história somos os sujeitos, lutamos pela vida, pelo que é de direito, as nossas marcas se espalham pelo chão, a nossa escola, ela vem do coração”. É a música de Gilvan Santos, "Educação do Campo", que trago para reconhecer e agradecer a todas as educadoras e educadores do MST, que me inspiram como seres humanos e que, bem antes de eu mesma me encontrar, identificaram o meu perfil de militante artista/educadora, me delegaram tarefas e estrategicamente me inseriram no campo da arte/educação.

As educadoras e os educadores (não vou citar nomes para não correr o risco de deixar alguém de fora) da Licenciatura em Educação do Campo e Especialização em Residência Agrária UnB/ FUP, que foram imprescindíveis na minha formação como educadora e hoje são amigas e amigos presentes na minha vida. Estendo este reconhecimento às educadoras e educadores do Residência Agrária Jovem, que me possibilitaram inúmeros aprendizados com a participação na equipe de coordenação, com o trabalho junto aos jovens, experiências motivadoras desta pesquisa.

Aqui destaco uma antiga palavra africana, *Ubuntu*, com origem na língua zulu, pertencente ao grupo linguístico *bantu*, que traduz o meu profundo sentimento: “SOU O QUE SOU PORQUE SOMOS NÓS”, para reafirmar que este resultado só foi possível por eu não estar sozinha. Por isso, foram imprescindíveis as amigas guerreiras de luz Laís Mourão, Eliete Ávila, Carmem Lúcia, Christianne Freitas, Ana Elizabeth, Vânia Pimentel, Anna Isabel, Regina Coelly, Guacira e Osanete, a quem sou profundamente grata pelo apoio que foi fundamental para que eu seguisse a caminhada. Pela força empreendida na reta final com as orientações e suporte psicológico-emocional nas revisões, agradeço aos meus amigos e companheiros Rafael V. B., Felipe Canôva e as minhas queridas amigas companheiras Adriana Gomes, Wanessa Castro, Déborah Moema e Tállyta Abrantes.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. Com essa frase de Paulo Freire faço meus agradecimentos às professoras da Pós-Graduação em Educação da FE da UnB, que se fizeram presentes nesse percurso formativo no qual tive o privilégio de fazer disciplinas com mulheres, as professoras doutoras Kátia Curado, Maria Abádia da Silva, Girlene Ribeiro de Jesus e Mônica Castagna Molina. Um fortalecimento para o meu ser mulher, um misto de amorosidade e firmeza, determinação e compromisso. Ao professor Dr. José Geraldo Sousa Júnior, da Faculdade de Direito da UnB, com a abertura do campo jurídico em minha formação, serenidade, perseverança, militância e simplicidade. À Profa. Dra. Marlene Teixeira, do Serviço Social, o vivenciar das perspectivas feministas na academia.

Às avaliadoras deste trabalho, com profundo respeito e admiração: Profa. Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, sensibilidade revolucionária e militante, que se dispôs a contribuir nas bancas de qualificação e final; educadora Profa. Dra. Eliene Novaes Rocha, companheira imprescindível na experiência construída e vivenciada coletivamente, que esteve na coordenação do Residência Agrária Jovem - UnB, e avaliadora na banca de qualificação; Profa. Dra. Caroline Siqueira Gomide, cuja contribuição na banca final foi fundamental.

Por fim, o grande desafio de encontrar palavras que sejam capazes de traduzir os sentimentos à minha orientadora, Profa. Dra. Mônica Castagna Molina, por ser mais que educadora nas nossas vidas, uma companheira, amiga, lutadora incansável da Educação do Campo, que acredita na transformação social dos povos do campo a partir de uma educação vinculada com a vida dos sujeitos, e, apesar das adversidades, seguiu firme para que, juntas, chegássemos à finalização deste percurso.

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexistente validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não foi aprendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz. Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo explicitar as experiências do RAJ, Programa Residência Agrária Jovem - UnB (2015-2017), projeto intitulado “Educação do Campo e Juventude Rural: formação profissional e social a partir das matrizes formativas, associativas, cooperativas, artísticas, culturais e da comunicação no campo”, sendo a Faculdade da Universidade de Brasília em Planaltina (FUP) a proponente. O curso foi realizado em parceria com movimentos sociais do campo do Distrito Federal e Entorno, e organizações das comunidades tradicionais do território quilombola Kalunga de Cavalcante/GO, para atender ao seu público, jovens entre 15 e 29 anos que estavam cursando ou já houvessem concluído o Ensino Médio. A formação ocorreu nos tempos formativos da Pedagogia da Alternância (Tempo Universidade e Tempo Comunidade), em que se articula teoria e prática, apresentando a importância dos espaços formativos para além da sala de aula, inserida na realidade dos sujeitos, em suas comunidades e em seus territórios, possibilitando a atuação da universidade como mediadora das ações protagonizadas pelos jovens por meio dos projetos de intervenções no campo cultural, político e social. O *locus* da pesquisa foi o Núcleo Territorial de Planaltina, e os três sujeitos participantes são de duas áreas de Reforma Agrária, que seguem o percurso formativo graduando-se na Licenciatura em Educação do Campo. Expomos reflexões sobre as práticas pedagógicas utilizadas com base nos processos formativos da Educação do Campo, que visam a uma formação humana em amplas dimensões e que contribuíram com o fortalecimento das identidades da juventude camponesa. A abordagem utilizada é a teoria do conhecimento do materialismo histórico dialético, pela diversidade de ações promovidas. Foram utilizadas as técnicas do método qualitativo, como entrevistas semiestruturadas, roda de conversa, análises documentais e das falas dos jovens. Para fazer este registro e compreender a complexidade das dimensões formativas e educativas, são apresentadas algumas ações formativas para a juventude camponesa que antecederam o RAJ no Distrito Federal e Entorno, como a Especialização em Residência Agrária. A construção e implementação do Residência Agrária Jovem foi conduzida coletivamente com o protagonismo dos sujeitos em formação. Como referencial teórico, ancoramo-nos em Molina (2012), Caldart (2010), Fernandes (2008), Molina e Sá (2011), Pistrak (2009), Vásquez (2007), entre outros.

Palavras-chave: Educação do Campo. Residência Agrária Jovem. Núcleos Territoriais. Protagonismo da Juventude Camponesa.

ABSTRACT

This research aims to explain the experiences of the Young Agrarian Residence Program - UnB (2015 - 2017), project entitled: "Education of the Countryside and Rural Youth: professional and social formation from the formative, associative, cooperative, artistic-cultural matrices and communication in the field ", affectionately called RAJ, being the Faculty of the University of Brasília in Planaltina - FUP proposing, the course was carried out in partnership with social movements from the countryside of the Federal District and Surroundings, and organizations from the traditional communities of the quilombola territory (Kalunga) from Cavalcante/GO, to serve its audience, young people between 15 and 29 years old who were studying or had already completed high school. The training took place in the formative times of Pedagogy in Alternation, University Time and Community Time, in which it articulates theory and practice, presenting the importance of formative spaces, beyond the classroom, inserted in the reality of the subjects, in their communities and in their territories, making it possible for the university to act as a mediator of actions carried out by young people, through intervention projects in the cultural, political and social fields. The locus of the research took place in the Territorial Nucleus of Planaltina. And the three participating subjects are from two areas of Agrarian Reform, who follow the formative path by graduating from the Rural Education Degree. We expose reflections on the pedagogical practices used, based on the formative processes of Rural Education that aim at a broad human formation, and that contributed to the strengthening of the identities of the peasant youth. The approach used is the theory of knowledge of historical dialectical materialism, due to the diversity of actions promoted. The techniques of the qualitative method were used, such as semi-structured interviews, conversation circles, documentary analyzes and the speeches of the young people. In order to make this record and understand the complexity of the formative and educational dimensions, some training actions are presented for peasant youth that preceded the RAJ in the Federal District and Surroundings, the Residência Agrária Especialização. The construction and implementation of the Youth Residency conducted collectively with the protagonism of the subjects in training. As a theoretical reference we are anchored in: Molina (2012), Caldart (2010), Fernandes (2008), Molina and Sá (2011), Pistrak (2009) Vásquez (2007) among others.

Keywords: Rural Education. Young agrarian residence. Territorial nuclei. Youth protagonism. Peasant.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DF	Distrito Federal
DFE	Distrito Federal e Entorno
EdoC	Educação do Campo
FUP	Faculdade Universidade de Brasília em Planaltina
GO	Goiás
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
NT	Núcleo Territorial
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RAJ	Residência Agrária Jovem
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
UnB	Universidade de Brasília
UNILAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

FIGURAS

FIGURA 1: Comunidades rurais que integram os Núcleos Territoriais envolvidos nas ações do RAJ	25
FIGURA 2: Distribuição dos jovens por NT	26
FIGURA 3: Núcleo Territorial Planaltina	27
FIGURA 4: Encontro Itinerante I - NT Kalunga, Cavalcante/GO	55
FIGURA 5: 1ª Reunião sobre a construção da associação do Acampamento 8 de Março	57
FIGURA 6: Oficina de Cineclubismo Popular - NT Planaltina	58
FIGURA 7: Cineclube do RAJ no Assentamento Pequeno Willian.....	59
FIGURA 8: Jovem Sylvaneide convidando a comunidade para o Cineclube	60
FIGURA 9: Preparação do Encontro Itinerante II - NT Planaltina	62
FIGURA 10: Formação em audiovisual na FUP com o NT Planaltina	63
FIGURA 11: Jovem fazendo registros em atividade do NT Planaltina	64
FIGURA 12: Juventude camponesa do NT Planaltina/DF	75
FIGURA 13: Seminário Conexões I socialização dos painéis	76
FIGURA 14: Encontro Itinerante II - mística de abertura NT Planaltina	77
FIGURA 15: Seminário Juventude e questão agrária socialização dos jovens	78
FIGURA 16: Momento da pausa cultural - intervalo na atividade	79
FIGURA 17: RAJ no Acampamento 8 de Março criação da associação	80
FIGURA 18: Mutirão de limpeza pelos jovens do Assentamento Pequeno Willian	81
FIGURA 19: Oficina de acompanhamento e monitoramento NT Planaltina	82
FIGURA 20: Mística de atividade no acampamento 8 de Março	83
FIGURA 21: Biblioteca itinerante do NT Planaltina	84
FIGURA 22: Atividade em acampamento do NT Planaltina	86
FIGURA 23: Troca de experiências entre RAJs (UnB e UFMG)	87
FIGURA 24: Participação da comunidade nas cirandas do RAJ	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA: AS ORIGENS DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM	31
1.1 As matrizes formativas da Educação do Campo e a luta pela construção de políticas públicas específicas aos sujeitos do campo	31
1.2 As políticas públicas que originaram o Residência Agrária Jovem	40
1.3 Os desafios à garantia de direitos da juventude camponesa	44
CAPÍTULO 2 – A EXPERIÊNCIA DA REALIZAÇÃO DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNB E A MATERIALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS TERRITORIAIS	49
2.1. Breve histórico processo de construção do Residência Agrária Jovem UnB	49
2.2 Os principais elementos do Projeto Político Pedagógico do Residência Agrária Jovem - UnB	53
2.3 A materialização da ideia dos Núcleos Territoriais nas comunidades rurais integrantes do Residência Agrária Jovem - UnB	65
CAPÍTULO 3 – NÚCLEO TERRITORIAL PLANALTINA: AS AÇÕES DO PROGRAMA NAS COMUNIDADES E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DA JUVENTUDE CAMPONESA	67
3.1 Contextualização do Núcleo Territorial de Planaltina	67
3.1.2 Acampamento 8 de Março	70
3.1.3 Assentamento Pequeno Willian	71
3.2 As intervenções dos jovens pesquisados nas comunidades rurais do Núcleo Territorial de Planaltina	75
3.3 As estratégias formativas do Residência Agrária Jovem e as práticas pedagógicas que contribuem com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	
ANEXO I – Termo de Consentimento Livre Esclarecido 1	108
ANEXO II – Termo de Consentimento Livre Esclarecido 2	109
ANEXO III – Termo de Consentimento Livre Esclarecido 3	110
ANEXO IV – Projeto de Intervenção no Assentamento Pequeno Willian	111

ANEXO V – Projeto de Intervenção Acampamento 8 de Março	114
---	-----

INTRODUÇÃO

Sistematizamos as experiências formativas desenvolvidas com as práticas pedagógicas da Educação do Campo utilizadas no curso Residência Agrária Jovem - UnB. Esta dissertação tem por título “Práticas pedagógicas e fortalecimento da identidade da juventude camponesa: reflexões sobre as contribuições do Programa Residência Agrária Jovem-UnB”. É importante destacar que esta pesquisa é o segundo trabalho acadêmico a partir da experiência do Residência Agrária Jovem.

As problematizações que geraram este trabalho de pesquisa surgiram a partir do percurso formativo da pesquisadora, que será devidamente apresentado juntamente com sua atuação na equipe de coordenação do curso, tendo levantado a seguinte questão: as práticas pedagógicas da Educação do Campo contribuem com o fortalecimento das identidades da juventude camponesa?

O conceito de Residência adotado pelo Programa Residência Agrária, segundo Molina (2009), resulta da “articulação das diferentes dimensões formativas contidas no âmbito da Educação do Campo, como: a Questão Agrária, Reforma Agrária, Desenvolvimento Rural, Matriz Tecnológica e Soberania Alimentar”. São estratégias pensadas para a formação de profissionais que contribuam com as melhorias do desenvolvimento rural, com o principal método de inserção, a permanência dos sujeitos em formação nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária e da Agricultura familiar.

A experiência da Faculdade UnB Planaltina (FUP) com a oferta do Programa Residência Agrária Jovem (2015-2017) intitulou-se “Educação do Campo e Juventude Rural: formação profissional e social a partir das matrizes formativas, associativas, cooperativas, artístico-culturais e da comunicação no campo”, com o objetivo de capacitar e formar profissionalmente jovens rurais estudantes do Ensino Médio e/ou que já o tivessem concluído.

Os objetivos do Programa são desenvolver competências, capacidade profissional para mobilizar, articular, colocar em ação valores, conhecimentos, habilidades necessárias ao melhor desempenho de sua atuação social nas áreas do associativismo e do cooperativismo. Tais objetivos devem ser alcançados considerando as dimensões produtivas, artísticas, culturais e educativas para uma melhor intervenção da juventude na realidade da comunidade e/ou do território.

Participaram do projeto cinquenta jovens, entre 15 e 29 anos de idade, pertencentes a vinte e duas comunidades localizadas nas Comunidades Tradicionais

no Território Quilombola em Cavalcante/GO, assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária em áreas do estado de Goiás (nos municípios de Planaltina, Virgilândia, Formosa, Padre Bernardo e Luziânia) e do Distrito Federal (nas regiões administrativas de Planaltina e Brazlândia). A composição dessas comunidades selecionadas está representada no Quadro 1 - Comunidades Rurais que integram os Núcleos Territoriais envolvidos nas ações do RAJ.

Diversos movimentos sociais do campo do Distrito Federal e do Entorno, e organizações das comunidades tradicionais do Território Quilombola foram convidados a participar do processo de construção do Residência Agrária Jovem da UnB (RAJ-UnB). Os que efetivamente assumiram a construção e execução do projeto em parceria com a UnB foram os seguintes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Sindicato e representantes das Comunidades Tradicionais do Território Quilombola e Associação Quilombo Kalunga de Cavalcante (AQK).

Além da forte articulação com os movimentos sociais e sindicais no RAJ-UnB, também estiveram presentes na construção do projeto os seguintes parceiros: representante da coordenação da Especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília, professores da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da mesma universidade e representação da coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes - Seção Brasília.

Histórico de formação da pesquisadora e motivações desta investigação: a materialidade da Educação do Campo

É imprescindível apresentarmos o percurso formativo vivenciado pela pesquisadora realizando essa abordagem em primeira pessoa, destacando sua subjetividade e historicidade.

Integro o movimento social camponês, o MST do Distrito Federal e Entorno (MST/ DFE), onde temos a educação de qualidade para a população camponesa como bandeira central de luta, e com base nessa história pude chegar até aqui nesta pesquisa de mestrado.

Nasci em Goiânia/GO em 1969. Parei de estudar em 1984, quando concluí o ginásio (atual Ensino Fundamental). Em 1997 já estava com minha família

constituída e com dois filhos pequenos. Trabalhava na Capital Federal como diarista¹ e tive a oportunidade de ver a marcha do MST chegando a Brasília. Procurei saber quem era aquele povo, logo me identifiquei com os objetivos reivindicatórios dos marchantes e tive a chance de conhecer o movimento e participar de reuniões e encontros durante o ano de 1998.

Somente em 1999 integrei a luta pela terra, acampando no noroeste mineiro na região de Arinos, pois a abrangência do MST/DFE envolve áreas em três estados: no nordeste goiano, no noroeste mineiro e no Distrito Federal. Estimulada pela linha política do MST, que incentiva o povo a estudar, fui alcançada pelo desejo de retomar a minha formação escolar e, então, concluí o Ensino Médio no ano 2000.

O INCRA² em 2002 assentou algumas famílias em parcelas disponibilizadas em alguns assentamentos na região do noroeste mineiro. De acordo com as vagas, eu e minha família fomos assentadas em Buritis/MG, local onde morei até início de 2006, ocasião do rompimento com o meu ex-cônjuge. Essa nova condição me impulsionou a seguir lutando. Naquele mesmo ano, voltei à condição de acampada no DF como consequência da resistência na luta pela terra, tendo sido assentada em 2013 no assentamento da Reforma Agrária Pequeno Willian em Planaltina/DF. No assentamento, o parâmetro para o desenvolvimento é a produção orgânica e as práticas agroecológicas.

A parcela (chácara) destinada ao meu núcleo familiar, por um propósito de vida que eu almejava, foi coletivizada e hoje o espaço acolhe mulheres negras militantes e estudantes com suas famílias. Juntas, seguimos construindo coletivamente um espaço de cultura e pesquisas com práticas agroecológicas. Pelas ações formativas promovidas, esse nosso espaço é conhecido por “Comuna Panteras Negras”.

Minha formação como educadora popular inicia-se com a participação nos acampamentos, vinculada às rodas de leitura, saraus de poesia, produção de

¹ Forma autônoma de trabalho que presta serviços por dia (com faxinas, passar roupas e outros serviços domésticos), sem vínculo empregatício e esporádico. Uma pessoa diarista não tem carteira assinada e nenhum direito trabalhista.

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110, a partir da fusão do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Disponível em: www.incra.gov.br.

artesanato com fibras vegetais, organização de encontros, feiras, resgate das culturas tradicionais, e se consolida a partir de 2003, quando me inseri no Coletivo de Cultura do MST/DFE, inserção que possibilitou o meu acesso à linguagem teatral e a fazer parte do grupo de Agitação e Propaganda “Semeadores”.

Em 2007, como tarefa do Coletivo de Cultura, fui indicada para fazer o vestibular e ingressei na primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (LEdoC-UnB), com habilitação na área de Linguagens, mas, por questões de saúde, concluí a graduação com a segunda turma, nomeada “Andréia Pereira dos Santos”, em homenagem a uma jovem educadora do MST/DFE que falecera por complicações decorrentes do parto do seu terceiro filho e do atendimento precário da rede pública de saúde no DF.

Durante o processo formativo acadêmico inicial na LEdoC, fiz parte do Programa de Iniciação Científica (PROIC) e fui bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que possibilitou a minha permanência na faculdade pela participação no desenvolvimento de pesquisas e trabalhos com a linguagem teatral, com os saberes camponeses. Pude acessar as práticas culturais formativas com outras educadoras e educadores em formação, realizadas principalmente com os jovens das Comunidades Tradicionais em Cavalcante, Planaltina, Água Fria, Virgilândia, Formosa, do estado de Goiás, e nas áreas de Reforma Agrária em Planaltina/DF.

Ressalto a importância em minha trajetória formativa dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no caso específico da Educação do Campo, que possibilitaram a minha inserção efetiva em ricos processos de formação junto a uma diversidade de comunidades camponesas, tradicionais e de territórios rurais. Iniciei um processo imprescindível de apropriação do conhecimento, no qual foram desenvolvidas pesquisas que objetivaram contribuir com a formação do pesquisador para construir junto com a coletividade, ou seja, na comunidade e/ou território, a partir de análises críticas. E como materialidade de todo este princípio formativo, propor ações que apontem para a resolução das demandas ou questões identificadas.

O desafio é implantar unidades demonstrativas e/ou realizar intervenções que apontem caminhos concretos para as comunidades, possibilitando a elaboração de novos conhecimentos decorrentes das experiências vivenciadas, sendo esse o exercício concreto do tripé da educação superior em ações integradas: ensino,

pesquisa e extensão. Além disso, formar profissionais vinculados à vida e às especificidades das demandas sociais, culturais e ambientais do povo camponês. É a Educação do Campo cumprindo o cerne do seu fundamento, formando sujeitos.

Durante a graduação na LEdoC, participei do Projeto de Extensão UnB-FUP com a linguagem teatral do Coletivo Terra em Cena, desde sua criação em 2010, um coletivo de formadores de multiplicadores, cujo objetivo central é promover ensino com interface da área de Educação e Linguagens na área de Ciências Sociais. Promovendo processos de múltiplos letramentos, extensão e pesquisas nos territórios de abrangência formativa da LEdoC. Contribuí na coordenação por um período e estou inserida até o momento.

O Coletivo Terra em Cena surge em 2010 como um projeto de extensão da LEdoC e hoje atua como um programa de extensão da FUP. Promove, na prática, uma articulação dos educadores e educadoras, educandas e educandos como multiplicadores e formadores que atuam diretamente na formação de coletivos de teatro e audiovisual nas comunidades dos territórios de abrangência da Educação do Campo e no meio urbano também.

O Coletivo promoveu ações articuladas entre as dimensões do ensino, extensão e pesquisa. No âmbito do audiovisual, organizou quatro mostras Terra em Cena na Tela, produziu cinco documentários, articulando diversos temas da realidade, como universidade e questão agrária, racismo, feminismo, campesinato e luta de classes, juventude e outros assuntos da conjuntura atual.

Nós, integrantes do Terra em Cena, atuamos em várias dimensões formativas, desde o planejamento e organização das atividades, coordenando oficinas e processos de montagens das peças. Nossa composição inclui professores universitários da UnB, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da rede pública de ensino do DF, estudantes da Licenciatura e da Pós-Graduação em Educação do Campo da UnB e da UFPI - Campus de Bom Jesus, militantes e ativistas culturais de movimentos sociais do campo e da cidade.

O Terra em Cena se configura como programa de extensão da UnB com projetos de extensão articulados na UnB e na UFPI, atua como coletivo de teatro da FUP e como grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos do CNPq. Um dos projetos em andamento é a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do DF (ETPVP-DF), que integra a Rede de Escolas de Teatro e Vídeo Político e Popular Nuestra América.

A ETPVP-DF é uma ação que integra a Rede Internacional Teatro e Sociedade, surgiu em agosto de 2017 como um projeto de extensão ligado à FUP, proposto pelo Coletivo Terra em Cena em parceria com MST, Levante Popular da Juventude e o Coletivo de Cinema da Ceilândia (CEICINE). As atividades são voltadas para militantes de movimentos sociais e culturais, urbanos e do campo, bem como professores da rede pública, grupos e coletivos de cultura, membros de associações comunitárias e sindicais de diversas localidades do DF e Entorno.

Outra oportunidade formativa de grande relevância foi o Projeto de Extensão para as educadoras e educadores em formação da LEdoC, intitulado “Formação de educadores do campo para o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)³, análise, produção audiovisual e trabalho com a juventude rural no Centro-Oeste, 2012-2013”, coordenado pelo Coletivo Terra em Cena.

Nesse projeto foram imprescindíveis a aproximação do professor Felipe Canôva e o apoio dos professores Marcelo Bizerril, Raquel Imanishi, dos documentaristas Webson Alencar Dias e Adriana Gomes, e teve como resultado a produção de cinco documentários. Um deles foi produzido por mim e pela Adriana Gomes, egressa da LEdoC também e Mestre em Educação. Foi uma extraordinária experiência, momento em que tive pela primeira vez a oportunidade de apropriação das técnicas de filmagem, produção e edição de minidocumentários.

A riqueza do material de audiovisual produzido por nós gerou subsídios para a pesquisa de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na LEdoC, intitulado “Brigada de Agitação e Propaganda Semeadores (2003 -2013): análise do processo de lutas e formação por meio do trabalho com a linguagem teatral”, orientado pelo professor Rafael Litvin Villas Bôas.

Não foi somente o meu trabalho de conclusão de curso que teve um desdobramento a partir da nossa formação no grupo Terra em Cena. Destaco também os diversos trabalhos de sistematização de pesquisas promovidas pelos integrantes do Coletivo Terra em Cena, considerando monografias de graduação e de especialização, as dissertações de mestrado, as teses de doutorado e as pesquisas de pós-graduação⁴. São resultados importantes da criação do grupo de

³ Experiência ricamente descrita na tese do Prof. Dr. Felipe Canôva (UnB/Faculdade de Comunicação - 2019): "Educomunicação, Audiovisual e Educação do Campo".

⁴ Mais informações estão disponíveis no *blog* do Terra em Cena: <http://terraemcena.blogspot.com>.

pesquisa em 2016, que está cadastrado em diretório do CNPq denominado “Terra em Cena: teatro, audiovisual na Educação do Campo”.

Pondero que esse coletivo atua em quatro linhas de pesquisas: Arte, política e ideologia; Documentário, questão agrária e Educação do Campo; Formas e movimento do teatro político; Teatro como prática pedagógica na Educação do Campo⁵.

Cabe salientar que, no ano de 2019, dois pesquisadores do Coletivo Terra em Cena e influenciadores desta pesquisadora, Felipe Canôva e Adriana Gomes, se destacaram com a realização de pesquisas estratégicas e ambos foram importantes formadores colaboradores da juventude camponesa do Residência Agrária Jovem - UnB.

A linguagem teatral foi apropriada por mim como um grande desafio de utilizá-la não somente como disciplina e conteúdo, mas também como prática pedagógica para desenvolver e trabalhar conteúdos, especialmente na minha experiência docente, quando fui professora voluntária no curso de Tecnologia em Agroecologia, com a disciplina de Sociologia Rural em 2017, no Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina.

Rica e estrategicamente essencial foi a minha formação continuada, também como educanda, no curso de Especialização do Programa Residência Agrária⁶ do PRONERA⁷, de 2013 a 2015, na FUP, intitulado “Matrizes produtivas da vida no

⁵ Idem.

⁶ Os cursos do Programa Residência Agrária são resultados da parceria firmada entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do PRONERA e CNPq que resultou na contratação de 36 projetos, voltados à formação de 1.600 estudantes de 28 universidades em todo o país. Residência Agrária é uma pós-graduação *Latu Sensu*, voltada para assentados da Reforma Agrária, técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que tenham feito estágio e pesquisa em assentamentos. Disponível em: www.incra.gov.br.

⁷ PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nasceu em 1998 a partir das demandas dos movimentos sociais e sindicais do campo, pelo direito à educação de qualidade no campo. Sua atuação se dá por meio de parcerias entre o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (Incra) e instituições públicas de ensino ou instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos, além de governos estaduais e municipais com o apoio de entidades representativas do público da agricultura camponesa e familiar. Nos 20 anos de existência, em abril de 2018, o Incra informou que 186.734 beneficiários atendidos nas modalidades Educação Jovem e Adulto (EJA), ensino médio técnico (técnico em: administração de cooperativas, enfermagem, em saúde comunitária, e comunicação), superior e pós – graduação em mais de mil municípios do país distribuídos por 499 cursos, em parceria com 94 instituições de ensino. Duas cooperações importantes foram firmadas ao longo desses anos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que resultaram em 40 cursos de especialização pelo projeto Residência Agrária, além de 1.547 jovens beneficiados pela parceria Incra/CNPq e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) por meio de 34 projetos Residência Agrária Jovem. Disponível em: www.incra.gov.br>noticias>pronera_campo.

campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura, com ênfase em organização social”. O curso propôs e executou um percurso formativo articulado em três eixos: Formação, Cooperação e Pesquisa; Agroecologia e Desenvolvimento dos Assentamentos; Cultura, Arte e Comunicação.

Essa especialização realizou os processos formativos em cinco etapas denominadas Tempo Universidade, intercaladas com etapas de Tempo Comunidade, possibilitando que os especialistas em formação desenvolvessem e implantassem projetos de intervenção, unidades demonstrativas nos vários Núcleos Territoriais (NT)⁸. Mostrou-se uma excelente oportunidade formativa, estruturada como processo de continuidade da Educação do Campo para as educadoras e educadores egressos da LEdoC, bem como aos profissionais que trabalhavam com assistência técnica nas comunidades camponesas.

A divisão por território na Especialização buscou referência na LEdoC-FUP, atendendo áreas da Reforma Agrária de assentamentos e acampamentos do Distrito Federal, noroeste mineiro, nordeste goiano e das Comunidades Tradicionais do Território Quilombola dos Kalunga em Cavalcante/GO. A composição da turma teve educandos oriundos da região Centro-Oeste, que formaram seis Núcleos Territoriais: NT Planaltina, no qual estou inserida desde a minha graduação; NT DF/MG; NT DF Sul; NT Mato Grosso do Sul; NT Mato Grosso/Sinop e NT Nordeste Goiano.

Como requisito para conclusão da especialização, produzi o TCC “Mulheres da Reforma Agrária do Assentamento Pequeno Willian: as suas práticas agroecológicas no fortalecimento da autossustentação”, sob a orientação do professor Dr. Marco Antonio Baratto Ribeiro da Silva, que fomentou várias pesquisas naquela comunidade, as quais abordaram as práticas agroecológicas do assentamento promovidas pelas mulheres, catalogação, manejo de plantas medicinais e as formas de utilização, o extrativismo consciente do cerrado e artesanatos com fibras vegetais para autonomia financeira das mulheres.

Em decorrência de minha formação como integrante do Coletivo Terra em Cena, fui convidada a me inserir na equipe de Coordenação Político Pedagógica (CPP) do curso Residência Agrária Jovem - UnB. Na equipe, desenvolvi diversas

⁸ Denominamos Núcleos Territoriais (NTs), a reorganização do território de abrangência da Licenciatura em Educação do Campo realizada pelo Programa Residência Agrária Especialização, com o objetivo de assegurar uma microlocalização territorial dentro de um território maior, de forma a assegurar projetos mais específicos e acordo com as identidades dos sujeitos presentes neste território (PPP/ RAJ, 2014).

tarefas, entre as quais: formadora com as técnicas do Teatro do Oprimido, com as práticas agroecológicas, na equipe de formação de audiovisual; monitora nas oficinas de escrita dos jovens em formação, residentes do Núcleo Territorial de Planaltina, acompanhamento nas ações promovidas por eles, assim como a sua inserção nas comunidades de origem.

A riqueza e amplitude dessa experiência formativa junto à juventude camponesa do DF e Entorno desafiou-me a promover sua sistematização, tendo em vista que o primeiro registro dessa experiência foi também realizado por um membro da equipe de coordenação do RAJ⁹, buscando garantir as contribuições que dela advêm para a continuidade do acúmulo das práticas pedagógicas da Educação do Campo na formação dos sujeitos do campo em nosso país, tendo como resultado a pesquisa da minha dissertação.

Conforme Caldart:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação, desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257).

Educação do Campo e compreensão das políticas públicas geradas a partir das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais que a conduzem são noções estruturantes deste trabalho e a compreensão que tenho de ambos será explicitada no tópico referente ao referencial teórico deste projeto.

As lutas dos movimentos sociais por educação e escola do/no campo que atenda a todos os níveis de formação para os jovens, adultos e crianças fazem parte do contexto amplo das lutas por acesso aos direitos dos povos camponeses, já que o Estado garante para o campo, no âmbito do direito à educação escolar, somente o acesso aos anos iniciais e, mesmo assim, de maneira precária e irregular.

⁹ O primeiro trabalho acadêmico que registra as experiências formativas sobre o Residência Agrária Jovem - UnB é da pesquisadora Raimunda de Oliveira Silva, (2019): "Jovens do campo: um estudo sobre a constituição do sujeito político a partir do RAJ".

De acordo com Molina *et al.* (2009), a relação de matrículas no meio rural entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental estabelece que, “para duas vagas nos anos iniciais, existe uma nos anos finais. Esse mesmo raciocínio pode ser feito com relação aos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, com seis vagas nos anos finais correspondendo a apenas uma vaga no Ensino médio”.

As autoras afirmam que “tal desproporção na distribuição percentual das matrículas revela um afunilamento na oferta educacional do meio rural, dificultando o progresso escolar daqueles alunos que almejam continuar os seus estudos em escolas localizadas nesse território”. Neste contexto, os jovens, para dar continuidade à sua formação, precisam ir para a cidade, enfrentando a distância do deslocamento, a precariedade do transporte e, em muitos casos, as famílias acabam abandonando o campo para viabilizar a continuidade dos estudos dos jovens e adolescentes.

Em oposição a essa precária situação, os movimentos sociais do campo realizam ações estratégicas, que incluem as articulações das bandeiras de lutas, como a democratização da terra, o reconhecimento da cultura dos povos do campo¹⁰ e a consolidação da Reforma Agrária Popular¹¹, que é um eixo mobilizador da juventude camponesa, que se organiza para debater sobretudo o seu papel no processo de continuidades das lutas de massa pela terra, na elevação do nível de conhecimentos e da consciência de classe.

A partir dessas questões, os jovens do campo estão engajados na luta pelo direito à educação e principalmente por uma educação que não os desterritorialize de seus territórios originários e que esteja vinculada à sua realidade.

As demandas apresentadas por essa juventude organizada nos movimentos sociais do campo revelam muito como esses jovens se percebem. Se, por um lado, reforçam questões consideradas específicas, como difícil acesso à terra para os/as jovens do campo, por outro constroem essas demandas no contexto de transformação

¹⁰ Estão sendo considerados povos do campo: agricultores/familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento da Reforma Agrária, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas remanescentes de quilombos, comunidades tradicionais, entre outros povos que lutam pela afirmação dos seus direitos, conforme definido no artigo primeiro do Decreto 7352/2010, que institui a Política Nacional de Educação do Campo.

¹¹ Reforma Agrária Popular norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra, propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio.

social da própria realidade do campo. [...] É o acesso permanente à educação pública com conteúdo teórico – pedagógico que dialogue com a realidade do campo (CALDART *et al*, 2012, p. 441).

Nesses processos reivindicatórios, as lutas são encabeçadas pelos seus protagonistas, os trabalhadores e trabalhadoras do campo, os movimentos sociais e as juventudes que os integram, junto com os parceiros que são fundamentais, tais como as universidades públicas e as instituições de pesquisa, visando à luta por políticas públicas de Educação que atendam as especificidades da realidade e os interesses sociais e políticos dos povos do campo, de que faz parte o RAJ.

É importante registrar a experiência específica do curso, que foi resultado das ações que o antecederam promovidas pela política de Educação do Campo, junto com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), resultado de lutas por políticas públicas específicas para a juventude camponesa, integrando-se às conquistas que compuseram o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), de 2013.

O foco principal desse Programa era o fortalecimento da autonomia da juventude rural e de seu protagonismo. O PAJUR propôs priorizar três eixos: a formação cidadã agroecológica com capacitação em tecnologias sociais e de produção para geração de renda; a integração com políticas públicas para atender a juventude rural e apoio aos projetos de geração de rendas (agrícolas e não agrícolas). Para dar suporte a essa iniciativa foi estabelecido um Acordo de Cooperação Técnica pelo Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Coordenado pela Secretaria Geral (SG) da Presidência da República (PR) por meio da SNJ, são parceiros o MDA, Ministério das comunicações, o MINC, INCRA e a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). O acordo previa o desenvolvimento de ações conjuntas para a promoção e articulação de ações com foco em acesso a políticas públicas, direitos e o fortalecimento das condições necessárias à autonomia e a permanência digna dos jovens rurais no meio rural brasileiro¹² (SANTOS *et al.*, 2017).

Segundo as autoras, a conquista do Residência Agrária Jovem foi precedida de algumas outras importantes ações que foram acumulando força e experiência para que ele se materializasse: “algumas ações antecederam esse esforço, como o Edital de Inclusão Digital (SNJ/MiniCom), o Edital de Articulações de Grupos da

¹² Ver: <http://juventude.gov.br/juventuderural/pajur#.wVaZMBXyvcc>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Economia Solidária (SNJ/TEM) e o Curso de Formação Agroecológica Cidadã (SNJ, UnB e Unilab)”.

A experiência de execução dessas ações possibilitou o lançamento do Edital de 2014 para o fortalecimento da identidade da juventude camponesa, que se materializa no Programa Residência Agrária Jovem, viabilizado pelo INCRA/PRONERA em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A partir do Edital de 2014, que foi de âmbito nacional, foram eleitos 25 projetos para ser executados, atendendo 1.250 jovens de todo país, sendo o projeto apresentado pela Universidade de Brasília - FUP um dos selecionados.

É necessário destacar que a ampla articulação entre diferentes instituições e organizações faz dessa experiência do RAJ um importante *locus* de estudo e registro da experiência, visto que materializa um paradigma contra-hegemônico de formação no qual seus destinatários não são tratados como “beneficiários”, mas como protagonistas na construção e formatação do desenho dessas ações do Estado. Este sempre foi um importante princípio do Projeto, conforme se verifica em seu PPP, que dispõe:

Compreender esses jovens como sujeitos de direitos é fundamental para reafirmar seu lugar na sociedade, bem como se faz necessário construir políticas públicas que atendam esses sujeitos. No entanto, vale ressaltar que é necessário construir processos de formação para este público se constituir como sujeito político, que participe dos espaços de interlocução das políticas, que ocupem as associações, os movimentos, as cooperativas, os grupos de teatro, os sindicatos, como forma de garantir espaço e formação política, mas, em especial, para assegurar que as políticas públicas de fato cheguem para estes jovens, sejam elas de geração de renda, de produção artístico – cultural, de educação, de saúde, de lazer, de comunicação (PPP/ RAJ, 2014).

As ações formativas propostas pelo RAJ buscaram estimular os jovens que o integravam a conhecer sua própria história, valorizar os saberes e a cultura presentes em suas próprias comunidades e territórios, e a partir delas coletivamente proporem ações e intervenções transformadoras em suas realidades pertencentes ao território estudado.

A riqueza pedagógica de ter vivido esta experiência nos convence da importância do seu registro e sistematização, na certeza de que, ao iluminar suas

potencialidades e desafios enfrentados, podemos avançar trazendo importantes subsídios à consolidação das práticas pedagógicas da Educação do Campo que contribuam com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa.

Esse esforço teórico tem bases estruturais alicerçadas na compreensão teórica da importância, para a juventude camponesa, de sua formação passar também por sua integração a outras agências formativas do meio que, segundo Pistrak (2010), “estão para além da sala de aula, em um processo formativo que articule e vincule as várias dimensões da produção material da vida à educação”.

As agências formativas do meio articulam-se a uma estratégia pedagógica central que vem sendo desenvolvida nos cursos de Educação do Campo da FUP para potencializar os resultados das formações desenvolvidas, que é exatamente a organização das ações do Tempo Comunidade. A partir dos Núcleos Territoriais, possibilita um raio de abrangência nos territórios dos sujeitos em formação, uma estratégia central da Especialização em Residência Agrária.

Pode-se destacar, dentro desta região, a contraditória ausência de políticas educacionais estruturais nas áreas do Distrito Federal e Entorno, em especial às destinadas à qualificação da força de trabalho oriunda das áreas de agricultura camponesa, quilombola e de Reforma Agrária. É diante deste cenário que se faz necessário viabilizar e articular processos educacionais com as práticas sociopoliticoculturais e o cotidiano do trabalho, nas quais a formação acadêmica, em sua totalidade, esteja em consonância com a práxis da Educação Popular, voltada para um projeto emancipatório (Caderno 1, Residência Agrária UnB, 2015, p. 15).

Nos diversos cursos de Educação do Campo desenvolvidos, os educadores da FUP procuram trabalhar com os mesmos territórios em uma perspectiva de fortalecimento do protagonismo dos sujeitos camponeses nestes locais. De acordo com o PPP do RAJ:

Denominamos Núcleos Territoriais, a reorganização do território realizada pelo Programa Residência Agrária e pela Licenciatura em Educação do Campo, com o objetivo de assegurar uma microlocalização territorial dentro de um território maior, de forma a assegurar projetos mais específicos e acordo com as identidades dos sujeitos presentes neste território (PPP/ RAJ, 2014).

Para abordarmos o processo formativo a partir das experiências com os Núcleos Territoriais do RAJ, selecionamos o NT Planaltina, cuja juventude camponesa articulou as dimensões formativas do curso com ênfase na

comunicação, cultura, organização social, agroecologia e formação política. Sendo assim, neste território foram implementados quatro projetos de intervenção que resultam da transdisciplinaridade da teoria e prática, o que aprofundaremos no Capítulo 3, com ênfase nos dois projetos de intervenção pertencentes aos jovens entrevistados no território.

No quadro a seguir, indicamos as diferentes comunidades rurais que integram os Núcleos Territoriais selecionados para participar do RAJ, no total foram vinte e duas, sendo sete comunidades kalungas, nove assentamentos, três acampamentos e duas comunidades rurais tradicionais.

FIGURA 1: Comunidades rurais que integram os Núcleos Territoriais envolvidos nas ações do RAJ

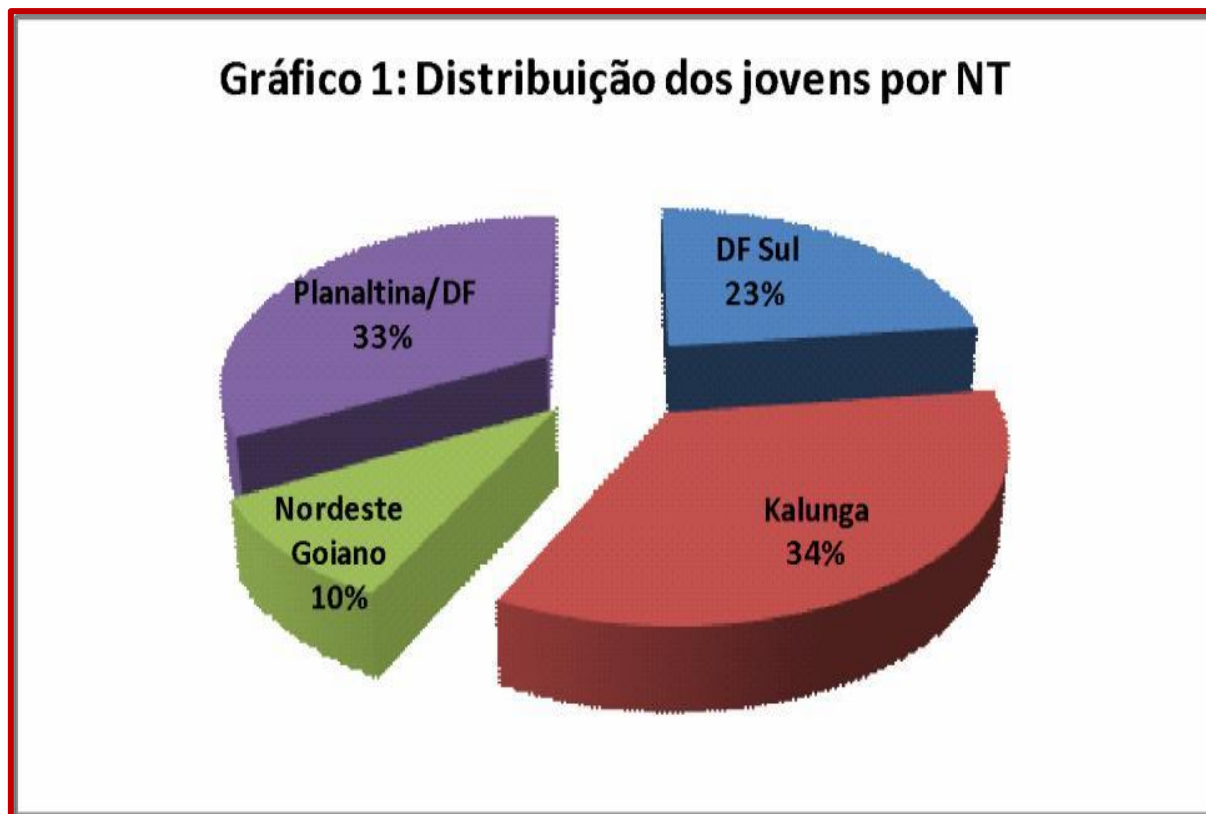
NTs	Assentamentos, Acampamentos e Comunidades Rurais
NT Kalunga	Cavalcante/GO Comunidade Kalunga Vão de Almas, Engenho II e Vão do Moleque Assentamento Rio bonito Comunidade Rural São José Teresina de Goiás/GO Comunidade Kalunga Ema e Diadema Monte Alegre/GO Comunidade Kalunga Beira do Sucuri e Saco Grande
NT Planaltina	Planaltina/DF Acampamento 08 de março Acampamento Roseli Nunes Assentamento Pequeno Willian Planaltina/GO Assentamento Itaúna Assentamento Flor da Serra
NT Nordeste Goiano	Formosa/GO Assentamento Virgilândia
NT DF Sul	Brazlândia/DF Acampamento Oscar Niemeyer Assentamento Gabriela Monteiro Padre Bernardo/GO Assentamento Veredas II Assentamento Antônio Juvêncio Luziânia/GO Assentamento Buritis Comunidade Rural Samambaia

Fonte: (RAJ/ 2015)

A participação dos jovens nos NTs seguiu o critério de proporcionalidade, equivalente ao tamanho do NT e de acordo com a participação dos seus respectivos movimentos sociais: foram 14 do NT DF/Sul, correspondendo a 23% (ligados ao MMC e MST); 21 jovens do NT Kalunga (Território Quilombola de Cavalcante/GO),

equivalente a 34%; 6 jovens do NT Nordeste Goiano (Assentamento Virgilândia e Formosa/GO), representando 10%; e 20 jovens do NT Planaltina, equivalente a 33%, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

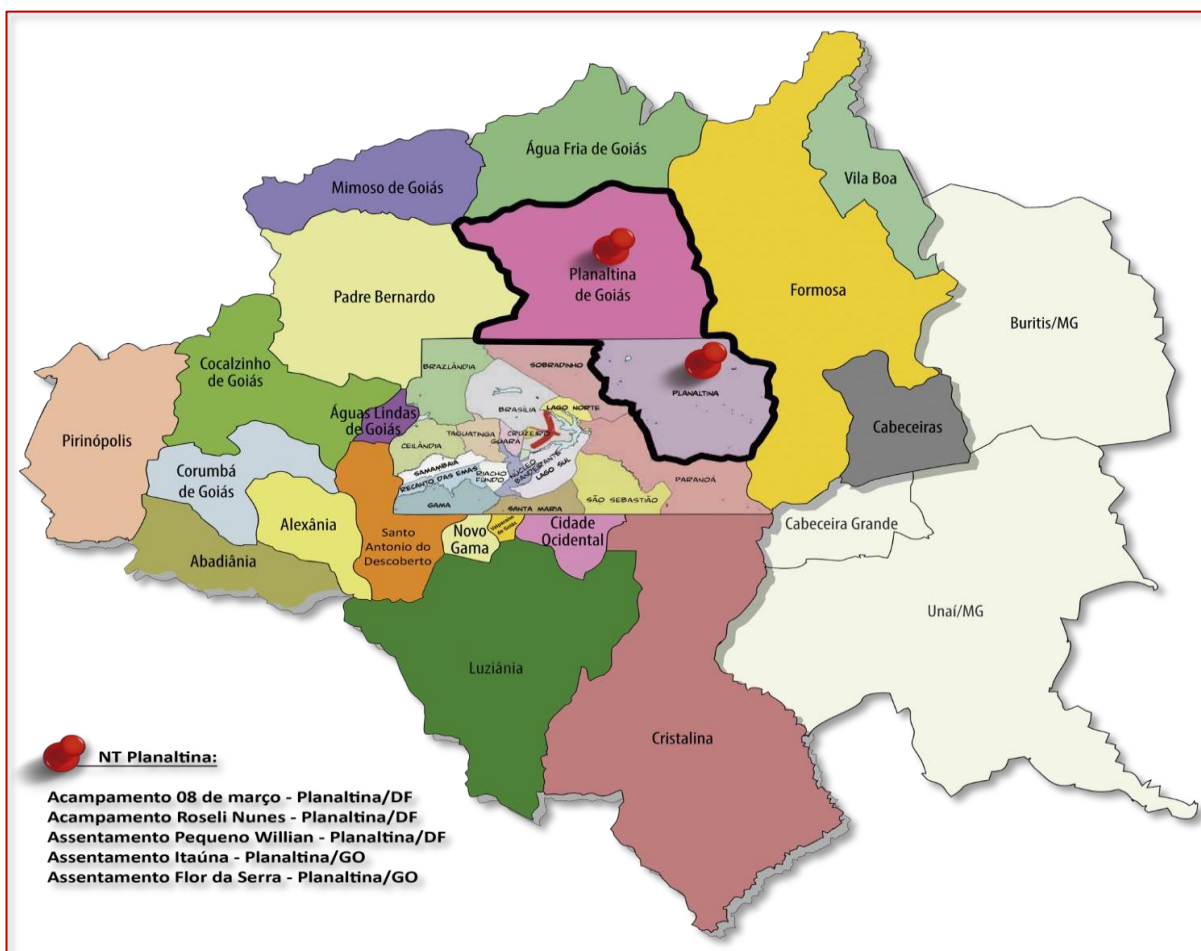
FIGURA 2: Distribuição dos jovens por NT



Fonte: (RAJ, 2015)

Para a realização desta pesquisa, foi eleito o Núcleo Territorial Planaltina, cuja localização dentro do mapa do DF apresentaremos em seguida. A escolha deste território não foi aleatória, pois, conforme afirmamos anteriormente, é o território de origem da pesquisadora, com o qual contribuiu ao fazer da equipe de coordenação do curso do RAJ, no acompanhamento dos jovens.

FIGURA 3: Núcleo Territorial Planaltina



Fonte: (RAJ, 2015)

A partir das informações apresentadas no Mapa 1, compreendemos o Núcleo Territorial de Planaltina, incluindo dois municípios denominados de Planaltina (DF e GO). As áreas do RAJ pertencentes ao DF foram dois acampamentos (8 de março e Rosely Nunes) e o Assentamento Pequeno Willian. Os três são das áreas de Reforma Agrária organizadas pelo MST/DFE e do território goiano também conhecido como “Brasilinha”, foram dois assentamentos (Itaúna e Flor da Serra) fazendo parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Esta dissertação estabeleceu o seguinte projeto direcionador da pesquisa:

Questão problematizadora:

As práticas pedagógicas da Educação do Campo utilizadas pelo Residência Agrária Jovem - UnB fortaleceram a identidade da juventude camponesa?

Objetivo geral:

Explicitar as contribuições advindas das estratégias formativas desenvolvidas pela experiência de execução do Residência Agrária Jovem da UnB, com ênfase no trabalho a partir do Núcleo Territorial Planaltina/DF.

Objetivos específicos:

- Registrar o processo de construção e implementação do RAJ-UnB, 2015-2017.
- Sistematizar as estratégias formativas do RAJ-UnB a partir da implantação dos projetos de intervenção dos jovens camponeses no Núcleo Territorial Planaltina/DF.
- Identificar as principais estratégias formativas executadas pelo RAJ-UnB para a realização de práticas pedagógicas da Educação do Campo que contribuam com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa.

No decorrer dos dois anos de execução do curso, vinte jovens chegaram a fazer parte do NT de Planaltina, finalizando com dezesseis jovens, sendo quatro de Goiás e doze do Distrito Federal. Escolhemos o recorte DF, por ser o território em que a pesquisadora esteve envolvida diretamente e do qual três jovens se dispuseram a ser os sujeitos participantes da pesquisa, sendo duas do Assentamento Pequeno Willian e um do Acampamento 8 de Março, cujas especificidades territoriais serão apresentadas no Capítulo 2. Outro critério importante de seleção foi a busca de jovens que tivessem seguido o processo formativo após o término do RAJ.

Outros jovens que atendiam o perfil para contribuir na pesquisa foram convidados, porém, em razão de alguns limites, como a dificuldade de comunicação e a indisponibilidade de tempo, não foi possível um grupo maior dos sujeitos participantes. Dos jovens que se disponibilizaram para essa construção, dois ingressaram na Licenciatura em Educação do Campo da UnB e uma na Biologia do IFB.

Percurso metodológico

A abordagem do processo investigativo utilizada para a pesquisa foi o Materialismo Histórico Dialético, que fundamentou o registro do processo formativo oriundo de um movimento de interação permanente entre os produtores e construtores do conhecimento com base na realidade dos sujeitos participantes do processo formativo inseridos na luta pela terra. A partir dela, consideramos as intervenções que produziram ao participarem do RAJ em seus territórios e

comunidades, registrando e analisando a materialidade das ações que foram capazes de produzir.

Algumas categorias centrais para a reflexão de base marxista foram totalidade, historicidade, materialidade, mediação e contradição. Buscamos fazer a recuperação da história da execução da experiência da UnB em parceria com movimentos e organizações sociais do campo. Propusemo-nos sistematizar as principais contribuições que sua materialização pode oferecer à consolidação de práticas pedagógicas da Educação do Campo que contribuam com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa a partir da execução de suas estratégias formativas realizadas em torno da ideia dos Núcleos Territoriais.

As técnicas de pesquisa para a realização desse trabalho foram as vinculadas às pesquisas do tipo qualitativo. Segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos, que são interativos e humanísticos: “Esse método leva em consideração aspectos que não são traduzidos por números, é baseado em um caráter exploratório de investigação, considerando os participantes, que são fundamentais no processo de construção dos resultados da pesquisa”. O método envolveu profundamente a pesquisadora na coleta de dados e análises, levando-a a observar o fenômeno vivenciado junto com os sujeitos, ou seja, bem de perto:

A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coletas de dados, os procedimentos qualitativos se baseiam em dados de textos e imagens, tem passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação [...] Esses procedimentos mesmo dentro das estratégias não são nada uniformes (CRESWELL, 2007, p. 184).

A escolha das técnicas partiu fundamentalmente da demanda desta pesquisa, pois a diversidade de ações realizadas pelo RAJ exigiu também diversos instrumentos de levantamento de dados para sua análise, pois cada técnica apresentada abaixo teve sua contribuição específica e necessária dentro do contexto da pesquisa:

- revisão bibliográfica;
- pesquisas documentais sobre o território de Planaltina/DF e as comunidades da Reforma Agrária envolvidas;
- pesquisas documentais no Projeto Político Pedagógico do RAJ;

- leitura dos relatórios do Projeto, com análise das práticas pedagógicas propostas para o curso e com avaliação dos resultados por eles alcançados, nos casos em que houve este registro;
- leitura e análise dos textos e demais materiais produzidos pelos jovens do NT de Planaltina das áreas selecionadas;
- realização de uma Roda de Conversa com os três jovens selecionados, para reflexão sobre os pontos comuns do Curso, com ênfase nas vivências formativas do Tempo Universidade;
- realização de Entrevistas semiestruturadas com os jovens selecionados após a Roda de Conversa, para aprofundar as ações específicas realizadas por eles em suas comunidades.

Para apresentarmos os resultados da pesquisa, esta dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro, **A Educação do Campo e a luta pela construção de políticas públicas para a Juventude Camponesa: as origens do Residência Agrária Jovem**, buscamos sintetizar as principais questões teóricas que integram debates que permeiam este trabalho.

Ele está organizado em três tópicos, que tratam do Direito à Educação dos povos do campo; dos desafios e necessidades da construção de políticas públicas de Educação do Campo, com especial ênfase às necessidades da juventude camponesa, tratando como se entende essa categoria neste trabalho e apresentando os principais elementos da construção do Residência Agrária Jovem em âmbito nacional.

O segundo capítulo, **A experiência da realização do Residência Agrária Jovem da UnB e a materialização dos Núcleos Territoriais**, também foi organizado em três tópicos: a recuperação histórica da construção do Residência Agrária Jovem na UnB, as principais atividades desenvolvidas pelo Projeto e a concepção do Projeto e operacionalização dos Núcleos Territoriais que foram construídos para sua execução.

No terceiro capítulo, **Núcleo Territorial Planaltina: as ações do programa nas comunidades e o fortalecimento da juventude camponesa**, tratamos especificamente: das comunidades integrantes do Núcleo Territorial de Planaltina; das ações desenvolvidas pelos jovens sujeitos participantes da pesquisa no referido território; das sistematizações que produzimos a partir das entrevistas e rodas de

conversa realizadas com eles, que apontam as principais estratégias formativas desenvolvidas nas práticas pedagógicas adotadas pelo RAJ-UnB que contribuíram com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa no território pesquisado.

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA: AS ORIGENS DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM

Na conjuntura política do Brasil em 2019, a nossa realidade remete aos movimentos permanentes das ações de resistência em defesa das políticas públicas conquistadas que garantem direitos básicos para a classe trabalhadora. Uma característica fundamental da atual conjuntura é a desconstrução destes direitos tão duramente conquistados.

Trata-se da hegemonia em ação, um conjunto de experiências vividas e com práticas sociais que vão moldando e reificando o tempo todo.

Ainda em relação à hegemonia, Pronko *et al*, (2012) esclarecem:

Constitui todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade de vida, um sistema vivido de significado e valores - constitutivo e constituidor - que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar - se reciprocamente, [...] O conceito de hegemonia recupera, assim, o sentido da totalidade concreta, porque remete à experiência vivida dos sujeitos, evidenciando seu caráter molecular, introduzindo-se capilarmente no dia a dia das relações sociais (PRONKO *et al*, 2012, p. 392).

A partir do pensamento gramsciano, as autoras citadas afirmam que “toda relação de hegemonia pressupõe, como possibilidade, a existência de experiências, relações e atividades contra-hegemônicas” (op. cit. p. 392). Ou seja, embora haja os intelectuais que estão a serviço da produção dessa estrutura de sociedade, sempre haverá também as ações contra-hegemônicas.

De acordo com Molina (s.d.), em trabalho sobre as políticas públicas de Educação do Campo, historicamente pode-se afirmar que “a realização concreta dos direitos universais legalmente atribuídos pela ordem jurídica hegemônica à classe trabalhadora depende fundamentalmente da dinâmica das lutas sociais contra-hegemônicas”. Trata-se de disputas ético-políticas e culturais que acontecem num espaço social amplo e heterogêneo, em meio à “contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”, no sentido atribuído por Gramsci ao conceito de hegemonia.

1.1 As matrizes formativas da Educação do Campo e a luta pela construção de políticas públicas específicas aos sujeitos do campo

Com a intencionalidade de acumular forças e estratégias de resistência, buscamos trazer à tona o potencial formativo do Residência Agrária Jovem, que foi promovido pela ampliação de programa de uma das políticas públicas de Educação do Campo, uma conquista resultante das lutas dos movimentos sociais do campo, do direito à educação vinculada com a realidade específica para as juventudes camponesas.

Afirmar os direitos num país de profundas desigualdades sociais, como é o Brasil, é referir-se à possibilidade de tensões e de conflitos de interesse quando falamos de políticas públicas que instituem os direitos sociais. Isso porque conflitos e interesses antagônicos são constitutivos de uma sociedade que se propõe democrática (SANTOS, 2009, p. 22).

Os movimentos sociais do campo são uma parte da sociedade organizada que pautam em suas ações a luta por justiça social, o vivenciar dos direitos universais em toda sua amplitude. A centralidade dessas lutas é o direito à terra para se consolidar a Reforma Agrária Popular. Por ser um espaço de mobilização para pressionar o governo a desapropriar terras, em suas experiências os sem-terra compreenderam que acampar sem ocupar dificilmente leva à conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos à beira de rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados, somente com a ocupação obtiveram êxito na luta (FERNANDES, 2012, p. 21).

A instabilidade promovida pela situação de ausência de moradia afeta diretamente as juventudes camponesas, que acabam encontrando maiores dificuldades de acesso para a permanência e continuidade de formação escolar, em razão da itinerância que são obrigadas a viver quando estão ainda em busca de terra para morar.

Desse modo, a abordagem aqui remete ao campo brasileiro, com a acumulação de riquezas, concentração de terras para produção agroexportadora, deixando milhares de hectares devastados para atender os interesses do capital com as grandes monoculturas em detrimento das etnias originárias e povos do campo desterritorializados.

Os jovens do campo acabam sendo expulsos para as periferias das cidades, perdendo o vínculo com suas raízes, suas culturas e identidades, o que requer uma intervenção do Estado com políticas que sejam orientadas por essas especificidades, considerando que a luta dos movimentos sociais do campo está respaldada na legalidade dos direitos.

Nesse contexto, destacamos as políticas públicas no campo da educação conquistadas pelos movimentos sociais do campo, que são resultado de articulação coletiva na disputa por investimentos públicos para garantir os direitos dos trabalhadores do campo, entre eles, os da própria juventude camponesa.

A vitalidade dos movimentos sociais não deixa dúvidas de que o atendimento educacional dos povos do campo não se fará pela transposição de modelos instituídos a partir da dinâmica social e espacial urbana. Esta constatação, aliada à compreensão da grande diversidade de ambientes físicos e sociais de que se constitui o universo rural brasileiro, impõe importantes desafios que vão desde o reconhecimento de formas alternativas de organização de tempos e espaços escolares até a definição de estratégias específicas de formação de profissionais de e elaboração de material (SECADI¹³, 2012, p. 6).

A ideia da contra-hegemonia está ligada à educação pública de qualidade, cultura, arte e a formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, pois o trabalho está presente na produção e reprodução social da vida.

A estrutura educacional brasileira não visa formar intelectuais da classe trabalhadora, mas mão de obra para a superexploração do trabalho. E quando se trata do campo, ficam evidentes as contradições, já que para ter uma estrutura social fortalecida seria necessária uma educação pública de qualidade com viabilidade de acesso à igualdade centrada na democracia a todos.

A Constituição Federal brasileira estabelece, em seus Princípios Fundamentais, artigos 1º e 3º:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissociável dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

¹³ SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) foi extinta pelo atual governo por meio do Decreto nº 9.465, de 2/1/2019. Tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão.

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

[...]

Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (CF, 2011, p. 13).

Partimos de uma concepção segundo a qual o Direito está além das leis que o sustentam juridicamente. Desse modo, as lutas dos movimentos sociais na busca por transformação social, por dignidade, liberdade e equidade de acesso aos direitos não são indissociáveis dos Direitos Humanos, são totalmente embasadas no direito a ter direitos.

É a compreensão da ideia do direito a ter direitos que fundamentam a ação dos movimentos sociais como demandantes do que está previsto na lei, mas não materializado na realidade social. Exatamente pelo fato de vivermos numa democracia, regime político que tem como princípio a instituição de direitos, que se fundamenta a legitimidade, a possibilidade da ação de irmos a materializar aqueles princípios que historicamente, como humanidade, construímos valores universais, que são os direitos, ou seja, independem da classe social, da situação socioeconômica; de vivermos no campo ou na cidade; de sermos brancos ou negros; não importa a questão racial, de classe, de sexo: o fato de sermos pessoas humanas nos faz portadores desses direitos. É a possibilidade de lutarmos para transformar o que está estabelecido como princípio, para a vida real que caracteriza a democracia (MOLINA, 2008, p. 23).

Concebendo uma consciência social coletiva, esses sujeitos são protagonistas das conquistas de direitos básicos e de políticas públicas para os seus representados, que dizem respeito à estrutura basilar da sociedade, como saúde, moradia e educação.

Portanto, tornam-se necessárias determinadas intervenções do Estado com políticas públicas, sociais e programas afirmativos específicos para enfrentar as desigualdades constitutivas da nossa sociedade. Os direitos dos sujeitos do campo

não se materializarão de fato se o Estado não promover ações que supram as defasagens históricas acumuladas na fruição desses direitos.

Trata-se de ações que interferem não só nos direitos fundamentais, mas também na perspectiva da juventude camponesa de ter uma vida digna e poder estudar e acessar todos os níveis de formação escolar sem sair do seu lugar de origem, com uma educação que seja vinculada à sua realidade e que valorize seu trabalho e a sua cultura, o que é possibilitado pela Educação do Campo.

No plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos (CALDART, 2012, p. 263).

No contexto abordado pela autora, os movimentos sociais do campo promovem lutas e ações em prol da Educação do Campo, uma educação que objetive uma formação humana na totalidade numa perspectiva da práxis educativa, tendo o trabalho como princípio educativo. Como afirma Caldart (2004), “se o trabalho é educativo, então é possível pensar que o sujeito, ou a figura do educador não precisa ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar em uma escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas”.

Nos processos da luta pela terra, os movimentos visam contribuir com a formação dos sujeitos coletivos, conscientes e críticos. E em suas ações, consideram os diferentes espaços formativos de grandes potencialidades na formação humana, incluindo o trabalho. As forças sociais que desconsideram a própria natureza humana produzem um trabalho em que os elementos humanizadores não estão na centralidade das ações e ausentes na formação escolar.

É no marchar que aprendem a atuar como protagonistas, lutando pelos seus direitos nos acampamentos, no trabalho nos coletivos de produção, no movimento dialético proporcionado pela luta, na convivência social e coletiva, resgate de saberes e práticas agroecológicas, valorização da ancestralidade e da história dos sujeitos. Enfim, em diferentes espaços educativos, encontra-se a pedagogia do

meio, que forma os sujeitos e os jovens camponeses para as lutas por seus direitos e os humanizam nesse processo.

Segundo Silva (2019, p. 280):

O ser humano e a humanidade se dão na relação transformadora entre homem e natureza: é o primeiro processo do conhecimento. Há uma dimensão, portanto, compreensiva e interpretativa a partir da atividade humana. Nesse momento, já se inaugura uma perspectiva epistemológica. Uma segunda premissa é que essa atividade humana é própria criação da realidade e compreensão. Portanto, nos leva a uma terceira premissa de que só é possível conhecer essa realidade pela práxis, ou seja, pela atividade humana criadora.

Nas contradições da luta pela terra em relação às ações promovidas, podemos afirmar que no movimento da práxis, os sujeitos inseridos nessas lutas sociais aprendem a ressignificar-se, possibilitando uma (re)construção, um refazer-se em novos humanos constituídos de valores transformadores sociais e coletivos. Nas organizações, desde os núcleos de famílias e nos trabalhos coletivos, vivenciam a organicidade, que se torna um processo permanente de formação e autotransformação humana.

Os movimentos sociais do campo, como sujeitos coletivos de direitos e políticas, expressam e reafirmam a capacidade transformadora dos homens e mulheres do campo, quando se movimentam em marchas e ações coletivas buscando um objetivo comum. E, assim, instituem, de forma autêntica, novos direitos, construindo na prática experiências transformadoras. [...] Os direitos não resultam da criação abstrata de homens e mulheres letrados e iluminados, afastados da realidade social, mas são, enquanto expressão das necessidades humanas (PONTES, 2012, p. 724).

Trata-se da construção do ser social com reformulações das relações, possibilitando a cada participante desenvolver uma tarefa para o benefício da coletividade, seja na coordenação ou num setor de trabalho, tarefas promovidas por uma estrutura social construída e conduzida coletivamente, um trilhar e recriar de caminhos em busca de consolidação de sonhos reacendidos no calor das adversidades encontradas nas trincheiras das lutas.

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o

direito à educação, especialmente à escola, e uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? Uma interrogação que remete a outra: por que em nosso país foi possível, afinal, constituir diferentes mecanismos para impedir a universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalistas? (CALDART, 2012, p. 259).

Na atualidade, o campo brasileiro tem pouquíssimas escolas que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, assim como os programas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), pela precariedade de transporte no meio rural, não alcançam os trabalhadores camponeses.

Vale ressaltar, considerando a conjuntura política atual, que os desmontes das políticas públicas e sociais, principalmente no ensino público e particularmente na educação para os povos do campo, promovem uma desarticulação das estruturas necessárias para atender esse público, que tem especificidades e necessidade de políticas afirmativas para continuar em suas origens e ter acesso à formação.

É necessária a desconstrução da identidade camponesa folclorizada¹⁴, que caracteriza o campo como um lugar do atraso, promovido sistematicamente com a não escolarização dos camponeses, mantendo-os, em sua grande maioria, sem letramento. Somado a isso, observa-se o esvaziamento massivo do campo com o êxodo rural para a implantação das grandes monoculturas para exportação.

As políticas públicas de Educação do Campo estão contidas no debate mais amplo da relação entre sociedade política e sociedade civil, entendidas a partir das contradições que emergem no processo histórico de construção dessa relação no contexto brasileiro. É com esta perspectiva que podemos compreender e situar o componente da luta dos movimentos sociais para sua conquista e implantação. Considerando a concepção gramsciana sobre o papel diferenciado que a sociedade civil exerce na articulação e reprodução das relações de poder.

Dentro deste contexto, quando falamos sobre a Educação do Campo, sua análise não comporta uma leitura simplista, exigindo compreensão alargada sobre seu significado, parte das tensões em

¹⁴ Perfil do camponês mostrado como um ser idiotizado, representado nas festas juninas com vestimentas remendadas, falhas nos dentes e andar desengonçado, além de confuso em suas ações.

relação à ampliação do acesso dos povos do campo à educação, sendo uma conquista dos desdobramentos das lutas sociais e das reivindicações, por uma política de Educação que atenda às especificidades desses sujeitos (COUTINHO, 2008, p. 57).

Nas últimas décadas, conquistas importantes têm sido alcançadas, consolidando o acesso aos direitos que são constitucionalmente garantidos, sempre colocados à parte dos planejamentos e programas governamentais. Como afirma Pontes (2012), “os direitos resultam de um processo social e coletivo, e a ação coletiva dos movimentos sociais reafirma a capacidade transformadora do povo em movimento”.

As atuais estratégias de criminalização dos movimentos sociais do campo e de suas lutas evidenciam a contradição diante das potencialidades de suas ações para fazer valer os seus direitos, desde o acesso à terra até o âmbito do direito à educação escolar. Os movimentos objetivam a implementação de políticas educacionais de Educação Básica e Superior, reconhecendo e legitimando as especificidades das populações do campo, buscando construir estratégias para que o direito à educação se efetive realmente.

As políticas públicas de Educação do Campo visam não apenas garantir o acesso dos povos do campo às instituições públicas de ensino, mas principalmente a permanência durante o processo formativo. Assim, tendo em vista a maior vulnerabilidade decorrente das condições socioeconômicas e educacionais, a conexão entre teoria e prática é a base formativa priorizada nessa formação.

Portanto, as matrizes formativas dessas práticas pedagógicas utilizadas têm como base fundante a compreensão da Educação Omnilateral, assim definida por Frigotto (2012, p. 265): “[...] significa a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que, constituem as especificidades do ser humano às condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico”.

Desde a luta pela terra, sua história, seu território, as escolas e a sua cultura fazem parte do contexto da organização pedagógica. E devem atender aos diversos níveis de formação educacional e profissional, compreendem em sua estrutura as experiências dos sujeitos para elevar seu conhecimento e garantir o seu pleno desenvolvimento histórico político e social. Eis um grande desafio para as escolas do campo: buscar garantir uma organização escolar e pedagógica que vincule a vida como matriz formativa.

A intencionalidade de um projeto de formação dos sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político, atribui à escola do campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social. Ela se coloca com o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, de formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora, o que exige a formação integral dos trabalhadores do campo, para promover simultaneamente a transformação do mundo e a autotransformação humana (MOLINA; SÁ, 2012, p. 325).

As lutas dos movimentos e organizações sociais do campo pautam uma educação intrinsecamente vinculada à realidade dos sujeitos, que contribua com a formação de consciência política, que não abstraia, mas some com os conhecimentos empíricos os saberes populares, a luta pela preservação e o fortalecimento da identidade e dos seus territórios.

No caso dos trabalhadores camponeses, o acesso à educação básica não cumpre sua função social. O acesso à educação escolar desse público quase que só se dá nas periferias urbanas, promovendo o esvaziamento do campo, a desterritorialização dos jovens do campo, levando-os a perder sua identidade e cultura camponesas. Isso é o que as lutas dos movimentos sociais do campo buscam reverter.

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se entende até hoje, foi a partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizada naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular as experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem em âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra e território os que organizam esta luta por educação. Também não é por acaso que se entra no debate sobre política pública (CALDART, 2012, p. 259).

Quando os sujeitos se inserem nas lutas organizadas pelos movimentos sociais do campo, um dos focos centrais da luta é para que os sujeitos possam

construir uma identidade coletiva e se formar politicamente, passando a ser protagonistas da sua própria história. Com esse processo, humanizam-se e rompem progressivamente com as identidades negativas construídas para os povos do campo. Nesse contexto, a materialidade das lutas, as territorialidades que as abrangem vão construindo e forjando a própria história e o movimento da Educação do Campo.

Nos conflitos sociais no campo onde predominam os conflitos pela terra já é possível se perceber que os camponeses se afirmam como classe social ou, mesmo sem eu dizer, defendem o campesinato como modo de produção ao reproduzirem política e ideologicamente a assertiva de se constituírem como um modo de viver e de produzir diferente do modo de produção capitalista (CARVALHO *et al.*, 2014, p. 19).

Segundo Paulo Freire, “[...] Não há saberes mais ou saberes menos, há saberes diferentes!”. E os movimentos sociais do campo lutam para desconstruir e reconstruir novas identidades do povo camponês, com novos valores, fortalecendo-se com a quebra das relações estruturais a partir de uma educação vinculada à vida, em prol da formação humana. Como diz Freire, formar humanos para formarem outros seres humanos. A função da pedagogia é acompanhar os processos de humanização desde a infância até chegar à plenitude.

Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se dilui na experiência realmente fundante de aprender. Não temo dizer que inexiste validade no ensino de que não resulta um aprendizado em que o aprendiz não se tornou capaz de recriar ou de refazer o ensinado, em que o ensinado que não apreendido não pode ser realmente aprendido pelo aprendiz (FREIRE, 2004, p. 32).

Para se contrapor à ideologia hegemônica, a universalização da Educação exige, de fato, políticas afirmativas em que seja obrigação do Estado executar projetos e programas que garantam o direito da classe trabalhadora camponesa à educação escolar.

A titularidade do direito à educação independe da territorialidade. É o fato de serem sujeitos de direitos que obriga o Estado a buscar implementar políticas

públicas que alcancem a todos independentemente de local, credo e etnia. Com efeito, uma visão retrospectiva da história da educação pública no Brasil demonstra a implantação tardia da escola no meio rural, carente do suporte necessário do poder público, produzindo um abismo entre a situação educacional no campo e na cidade.

Trataremos, nesta dissertação, das conquistas históricas do movimento da Educação do Campo, considerando as tensões em torno do acesso à educação e ao conhecimento a partir das lutas por ele protagonizadas. Estas têm vencido as barreiras estruturais impeditivas desse acesso com o enfrentamento do debate sobre universalidade e a especificidade do direito à educação para os sujeitos do campo, exigindo do Estado políticas públicas que garantam e viabilizem não só o acesso, mas a permanência desses sujeitos camponeses nos processos formativos, escolares e não escolares.

Parte das experiências de conquistas das políticas públicas da Educação do Campo será vista no próximo tópico, que nos trará um breve histórico das origens da criação do Residência Agrária Jovem (RAJ) em âmbito nacional como decorrência da experiência de criação do Programa de Especialização em Residência Agrária, que foi seu antecessor.

1.2 As políticas públicas que originaram o Residência Agrária Jovem

Desde as próprias lutas dos movimentos sociais, afirmamos que nas duas últimas décadas conquistas importantes foram alcançadas objetivando a implementação de políticas educacionais de Educação Básica e Superior, reconhecendo e legitimando as especificidades das populações do campo, buscando construir estratégias para que o direito à educação se efetive realmente.

As políticas de Educação do Campo, como já afirmamos, visam não apenas garantir o acesso dos povos do campo às instituições públicas de ensino, mas, principalmente, à permanência durante o processo formativo, tendo em vista a maior vulnerabilidade decorrente das condições socioeconômicas e educacionais das populações rurais.

Esse é o caso do PRONERA e do PROCAMPO, políticas conquistadas a partir de intenso processo de luta e organização dos movimentos sociais e sindicais

do campo. Esses programas têm proporcionado a ampliação do acesso à educação superior para os sujeitos do campo. Eles têm contribuído, ainda que longe da escala e da velocidade necessárias, para viabilizar e ampliar o acesso dos camponeses à universidade. O PRONERA sofreu um corte orçamentário brutal (em 2008 era de 70 milhões e em 2018 chegou a 3,4 milhões), colocando em risco os cursos em andamento.

No nível superior, o PRONERA, cuja história, trajetória e desenvolvimento já foram objeto de mais de 30 dissertações e teses, conforme pesquisa sobre a produção vinculada ao Programa e realizada com o apoio do CNPq¹⁵, proporcionou mais de 490 cursos. Desse modo, propiciou o acesso de 14.416 jovens e adultos a diferentes cursos superiores apoiados pelo Programa e promoveu a formação de mais de 200 mil jovens e adultos do campo nos diversos níveis de ensino em mais de mil municípios no Brasil.

Na Educação do Campo, existe uma estratégia do olhar para a materialidade, os sujeitos como produtores e não agentes passivos, construtores da própria história. Os povos do campo são protagonistas da produção do conhecimento e não o contrário, considerando toda especificidade do trabalho camponês para produção material e reprodução da vida. A ideia é levar em consideração essa realidade nas políticas educacionais para, assim, possibilitar que os povos do campo assumam o papel de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e como tal contribuam na construção das políticas públicas que lhes dizem respeito.

O RAJ se inspirou muito no âmbito da formação profissional da juventude camponesa para além dos espaços escolares, no Residência Agrária. E antes de apresentarmos com mais detalhes o próprio Residência Agrária Jovem e as categorias com as quais trabalha, é importante, com fundamento no referencial teórico que adotamos, conhecer um pouco mais da raiz do próprio Programa Residência Agrária, cujos desdobramentos dão origem ao Residência Agrária Jovem.

Concebido como parte das ações formativas das políticas públicas de Educação do Campo, o Residência Agrária foi criado em 2004, vinculado ao

¹⁵ A lista inclui a pesquisa de Maria Antônia de Souza publicada no livro “Educação e Movimentos Sociais do Campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007” pela Editora da Universidade Federal do Paraná, em 2010.

PRONERA, tendo como meta contribuir com a formação crítica dos profissionais das Ciências Agrárias, propiciando-lhes processos formativos com ênfase nas especificidades da agricultura familiar camponesa, no intuito de fortalecer um modelo agrícola bastante diferente do hegemônico na sociedade brasileira.

Segundo Molina (2017):

[...] este modelo hegemônico baseado no agronegócio se estrutura a partir de intensa concentração fundiária; da monocultura; do uso máximo de agrotóxicos; da devastação da biodiversidade; da redução dos postos de trabalho no campo e da máxima exploração da força de trabalho utilizada.

Com a perspectiva de fortalecer o modelo agrícola oposto a esse em que os alimentos não são compreendidos como mercadoria, mas como Direito Humano baseado na promoção de práticas agroecológicas, na busca da soberania alimentar, da manutenção da sociobiodiversidade e da ampliação de postos de trabalho no campo, o Residência Agrária se propôs a desencadear novas estratégias de formação em que tais questões tivessem centralidade para orientação da relação entre os profissionais da área e os agricultores.

A primeira edição do Programa Residência Agrária foi em 2004, ofertando 300 vagas em cinco cursos de Especialização, envolvendo todas as regiões do país e articulando quinze Instituições de Ensino Superior que trabalharam articuladamente em rede nesses cursos de pós-graduação para os profissionais das Ciências Agrárias.

Os cursos no âmbito do Programa Residência Agrária têm como matriz orientadora da formação profissional um modelo de desenvolvimento rural estruturado a partir da agricultura camponesa, organizado a partir da luta pela Reforma Agrária, pela Agroecologia e Soberania Alimentar. A compreensão é de que o fortalecimento e a expansão da lógica econômica e cultural camponesa não se desvinculam de uma luta social contra-hegemônica que passa pelo campo da educação.

Para atender as diretrizes específicas da matriz formativa do Residência Agrária, os cursos de Especialização por ele apoiados devem aprofundar a reflexão teórica e prática sobre os seguintes temas: 1) Desenvolvimento rural e políticas públicas; 2) Sistemas produtivos, economia camponesa e soberania alimentar; 3)

Agroecologia e sustentabilidade; 4) Educação do Campo; 5) Assistência técnica e extensão rural; 6) Comunicação e cultura; 7) Diversidade e sujeitos do campo.

É necessário dar ênfase a um ponto nevrálgico da matriz formativa utilizada, que muito difere da lógica hegemônica vigente nos tradicionais cursos das Ciências Agrárias: a exigência de que todo o processo formativo apoiado pelo curso se desenvolva intrinsecamente vinculado aos diferentes territórios rurais nos quais vivem e trabalham os sujeitos camponeses. Essa exigência se faz por ser permitido que no Residência Agrária, diferentemente de outros cursos apoiados pelo PRONERA, seja possível a presença, como educandos, de sujeitos que não sejam das áreas de Reforma Agrária ou de outros territórios rurais apoiados pelo Incra, como quilombos ou extrativistas.

Embora haja a recomendação de que se busque priorizar, na seleção das Especializações apoiadas pelo Residência Agrária, os assentados que já têm nível superior, egressos dos cursos do próprio PRONERA, é permitida no Programa a presença de graduados egressos das IES que não são diretamente vinculadas a estas áreas, mas que, como profissionais formados, optam por trabalhar com a agricultura camponesa.

Em 2015, em uma nova edição do Programa, materializada com um Edital em parceria com o CNPq para que as universidades desenvolvessem os Cursos do Residência Agrária, foram ofertados mais trinta e cinco cursos de pós-graduação, com 1.035 alunos em todo o país (PRONERA, 2015).

A experiência da UnB com a oferta do Residência Agrária se dá com essa ampliação, conforme falamos anteriormente, com o Curso de Especialização em Residência Agrária intitulado “Matrizes produtivas da vida no campo: formação em cooperação, agroecologia e cultura com ênfase na organização social”, no qual se encontram algumas importantes práticas pedagógicas que viriam inspirar a experiência da execução do Residência Agrária Jovem - UnB.

Dentre essas práticas, consideramos importante destacar as que guardam embriões amadurecidos na experiência do RAJ com a sua utilização no Residência Agrária e que se referem tanto à concepção epistemológica que orientou o processo formativo quanto à experiência metodológica, cujos principais aspectos inovadores foram objeto de estudo desta pesquisa.

Uma das principais estratégias que o Residência Agrária, no âmbito da Especialização, pôs em prática e a que o RAJ também deu sequência, diz respeito à

ousadia de se desafiar a pensar os processos de produção da vida no campo de maneira absolutamente interligada, buscando romper com as tradicionais fragmentações da ciência que compartimentaliza os fenômenos sociais complexos nas suas respectivas áreas científicas: humanas, biológicas e exatas.

O presente projeto tem como objetivo realizar processos de capacitação e formação profissional de jovens rurais entre 15 a 29 de anos, estudantes do Ensino Médio e/ou que já o concluiu, de comunidades rurais, comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária, com o intuito de desenvolver competências e capacidade profissional para mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias ao melhor desempenho de sua atuação social na área do associativismo e cooperativismo nas dimensões produtivas, artístico-cultural, social e educativas para uma melhor atuação e intervenção na realidade das comunidades rurais/tradicionais e assentamentos. O objeto central das ações será o desenvolvimento de processos formativos, tendo a pesquisa ação como instrumento, que estimulem a organização coletiva de jovens envolvidos para contribuir com a criação e/ou fortalecimento de espaços de cooperativismo e associativismo rural, nas diversas dimensões da vida no campo (PPP/RAJ, 2014, p. 1).

Ao ter como estratégia formativa o trabalho coletivo e cooperado como eixo principal das matrizes produtivas da vida no campo, à qual se articulam a produção agroecológica e a cultura, o curso conduz seus processos formativos transitando articuladamente entre os diferentes saberes presentes nesses territórios de produção da vida, contribuindo muito para ampliar, complexificar e alargar a capacidade crítica de leitura da realidade dos profissionais que dele participam, avançando em direção a uma leitura totalizante dos processos sociais.

Outro importante elemento de formação na perspectiva contra-hegemônica desenvolvida no Residência Agrária da UnB refere-se à materialização da formação em Pedagogia da Alternância, na real integração dos tempos formativos, Tempo Escola e Tempo Comunidade. A partir da constituição dos Núcleos Territoriais definidos pelos locais de origem dos movimentos camponeses presentes no curso, segundo Begnami (2019), “verificamos que a alternância ganha novos sentidos nas universidades e nos movimentos sociais de luta pela terra que a utilizam, e isso coloca a necessidade de repensar seus pressupostos teóricos e epistemológicos”.

A alternância dos tempos, responsável pelos processos que determinam metodologicamente os tempos pedagógicos, alternando,

de forma dialógica e em um viés transformador, momentos de ensino- aprendizagem inter-relacionados entre os tempos universidade e comunidade. Comunicação, cultura e educação popular, inserida e articulada enquanto matriz educativa e política que direciona os processos pedagógicos para além da matriz convencional, estimulando a multidimensionalidade da realidade educativa compartilhando aspectos que vão além dos rígidos processos de formação, mas, sobretudo culturais, produtivos, econômicos, ambientais, sociais a partir da materialidade de origem da Educação do Campo com os sujeitos do campo (Caderno 1, Residência Agrária UnB, 2015, p. 17).

Foram planejadas e executadas várias ações de intervenção nesses Núcleos Territoriais, em articulação com os membros dessas comunidades rurais de origem dos educandos, estratégia que se manteve também no RAJ e que consideramos extremamente relevante, pois o grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas de Educação do Campo diz respeito exatamente à criação de condições reais para a permanência da juventude camponesa nos seus territórios de origem, com condições dignas para a reprodução material de suas vidas.

1.3 Os desafios à garantia de direitos da juventude camponesa

A categoria juventude camponesa é hoje demasiado complexa e exige muito debate e reflexão para sua compreensão. Em torno dela, há muita polissemia, e a própria ciência tem construído mitos que contribuem para mascarar as principais contradições a serem enfrentadas para resolver os imensos desafios com os quais a juventude camponesa depara atualmente.

Parte dessa mitificação vem se cristalizando, por que:

Desde há muito tempo, vem se cristalizando uma leitura sobre as juventudes do meio rural que imputa a elas próprias a ausência do “desejo” de permanecer no campo, como se lhes fossem dadas as condições para tal escolha e houvesse de sua parte uma recusa a tal “convite”. Esta recusa acabaria implicando na ausência de proposições para enfrentar a questão, já que a própria juventude desejaria sair e portanto, muito pouco poderia ser feito pelas políticas públicas para enfrentar o problema. Para desconstruir esta mitificação é necessário revelar que há gama de situações de extrema contradição, que muitas vezes, impõem aos jovens este caminho: sair do campo, como condição para sobreviver e para tentar voltar e poder nele permanecer num tempo futuro (LEÃO *et al.*, 2015, p. 13).

Nesse contexto, registrar as contradições vivenciadas pela juventude camponesa aborda os conflitos estabelecidos para que possam viver no campo fazendo algumas reflexões. Segundo afirmam Leão e Rocha (2015), “temos que reconhecer que os sujeitos nascidos em determinado tempo histórico compartilham as questões em estreita relação com as especificidades do ciclo da vida a que pertencem”, reconhecendo essa juventude como uma representação social, não apenas geracional-etária, considerando as relações sociais por elas construídas e a construção do ser político.

Porque é desses sujeitos (que hoje “lutam pra deixar de morrer”) que estão nascendo/podem nascer experiências, alternativas que contestam mais radicalmente a lógica social dominante, hegemônica e recolocam a perspectiva de construção social para “além do capital”. É disso que se trata na questão da resistência política, econômica e cultural do campesinato, de uma outra lógica de trabalho no campo que não o assalariamento, que não a agricultura de negócio. É disso também que se trata na questão da agroecologia vinculada à justiça social e a soberania alimentar, da cooperação entre trabalhadores, de projetos educacionais que se vinculem a esses processos (CALDART, 2008, p. 76).

Segundo Molina (2009), “[...] o campo é um lugar de vida, de produção de relações sociais; de produção de história, cultura e conhecimento, de luta de resistência dos sujeitos que nele vivem”. Seguindo com a autora, que afirma no prefácio do livro “Juventudes do Campo”:

As juventudes camponesas contemporâneas enfrentam um tempo histórico no qual os horrores da sociedade capitalista se intensificaram profundamente no campo brasileiro. As transformações trazidas com a mudança da lógica de acumulação de capital no campo, pelo modelo agrícola representado pelo agronegócio, que exige cada vez mais vastas extensões de terra para implementação de suas monoculturas para exportação, transformando os alimentos em *commodities*, intensifica, por diversas estratégias, a superexploração dos camponeses e suas famílias, e, entre eles, os jovens (MOLINA, 2015, p. 14).

A autora destaca que a superexploração do trabalho dos agricultores familiares e dos jovens que integram estas famílias tem ocorrido com muita intensidade na suinocultura, avicultura e fomicultura, e estratégias de produção em que há a integração da grande agroindústria com as propriedades familiares. Essa

integração exige que os agricultores familiares se submetam a um ritmo de trabalho ininterrupto, inclusive nos finais de semana e feriados, para dar conta das exigências do ritmo de produção de mercadorias imposto pelas grandes agroindústrias.

Essa estratégia de acumulação de capital que concilia modernidade e atraso no campo brasileiro na atualidade se materializa com a intensa migração sazonal de trabalhadores rurais, sobretudo jovens, para as fazendas do agronegócio da cana, laranja, e café do Sudeste e Centro-Oeste, que se verifica em dezenas de municípios de estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco, Bahia, Piauí, Maranhão e Minas Gerais. Observa-se que a impossibilidade do acesso à terra e a ausência de políticas públicas que garantam à juventude do campo condições mínimas de sobrevivência nos territórios rurais de origem lhes impingem contínuas rotas de migração em busca de espaço para sua reprodução.

São tais questões que, de acordo com a Teoria do Conhecimento que adotamos para utilizar nesta pesquisa, nos obrigam a pensar a problemática da juventude camponesa a partir das questões estruturantes nas quais está contida, das suas realidades e territórios:

Ficar ou sair não é simplesmente uma escolha ao bel-prazer dos jovens, mas uma difícil decisão permeada por condicionantes estruturais sobre as quais os jovens individualmente não conseguem incidir no sentido de superá-las. A superação destas condicionantes estruturais só pode ser conseguida através de intensas lutas coletivas que disputem e pressionem o Estado, e o façam agir através de políticas públicas específicas, que sejam capazes de suprir as necessidades das juventudes camponesas, criando, de fato, as condições para que as mesmas possam realmente escolher viver no campo sua *condição juvenil*. E, de todas estas condicionantes estruturais, a maior centralidade e imprescindibilidade é, sem dúvida, a garantia do acesso à terra para as juventudes camponesas. O que de fato lhe dará a essência do ser camponês, ou seja, de ter alguma autonomia em relação aos modos de inserção na sociedade capitalista é garantir seu acesso aos meios de produção: é o acesso à terra, articulado a políticas públicas específicas de educação; de crédito e de assistência técnica, ambas direcionadas para construção de uma outra matriz produtiva, baseada na agroecologia; de cultura e de novas tecnologias, entre outras, que lhes permitirá construir bases sólidas para garantia de sua reprodução social no meio rural (LEÃO *et al.*, 2015, p. 15).

São questões estruturantes que deixam explícita a impossibilidade da resolução dos problemas da juventude camponesa e da sociedade brasileira sem o

acesso ao conhecimento da questão agrária, do agronegócio e da lógica da sociedade capitalista que transforma a vida e a natureza em mercadoria, substituindo por outro modelo de desenvolvimento no campo com base na valorização da cultura, agroecologia e soberania alimentar.

Por todas essas questões até aqui apresentadas, associadas às lutas pela terra, há o movimento que vem lutando pela construção de políticas públicas de Educação do Campo. Além de enfrentar a questão central da desconcentração fundiária, também se preocupa em dar formação ao campesinato e à juventude que o integra para poder permanecer no campo. Parte relevante dessas lutas desemboca na conquista e construção do Programa Residência Agrária Jovem, cujos principais pontos serão apresentados logo mais.

Assim, perguntar pelos jovens seria investigar as relações sociais em que eles estão inseridos, atentando para as dimensões simbólicas e culturais, como também para as situações materiais que definem limites e possibilidades de viver a experiência juvenil. Em termos universais, podemos dizer que a juventude é uma fase da vida em que os sujeitos vivem intensas e rápidas transformações biológicas, emocionais e cognitivas, que impactam seu modo de ser no mundo. É um momento em que os sujeitos vivenciam processos de construção de maior autonomia e se colocam questões acerca de suas escolhas e projetos futuros. É uma fase também em que se amplia as relações pessoais, políticas e sociais para além dos espaços restrito da família e da escola (LEÃO *et al.*, 2015, p. 19).

Para abordarmos a categoria social juventude, é necessário explicitar as contradições impostas a um grupo da sociedade que historicamente ocupa um lugar de transição social e política. Sobre esse termo, é necessário, segundo Castro (2012), “compreender que tal conceito demanda um primeiro esforço de desconstrução de representações sociais que operam no senso comum” e tende a delimitar a juventude ao recorte etário com determinados valores e práticas sociais comuns. Seguindo essa reflexão sobre os desafios da compreensão da categoria juventude, Castro observa que:

Uma leitura comum atravessa o debate sobre juventude como um período da vida, uma transição para a vida adulta. Juventude é uma categoria transitória e, como experiência individual, como identidade social ou, ainda, identidade política ela pode assumir contornos mais perenes. O peso da transitoriedade aparece como “marca” recorrente nas definições e percepções sobre juventude nos mais diferentes cenários e contextos. Podemos afirmar que juventude é uma

categoria social que posiciona aqueles assim identificados em um espaço de subordinação nas relações sociais. Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e transformação social. Pode – se afirmar que o olhar para determinados indivíduos, informado pela ideia que estão numa fase de transição do ciclo de vida, ou mesmo biológico, transfere, para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados (CASTRO, 2012, p. 438).

Há que restituir a identidade de “sujeitos de direito” a esses grupos sociais, principalmente proporcionar às juventudes camponesas o acesso efetivo aos direitos universais tratados na Constituição Federal, Capítulo II - Dos Direitos Sociais, art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Convém ressaltar o que dispõe o texto constitucional no Capítulo VII: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, em seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (EC nº 65/2010, 2011, p. 144).

CAPÍTULO 2 – A EXPERIÊNCIA DA REALIZAÇÃO DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM DA UNB E A MATERIALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS TERRITORIAIS

2.1. Breve histórico processo de construção do Residência Agrária Jovem UnB



Para a abordagem inicial deste breve histórico, vale ressaltar que o Campus da Universidade de Brasília em Planaltina/DF (FUP) é o local a instituição no qual são realizados os cursos da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) e a Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária e o Residência Agrária Jovem.

Os cursos citados trabalham com a estrutura formativa da Educação do Campo, que tem o seu território de abrangência no Distrito Federal e Entorno (nordeste goiano e noroeste mineiro), assentamentos, acampamentos da Reforma Agrária e organizados pelo sindicato, o nordeste goiano, composto por comunidades tradicionais quilombolas em Cavalcante/GO e noroeste mineiro.

Essa estrutura possibilitou a organização dos estudantes por proximidade geográfica e pelas comunidades vinculadas no mesmo território, formando os Núcleos Territoriais, que são agências formativas para além da sala de aula, em uma perspectiva de ampliar a compreensão sobre os espaços educativos e formativos, historicamente concentrados numa perspectiva escolar, conforme coloca Freitas (2011):

Nos acostumamos com a escola em sua forma atual, e tanto, que não podemos mais conceber a formação humana fora da escola. Esta, quando reconhecida, é sempre definida em contraposição à escola, como educação não escolar, ou seja, de segunda categoria, assistemática ou informal. Ao longo de séculos de capitalismo, a escola aprisionou o conteúdo estudado pelas ciências e autodeclarou-se a única credenciada para transmiti-lo à juventude dentro das salas de aulas. As classes dominantes necessitavam de uma instituição que monopolizasse e homogeneizasse a formação da

juventude, colocando-a em sintonia com a sociedade que a cerca, como consumidores e como força de trabalho, submetida à lógica do capital (FREITAS *et al*, 2010, p. 155).

Para tratar da formação da juventude camponesa é necessário pensar e identificar as diversas possibilidades educativas que qualitativamente empoderem esses jovens, como trabalhar os tempos e espaços formativos nos quais acontece o processo de formação, fortalecendo o protagonismo dos jovens nas suas comunidades e inserindo-os politicamente no seu território.

A formação com os Núcleos Territoriais permite uma leitura territorial coletiva realizada pelos estudantes junto aos seus movimentos, organizações sociais, comunidades e núcleo familiar, uma integração de saberes e construção do conhecimento, leituras das configurações do campesinato e do agronegócio nos territórios, para que possam compreender a estrutura política do sistema capitalista, os problemas e soluções, e as formas como esta interfere em suas realidades.

Nesse contexto, a formação política que estrutura a realidade do camponês só pode ser compreendida pelos sujeitos quando há o exercício permanente da construção e formação do sujeito com base nos paradigmas da Educação do Campo, que consideram os sujeitos como centralidade das estratégias pedagógicas. Essa formação na totalidade é fundamentada pelos tempos formativos da Pedagogia da Alternância, que coloca em consonância a epistemologia da práxis educativa com a realidade dos sujeitos em formação, na qual o camponês se percebe como sujeito, e as atividades o levam a entender e a fazer a leitura de mundo refletindo, questionando e analisando criticamente.

É exatamente nos Tempos Comunidade dos cursos da Educação do Campo que as pesquisas e práticas das atividades planejadas são desenvolvidas pelos sujeitos em formação, acompanhadas e monitoradas por educadores nos territórios de origem, possibilitando uma intervenção direta dos jovens em suas comunidades, que também participam como protagonistas do processo formativo. Com isso, os jovens desses territórios já participavam dos cursos da Educação do Campo desde a segunda turma da LEdoC em 2008, a primeira na UnB-FUP.

Essa abordagem estrutura o caminhar acadêmico da pesquisadora, que vivenciou os seus processos formativos na LEdoC e na Especialização em Residência Agrária nos mesmos territórios de atuação do RAJ com os grupos

articulados pelos projetos de extensão proporcionados pelos cursos e como articulação estratégica do Coletivo Terra em Cena, um eixo mobilizador e articulador dos estudantes nas suas comunidades e escolas.

Nessa perspectiva, as estratégias abordadas para a instituição do curso RAJ envolveram uma construção coletiva desde a proposta inicial, o construir e o executar. Durante o processo do "Residência Agrária Jovem: fortalecimento da juventude rural", foram convocados a participar vários movimentos sociais do campo do Distrito Federal e Entorno, porém os que assumiram o compromisso foram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), CONTAG, Sindicatos, representantes das Comunidades Tradicionais do Território Kalunga Cavalcante/GO e UnB/FUP, como proponente.

A professora da UnB, coordenadora Eliene Novaes Rocha, convocou, além dos coordenadores ou representantes dos movimentos sociais camponeses, representantes do Terra em Cena, o coordenador da Especialização em Residência Agrária, professores da UnB-FUP da Licenciatura em Educação do Campo e coordenadores da Escola Nacional Florestan Fernandes para contribuir na construção e condução deste projeto. A primeira reunião do coletivo em 2014 foi o início de uma trajetória com muitos desafios. Entre eles, executar um processo formativo de coordenação coletiva e com efetiva participação dos envolvidos, imprescindível para identificação e mobilização dos jovens.

Destacamos a grande relevância no processo de mapeamento do público com o perfil, que, pela dificuldade de perspectivas de vida e condições objetivas de permanência da juventude camponesa em suas comunidades, demandou um trabalho de organização, de visitas às comunidades, debates amplos sobre o projeto com todos os identificados. Esse trabalho só foi possível de consolidar por existir uma coordenação em que os sujeitos mobilizadores estavam inseridos contribuindo com as formas estratégicas possíveis de realizar e que assumiram o compromisso de acompanhamento e suporte com a formação desses sujeitos.

Consta como objetivo geral do RAJ, no Projeto Político Pedagógico (PPP):

Capacitar e formar profissionalmente de jovens rurais entre 15 a 29 de anos, estudantes do ensino Médio e/ou que já o concluiu, de comunidades rurais, comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária, com o intuito de desenvolver competência e capacidade profissional para mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários ao melhor

desempenho de sua atuação social na área do associativismo e cooperativismo nas dimensões produtivas, artística, cultural, sociais e educativas para uma melhor atuação e intervenção da realidade do território (PPP, 2014, p. 13).

O RAJ-UnB iniciou as suas atividades com os jovens em julho de 2015. Para a juventude camponesa que vivenciou a formação, além do previsto na sua estrutura do projeto, o RAJ cumpriu uma tarefa estratégica de formação, preparando-os para os próximos passos com a formação acadêmica, inserindo-os na realidade de outros jovens, possibilitando formação para as pessoas das comunidades que foram colaboradoras no percurso formativo.

O curso construiu estratégias e metas para a atuação da juventude do campo na participação das organizações e movimentos sociais em que suas comunidades estão inseridas, visando à participação do homem e da mulher independentemente da idade. Vem potencializando os jovens rurais na sua capacidade de planejar, promover e executar ações coletivas, sistematizando e intensificando os debates e as experiências vivenciadas pelos principais atores do campo.

Uma formação para os jovens do campo que possibilita o acesso ao conhecimento formal sem que seja preciso sair da sua realidade. Fomos levados a contar nossas histórias e conhecer melhor nossas comunidades e as pessoas que fazem parte. No RAJ tenho vivenciado coisas maravilhosas, o que só é possível por ser um curso da Educação do Campo que valoriza o sujeito e sua realidade. Estamos sempre interagindo e trocando conhecimento, seja entre nós ou nas comunidades nos diversos territórios que fazemos parte. Essa possibilidade de conhecer como o outro vive torna o nosso curso valoroso e riquíssimo na permanente troca dos saberes (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

São projetos pensados e construídos coletivamente, um compartilhar de sonhos moldando uma nova realidade a partir das demandas reais da juventude camponesa, que é tão excluída na sociedade, sem um olhar específico de políticas públicas voltadas para o seu fortalecimento, o que acaba contribuindo para que abandonem suas origens, tornando o processo de execução mais rico e construtivo.

O Residência Agrária Jovem busca a unificação da teoria e prática, uma integração entre a universidade e a realidade da juventude camponesa, além do crescimento dos movimentos em uma perspectiva metodológica, política e social

que pauta pedagogicamente estratégias de um novo olhar do público jovem, que muitas vezes está sem perspectivas dentro dos assentamentos e nas comunidades tradicionais no território quilombola.

O RAJ teve o cuidado de prever bolsas de pesquisa no projeto para as monitoras, como a pesquisadora, possibilitando dedicação integral no acompanhamento para a execução das metas durante o período de vigência do projeto. É o resultado de uma das estratégias para se pensar e construir com as organizações que assumiram participando da coordenação político-pedagógica, realizando o acompanhamento dos tempos formativos em um Núcleo Territorial, que não é por acaso onde vivemos. A estratégia de ter coordenadoras inseridas nas comunidades e nos territórios dos jovens em formação possibilitou garantir um acompanhamento efetivo e permanente.

2.2 Os principais elementos do Projeto Político Pedagógico do Residência Agrária Jovem - UnB

A estratégia de construir coletivamente um projeto articulado com as várias organizações do ponto de vista operacional visou constituir uma coordenação político-pedagógica com representantes dos movimentos e organizações sociais do campo e das comunidades tradicionais participantes da construção, possibilitando uma melhor divisão das tarefas e o acompanhamento integral dos tempos formativos de forma consistente e mais viável para desenvolver o processo formativo nos territórios com os jovens.

Como o edital trouxe a proposta de ser um curso complementar aos estudantes que estavam cursando o ensino médio e para os que já o haviam concluído, o RAJ visou trabalhar os tempos formativos da Educação do Campo na seguinte estrutura: **Tempo Escola** na Universidade - FUP com cinco grandes seminários inspirados nas ações do Terra em Cena (com os cursos da LEdoC e da Especialização em Residência Agrária): Seminários Conexões I, II e III; Juventude rural como ator político; Juventude e questão agrária no final, para socialização geral dos projetos de intervenção; dois Encontros Itinerantes nos Núcleos Territoriais Kalunga e Planaltina, que envolveram todos os jovens; e o **Tempo Comunidade**, no qual se desenvolvera a parte formativa prática nas comunidades e territórios com

diversas oficinas (formativas, de acompanhamento, construção dos projetos de intervenção e monitoramento).

A complexidade da formação na Pedagogia da Alternância, prevendo a maior parte do processo formativo nas comunidades e territórios dos participantes, demandou um integral compromisso dos envolvidos. No caso da pesquisadora, em decorrência de seu processo formativo nos cursos da Educação do Campo, faz parte da realidade dos jovens que acompanhara e pelo processo de lutas do seu movimento social, um grande número de jovens ingressaram no RAJ, e para acompanhá-los, somou com outra coordenadora que representava o MST.

Freire (s.d.) afirma: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Quando nos percebemos sujeitos protagonistas, contribuímos com a formação de outros nessa mesma perspectiva, e atender o público jovem de 15 a 29 anos foi de bastante interesse para os jovens. Porém, surge um primeiro desafio: boa parte dos jovens mapeados não tinha o perfil determinado, por estar cursando o Ensino Fundamental, apesar de estar com a idade de já ter concluído o Ensino Médio. Para esse público, nós, do MST, tínhamos outras propostas de cursos em EJA Fundamental.

Entretanto, esse não foi o maior desafio encontrado, alguns dos jovens e das jovens não tinham documentos pessoais, como carteira de identidade e CPF. Por falta de acesso à internet, a maioria não tinha *e-mail*, nenhum tinha o Currículo Lattes nem possuía conta bancária. Para a abertura das contas, o banco solicitou declaração para comprovar a existência do curso e a concessão das bolsas, além de outras demandas necessárias para o cadastro junto ao CNPq e para se tornarem bolsistas do projeto.

Muitos contratemplos surgiram, como: dados incompletos passados por terceiros, falta de foto, problemas nos *e-mails*, CPF, no cadastro no Lattes, nas contas dos jovens que não foram ativadas, contas que abriram errado e o grande limitante encontrado na comunicação precária com os jovens. Além desses, outros desafios foram aparecendo, e coube às representantes das comunidades que acompanhavam os jovens serem as mediadoras para executar os procedimentos necessários para solucionar os problemas, até que os jovens ficassem regularizados e aptos.

Foi um riquíssimo e importante aprendizado acompanhar os jovens desde a fase inicial, no exercício como gestoras e mediadoras que passam a ter um olhar

mais amplo das demandas necessárias a serem previstas em um projeto para sua efetivação. Além do que a participação, desde a construção, possibilitou que as discussões sobre o curso junto aos movimentos e comunidades envolvidas fossem sendo bem amadurecidas e bem adiantadas.

No primeiro semestre de 2015, foi realizado o primeiro seminário com todos os participantes na FUP, chamado de “Seminário Mobilizador”. O resultado desse primeiro grande encontro foi a construção coletiva dos dois ciclos formativos, cada passo do processo de formação debatido minuciosamente. A coordenação apresentava as intencionalidades formativas de cada atividade e objetivos a serem alcançados, e os presentes contribuía estrategicamente com a estrutura do RAJ.

O primeiro ciclo foi denominado de “**Ciclo da História e Memória**” e integrou dois grandes seminários: o Seminário Mobilizador realizado na FUP, com a participação de todos os parceiros e de alguns jovens, e o Seminário Conexões I, com os cinquenta jovens também na FUP. Foram realizadas nas comunidades quatro oficinas durante esse ciclo, que ocorriam simultaneamente em todos os NTs do RAJ: Teatro do Oprimido, escrita, projetos, Cineclubismo popular, associativismo e cooperativismo, técnicas de plantio e manejo com práticas agroecológicas, de acompanhamento e monitoramento.

No Encontro Itinerante I, com todos os jovens do projeto e parceiros, que aconteceu em Cavalcante/GO no NT Kalunga, os jovens saíram com apontamentos bem estruturados dos projetos de intervenção. Já na sequência, foram realizadas oficinas na FUP de Produção dos Projetos, em que os jovens apropriaram-se dessa linguagem e cada projeto de intervenção foi construído pelos seus protagonistas, e a formação pela sua estratégica função foi realizada com todos os jovens.

FIGURA 4: Encontro Itinerante I - NT Kalunga, Cavalcante/GO



Fonte: (RAJ, 2016)

O NT de Planaltina, que chegou a contar com vinte jovens (doze foram até o final), é composto por cinco comunidades: duas em Planaltina/GO e três em Planaltina/DF, sendo estas últimas áreas da Reforma Agrária organizadas pelo MST/DFE. Foram elaborados quatro projetos de intervenção pelos jovens. Planaltina/GO concebeu o projeto de intervenção para resgatar o grupo de teatro do assentamento Itaúna. Nas comunidades de Planaltina/DF, o Acampamento Rosely Nunes a ideia era de uma horta agroecológica comunitária. Os outros dois projetos tiveram a intervenção dos sujeitos participantes da pesquisa: o Acampamento 8 de Março pensou a construção de uma associação e o Assentamento Pequeno Willian tratou do Cineclubes. Anexamos a esta dissertação os projetos construídos e realizados pela juventude camponesa.

Das oficinas realizadas para fortalecer os projetos de intervenção dos jovens, destacamos as de Associativismo e Cooperativismo, Cineclubismo Popular, Teatro do Oprimido, somados ao processo formativo. Foram realizadas também oficinas de acompanhamento do processo formativo da juventude no Tempo Comunidade e da construção e definição dos projetos, monitoramento com assessores específicos para cada projeto de intervenção, encerrando o primeiro ciclo com os projetos de intervenção já estruturados.

A oficina de Associativismo e Cooperativismo aconteceu em várias etapas. A primeira, mais teórica, foi realizada na FUP com os cinquenta jovens, a fim de acessarem conhecimentos produzidos sobre o tema, assessorados pelo educador parceiro do curso de Tecnólogo em Agroecologia do IFB, o professor Dr. Vicente

Virgolino, apresentando toda a função social e as demandas de uma estrutura necessária para se montar associação e cooperativas. A juventude camponesa do RAJ em atividade montou grupos por comunidades para fazerem o projeto de uma associação ou cooperativa, com estatuto e diretoria formada.

Essa formação foi motivadora para a juventude camponesa do Acampamento 8 de Março, pois a construção da tarefa da associação ou cooperativa tinha o desafio para os jovens de realizar um diálogo com a comunidade. Apesar de ser apenas um exercício, foi levantada a real demanda de uma associação. Quando apresentaram os resultados das pesquisas na oficina no NT Planaltina, os jovens assumiram que esse seria o projeto de intervenção deles.

Visando ao futuro da produção da comunidade, a associação é uma ferramenta estratégica para contribuir com a organização da produção com intencionalidade de acessar, por meio de associação, chamadas públicas e outros benefícios para os associados.

FIGURA 5: 1ª Reunião sobre a construção da associação do Acampamento 8 de Março



Fonte: (RAJ, 2016)

Para a elaboração do projeto de intervenção dos jovens do Assentamento Pequeno Willian, foi identificada a demanda de atividades culturais para promover

momentos de lazer para a comunidade. Os jovens em formação do RAJ, junto com a juventude camponesa local, organizaram o coletivo da juventude para atuarem juntos e decidiram organizar o Cineclube.

Esse projeto demandou uma formação específica, sendo realizada a oficina de capacitação profissional do Cineclubismo Popular, que contou com a contribuição da educadora Adriana Gomes, profissional atuante no audiovisual e vídeo popular há mais de 15 anos. O desafio trazido pela educadora foi para os jovens não desistirem diante das dificuldades que iriam encontrar, pois qualquer atividade que envolva cultura e participação exige persistência e cuidados especiais.

Adriana Gomes (2016) afirma: “plante a semente do cinema no seu coração e na sua comunidade, que o Cineclube floresça, contagiando a comunidade com essa magia que é ver filmes de um jeito muito apaixonante, envolva as crianças, jovens, adultos, professores e a comunidade nessa história e mande ver!”. A partir dos materiais de estudos organizados por ela, segue um esclarecimento sobre o tema, imprescindível para o acesso ao conhecimento da construção histórica.

FIGURA 6: Oficina de Cineclubismo Popular - NT Planaltina



Fonte: (RAJ, 2016)

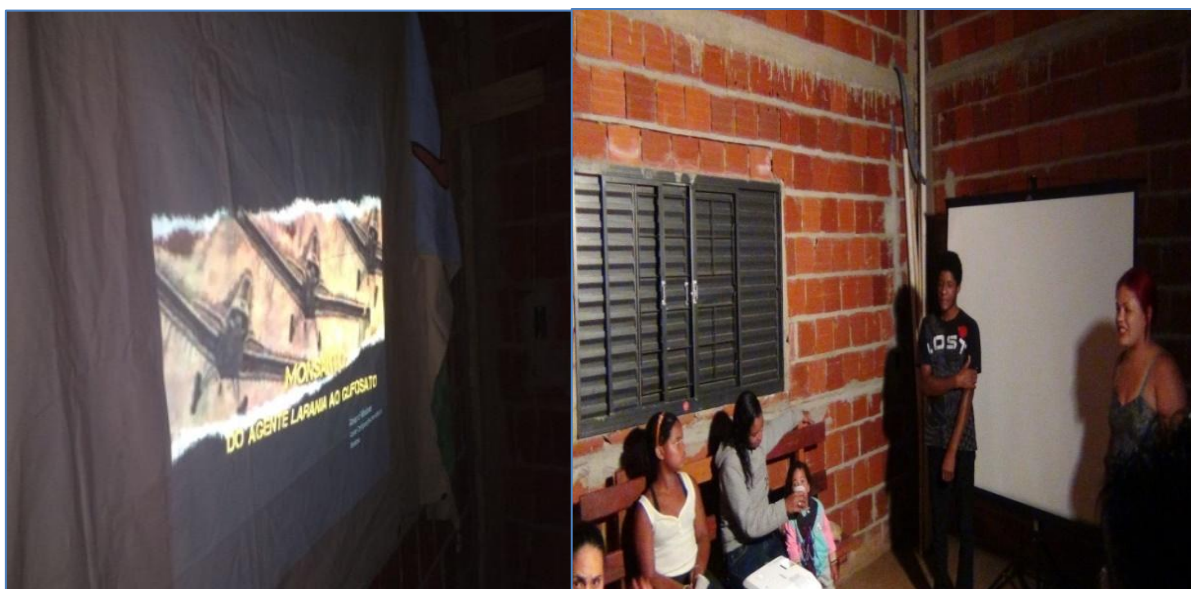
O Cineclubismo está presente na história do Brasil desde o início do cinema e está intimamente ligado à formação da nossa cultura cinematográfica, a arte de

assistir filme e promover uma reflexão ou debate sobre ele. O cineclube é um movimento promovido por militantes, não tem fins lucrativos, tem uma estrutura democrática, coletiva e formativa, e são necessárias várias etapas para sua realização.

A primeira é pensar o cineclube como uma intervenção na realidade, construir um projeto com justificativas, metas a serem alcançadas e objetivos, quais estratégias fílmicas serão utilizadas, ou seja, quais filmes farão parte. Normalmente um tema escolhido é composto por vários filmes e documentários para possibilitar que alcancem o objetivo com o cineclube, que não é apenas uma sessão de cinema, são pensados blocos formativos e os filmes não são escolhidos aleatoriamente.

Outra etapa fundamental é a escolha do local, providenciar os equipamentos de áudio e vídeo que serão utilizados, apropriação das técnicas de utilização dos equipamentos. É imprescindível que toda a equipe do Cineclube domine a utilização dos equipamentos, assistam e debatam entre si o material selecionado antes de passar na atividade. A construção desse processo é um trabalho construído e conduzido coletivamente, e antes da realização do evento é necessário realizarem a mobilização da comunidade.

FIGURA 7: Cineclube do RAJ no Assentamento Pequeno Willian



Fonte: (RAJ-UnB, 2017)

No início do Cineclube, improvisaram lona para projeção, pois no processo em andamento já com telão é fundamental que o coletivo se prepare para realizar a

mediação do debate sobre os filmes, cuidados essenciais, entender a construção de imagens, as ideias construídas por elas e as intencionalidades no contexto político. Esse coletivo de juventude fazia material impresso para divulgação e ia de casa em casa convidando a comunidade para a atividade, falando da importância desse movimento, que é o Cineclube.

FIGURA 8: Jovem Sylvaneide convidando a comunidade para o Cineclube



Fonte: (RAJ, 2016)

Outra importante oficina realizada para todos os jovens nos seus NTs foi o Teatro do Oprimido, uma importante linguagem formativa como prática pedagógica da Educação do Campo, a linguagem teatral, que agrega múltiplas linguagens, como a literária, com poemas e poesias, músicas, artes plásticas, dança, etc.

O Teatro do Oprimido possibilita aos jovens trazer para debate questões inerentes da realidade, como: racismo, violências em várias dimensões, assédio, o avanço do modo de produção do agronegócio nos territórios camponeses e os impactos gerados por ele, o valor da preservação da identidade cultural dos povos do campo e as formas de opressão.

A escolha em trabalhar com os jovens essa linguagem não se resume apenas a fazê-los problematizar a realidade, mas são realizados diversos exercícios

chamados de jogos para atores e não atores, que concentram estratégias contra-hegemônicas para a formação humana e o protagonismo do sujeito. São jogos para desautomatização e desmecanização do corpo, para concentração, foco e olhar periférico, posicionamento de voz, análises críticas das situações, cuidado com o outro e com o coletivo, além de criar propostas de solução e intervenção como alternativas de resolução de um problema.

Um bom material sistematizado de subsídio para trabalhar com essa técnica foi produzido pelos grupos de pesquisa vinculados à Especialização em Residência Agrária e o Terra em Cena. Encontra-se no **Caderno nº 4 – Residência Agrária UnB – Teatro Político, formação e organização social**. Os jogos têm o livro produzido pelo dramaturgo Augusto Boal, 200 jogos para atores e não atores.

Pensando em romper com a lógica da cultura como mercadoria, é importante ressaltar que a linguagem teatral não faz parte da realidade dos povos do campo, já que na lógica do entretenimento da sociedade capitalista o teatro e o cinema são concentrados nos grandes centros urbanos e raras vezes estão nas periferias. É uma lógica que exclui o acesso dos povos do campo à arte.

O Teatro do Oprimido rompe com a estrutura mercadológica da necessidade do espaço físico específico, tudo pode ser qualquer coisa. Em um dos jogos teatrais, por exemplo, uma garrafinha de plástico pode ser violão, livro, microfone, ferramenta de trabalho, o que a imaginação quiser, possibilitando ao ator e ao não ator participar de todo o processo criativo e produtivo das intervenções teatrais. O telespectador é atuante e pode intervir na cena, substituir um ator e propor outra cena, romper com as quatro paredes que distanciam o público e a peça teatral, uma liberdade criativa emancipadora.

O Teatro do Oprimido, de certo modo, não representa, as pessoas que estão no palco contam suas próprias histórias, elas não simulam. Só que aí aparecem vários problemas, o menor deles não é a versão redutora que é dada à competência dos oprimidos: os camponeses só podem falar do campo, as mulheres do sexismo, os negros do racismo. [...] Temos de pensar que podemos atuar mediante outros papéis além daqueles que atuamos em nossa rotina (BOAL, 2015, p. 83).

Utilizar o Teatro do Oprimido com a juventude camponesa do RAJ nos desafiou a pensar como estratégia transversal das práticas pedagógicas, tornando

possível trabalhar com a linguagem teatral, com a dramaturgia vinculada à vida dos participantes, possibilitando articular história, política, método e conteúdo, configurando como uma categoria histórica no processo de emancipação humana e no fortalecimento das identidades da juventude camponesa, vista de um outro prisma com base na coletividade.

O segundo ciclo, “**Formação, políticas públicas e juventude rural**”, inicia com o Seminário da Juventude Rural e Questão Agrária na FUP para cinquenta jovens, com o Seminário Conexões II, para o mesmo público no mesmo local, as oficinas de monitoramento dos projetos de intervenção, de escrita e de preparação para o segundo encontro itinerante.

O Encontro Itinerante II, para os cinquenta jovens no Acampamento 8 de Março, foi organizado e coordenado pelo NT de Planaltina: oficinas de produção de texto coletiva, oficinas para apresentação de como estava o andamento dos projetos de intervenção e, finalizando o curso, o Conexões III na FUP, com todos os participantes do curso, os jovens, os colaboradores das comunidades e parceiros.

FIGURA 9: Preparação do Encontro Itinerante II - NT Planaltina



Fonte: (RAJ, 2016)

Para chegarmos a essa estrutura formativa, foram realizadas várias reuniões com a equipe de coordenação, cujas coordenadoras (Eliene Novaes e Regina

Coelly), com muita clareza, apresentaram as demandas e possibilitaram às integrantes da CPP um permanente aprendizado num processo de formação que alcançou a todos os participantes. O projeto foi pensado com base na realidade dos jovens, construindo uma proposta política pedagógica transversal, que para algumas de nós era a primeira vez em uma tarefa como esta.

O projeto cumpriu suas metas com planejamentos construídos coletivamente pela equipe da coordenação política pedagógica, com a participação dos jovens e representantes dos parceiros e das comunidades nas atividades, proporcionando aos jovens oportunidades de pesquisar e conhecer a realidade das lutas, dos desafios e das conquistas das comunidades inseridas no NT. Assim, possibilitou que a juventude camponesa pudesse resgatar, socializar, apresentar e fortalecer a história e a memória do seu território.

Como resultado do processo formativo, foi colocada como meta a produção de dois documentários. Para a formação realizada com os jovens, para se apropriarem das técnicas necessárias para a produção e edição dos documentários, estruturou-se um minicurso, entendendo essa linguagem com o audiovisual no âmbito da Educação do Campo e dos movimentos sociais, como um letramento em audiovisual necessário à capacitação dos jovens.

FIGURA 10: Formação em audiovisual na FUP com o NT Planaltina



Fonte (RAJ, 2016)

Portanto, foi uma formação bem além de uma ordem meramente técnica, voltada para registro e sistematização das atividades no Tempo Comunidade, foi ferramenta estratégica para a juventude camponesa fazer a leitura do seu território e comunidades. As imersões para a formação eram concentradas na FUP. Fizeram parte da equipe de formação os integrantes do Terra em Cena, Felipe Canôva e Adriana Gomes.

Como era inviável realizar a formação com os cinquenta jovens do RAJ, o curso tinha a equipe de comunicação composta por dois jovens de cada projeto de intervenção, que eram responsável pelos registros e comunicação das atividades desenvolvidas nos territórios. A proposta de participar do processo de formação com o audiovisual foi qualificar profissionalmente a equipe de comunicação, passando por essa formação dois representantes de cada projeto de intervenção e uma coordenadora de cada NT.

FIGURA 11: Jovem fazendo registros em atividade do NT Planaltina



Fonte: (RAJ, 2016).

A formação ocorreu para que os participantes se apropriassem de uma leitura crítica do audiovisual, tendo como estratégia formativa o aprendizado coletivo da técnica e da linguagem. Foram apresentados os acúmulos dos movimentos sociais do campo com as brigadas de audiovisual, ou seja, grupo de militantes realizadores de audiovisual, vinculados aos coletivos de cultura, comunicação e juventude do MST e da Via Campesina, possibilitando uma ruptura com a produção alienada do audiovisual.

Proporcionando à juventude camponesa e à coordenação participante o acesso a uma noção aprofundada do processo de forma integral, na prática essa formação apresentou os equipamentos: várias câmeras e como utilizá-las, formas de planejamento, construção de roteiros, captação de imagem, filmagem, decupagem (processo de seleção minuciosa do material a ser utilizado), programa de edição passo a passo, de como trabalhar e editar com apresentação do material produzido. O resultado foi o documentário "Residência Agrária Jovem FUP - UnB: resgatando a identidade da juventude do campo"¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <https://youtu.be/kQraLy63tbQ>.

2.3 A materialização da ideia dos Núcleos Territoriais nas comunidades rurais integrantes do Residência Agrária Jovem – UnB

Para um melhor entendimento do leitor sobre os Núcleos Territoriais, podemos afirmar que são as divisões dos jovens em formação por território que possibilitam a realização coletiva das atividades do Tempo Comunidade (TC), acompanhadas e monitoradas pelos educadores e monitores, partindo do pressuposto da atuação da universidade no território de origem dos sujeitos em formação da Educação do Campo. Demanda uma construção de estratégias que alcancem os objetivos propostos da formação, potencializando o papel dos sujeitos, das suas comunidades e territórios de origem, o que foi proposto pelo Residência Agrária Especialização da UnB:

As etapas de TC são desenvolvidas a partir do acompanhamento da equipe da coordenação, professores e alunos bolsistas aos processos pedagógicos vinculados com a realidade social, ambiental e do trabalho do educando junto a seu assentamento ou comunidade [...], sendo que, a compreensão e o desenvolvimento dos trabalhos de TC são a centralidade das ações pedagógicas do curso (Caderno 1, Residência Agrária - UnB, 2015, p. 18).

Em contraponto, é a universidade cumprindo a sua função social como mediadora das forças coletivas atuantes nos territórios dos sujeitos em formação, empenhada em fortalecer os processos produtivos e culturais, estimulando que os estudantes atuem como protagonistas do próprio processo educativo.

Para realizar esse mapeamento e formar um NT, são identificados nas áreas de abrangência do curso da Educação do Campo estudantes e comunidades que, pela proximidade geográfica, possam formar um núcleo de atuação de um coletivo específico, ou seja, é exatamente pela questão da territorialidade que o denominamos Núcleo Territorial. As atividades de cada NT são construídas coletivamente pelos seus próprios protagonistas a partir das realidades e demandas identificadas por eles, com supervisão da coordenação político pedagógica do curso, educadores e monitores bolsistas.

Os cursos da Educação do Campo consideram como todos os espaços formativos, denominados agências formativas, têm a realidade dos educandos como

centralidade pedagógica para formar sujeitos protagonistas que desnaturalizem o que está posto, possam apropriar-se das suas histórias e memórias, reconhecer e entender seu território, valorizar e continuar existindo como camponeses, aprendendo a olhar com criticidade as experiências históricas e as realizadas a partir das demandas identificadas para que possam propor intervenções nas suas comunidades, territórios e organizações sociais.

A compreensão da importância das agências formativas do meio articula-se a uma estratégia pedagógica central que vem sendo desenvolvida nos cursos de Educação do Campo da FUP para potencializar os resultados das formações desenvolvidas, que é exatamente a organização das ações do Tempo Comunidade a partir dos Núcleos Territoriais. Nos diversos cursos de Educação do Campo lá desenvolvidos, os educadores da FUP procuram trabalhar com os territórios numa perspectiva de fortalecimento do protagonismo dos sujeitos camponeses nesses locais e possibilitar acesso a um processo de formação.

No trabalho formativo realizado com o mesmo público, iniciado com a primeira turma da LEdoC da FUP em 2008, articulado com os projetos de extensão que foram desenvolvidos, como o Terra em Cena, os integrantes desenvolveram processos formativos nas comunidades com a linguagem teatral. Muitos jovens que se inseriram no processo formativo do teatro estão hoje na LEdoC. Outro grande envolvimento por parte da juventude foi a formação de educadores para o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Os projetos de extensão foram estratégicos, pois mobilizaram o público, e outras turmas da LEdoC e Residência Agrária Especialização foram articulando, possibilitando a inserção das pessoas das comunidades, principalmente os jovens, que seguem ocupando cursos como a LEdoC, o RAJ e outros desenvolvidos pela Educação do Campo. Inserem também nesses processos formativos professores das escolas do campo em uma outra lógica de formação, em que os participantes são estimulados a se inserir organicamente nas organizações sociais, como as associações.

CAPÍTULO 3 – NÚCLEO TERRITORIAL PLANALTINA: AS AÇÕES DO PROGRAMA NAS COMUNIDADES E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DA JUVENTUDE CAMPONESA

3.1 Contextualização do Núcleo Territorial de Planaltina

É fundamental apresentar o território no qual estão inseridas as comunidades dos sujeitos participantes desta pesquisa das áreas da Reforma Agrária do Assentamento Pequeno Willian e do Acampamento 8 de Março, localizadas na Regional Administrativa de Planaltina do Distrito Federal, Capital Federal, que é composta por 31 Regionais Administrativas, que ficam ao redor de Brasília.

No Brasil Império, a capital era denominada de **Município Neutro da Corte**, e a partir da promulgação da Constituição Republicana de 1891, passou a se chamar Distrito Federal, com a previsão de mudança dos Três Poderes do Sudeste para a Região Centro-Oeste do Brasil, o que ficou um pouco esquecido. Somente após a Revolução de 1930, o assunto voltou à tona e a Constituição de 1946 previu que o novo Distrito Federal seria posteriormente sediado em Brasília.

O texto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 estabelecia:

Art. 3º. Fica pertencente à União, no Planalto Central, uma zona de 14.000 m², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

No século XVIII, a região atualmente ocupada pelo DF, cortada pela linha do Tratado de Tordesilhas, que dividiu os domínios entre portugueses e espanhóis, tornou-se rota de passagem para os garimpeiros de origem portuguesa em direção às minas de Mato Grosso e Goiás. Data dessa época a fundação do Arraial de Mestre d'Armas, que hoje é a Região Administrativa de Planaltina no DF, cujo surgimento está ligado diretamente à dinâmica da formação, estruturação e consolidação das fazendas.

De início, território pertencente à Vila de Santa Luzia (hoje, Luziânia/GO) e em 1837 transferido ao Julgado dos Couros (hoje, Formosa/GO), Planaltina é a área na qual foi colocada a Pedra Fundamental da futura Capital Federal no dia 7 de setembro de 1922, no Morro do Centenário (conhecido mais como Morro da Capelinha). Toda a região era considerada como sertão goiano, o ponto central do

Brasil. Após a inauguração de Brasília, nos anos 60, Planaltina foi anexada como então cidade-satélite.

Na primeira metade do século XIX, o Arraial ganhou registro nos mapas da região, e é citado como referência devido a sua posição geográfica estratégica: estava localizado no centro divisor de bacias; passagem quase obrigatória para os viajantes do sertão planaltino. Um desses documentos é o mapa produzido por José Raimundo da Cunha Mattos (Governador das Armas de Goiás, na época) resultado das visitas que fez aos povoados da região, em 1824. A partir daí, rotas vindas do Rio de Janeiro e Salvador, convergiam para o Arraial Mestre D' armas: a mais antiga delas era a Picada da Bahia. Também havia a Estrada Real de Minas, que saía de Rio de Janeiro, atravessava Minas Gerais e chegava a Santa Luzia, pelo registro dos Arrependidos, e ao Arraial dos Couros (hoje Formosa - GO), pelo registro da Lagoa Feia (SARAIVA, 2013, p. 20).

Analisando o território, percebe-se a forma estratégica como foi pensada a localização da nova capital do Brasil no sertão goiano, que a deixa totalmente protegida: não há como ter invasão pelo mar; os três Poderes estão centralizados na região, bem como as Forças Armadas; taticamente também está protegida pelos peões (a classe trabalhadora), que moram ao redor, nas satélites. O Distrito Federal, que abriga a capital, está localizado na Região Centro-Oeste do território brasileiro.

Ao ser incorporada como “cidade-satélite” de Brasília, a tradicional Planaltina se viu diante da necessidade de modernização. Com isso, parte do seu patrimônio arquitetônico, festas e outros elementos da tradição cultural sertaneja foram bastante afetados: casas foram demolidas e muitas festas tradicionais deixaram de ser realizadas. A ideia de ter que acompanhar o ritmo modernista da Nova Capital predominou durante muito tempo, o que fez com que Planaltina tivesse muitas perdas.

Dentro desse contexto de perdas, quando Planaltina foi cogitada para ser incorporada à futura Capital Federal em meados da década de 1950, inserida no quadrilátero, ela perdeu parte do seu espaço geográfico: uma parte deixa de ser de um município goiano e passa aos domínios do DF; a outra ficou de fora e passou a se chamar Planaltina de Goiás, apelidada de Brasilinha.

A ideia da modernização afetou diretamente Planaltina/DF no processo histórico-cultural e tradicional, no crescimento urbano desordenado, falta de emprego, de infraestrutura básica para atender à população planaltinense.

As comunidades rurais desse território, principalmente os assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, sofreram com a ofensiva dos interesses da máfia de terras do Distrito Federal, que tem origens históricas nas ações de grilagem de terras com o envolvimento de forças políticas. São práticas históricas que levam a sociedade organizada

e os movimentos sociais do campo e da cidade a buscar unidade na luta em defesa de seu território.

Não é por acaso o pouco interesse do governo no fortalecimento da produção da agricultura familiar e dos pequenos produtores. A enorme burocracia consegue protelar por anos a consolidação de um assentamento da Reforma Agrária no Distrito Federal como estratégia política de enfraquecer a luta pela terra, desmotivando os acampados, muitos dos quais acabam por desistir da luta.

Enquanto isso, o governo não impede o avanço das práticas do agronegócio, com desmatamento e uso intensivo de agrotóxicos próximos das bacias hidrográficas, mananciais, áreas de preservação permanente (APP) e a expansão dos condomínios de luxo, com a especulação imobiliária. Inseridos em um território que tem o modelo de produção agrícola convencional, os assentamentos da Reforma Agrária buscam implementar práticas na produção que valorizem a cultura camponesa, respeitem o meio ambiente e qualifiquem a vida das famílias camponesas no campo social, político e cultural.

A Reforma Agrária Popular proposta pelos movimentos sociais atende uma demanda nacional da democratização social da terra, ou seja, a distribuição massiva de terras aos camponeses, distribuindo-as a todos os que quiserem fazê-las produzir em equilíbrio com o ecossistema e delas usufruindo para a manutenção da vida.

Reforma Agrária que nossa época reclama, deve responder às contradições assinaladas, com o objetivo de superá-las, e ir de encontro às necessidades de nosso povo, das massas trabalhadoras, da economia do país, da razão do desenvolvimento da unidade da própria nação. As contradições que reclamam solução são tanto de origem agrária quanto camponesa, embora nem todos assim o entendam. Daí acharmos útil acompanhar o raciocínio das tensões registradas, analisando e indicando soluções para os dois aspectos essenciais do problema: o caráter da Reforma Agrária e as forças sociais interessadas na respectiva reforma (STEDILE, 2005, p. 151).

Pensar modelos de assentamentos da Reforma Agrária que tenham como modo de produção a matriz produtiva agroecológica, que valorizem as culturas e as juventudes camponesas, exige um permanente construir e desconstruir, entendendo que existe um processo de transição no modo de produção das famílias. Nesse campo de desafios de acesso ao conhecimento, os cursos de Educação do Campo contribuem diretamente, possibilitando aos sujeitos em formação fortalecerem os debates propostos, identificar os problemas juntamente com a comunidade e de

ressignificar as práticas produtivas e organizativas a partir de propostas construídas e implementadas coletivamente.

As forças de resistência nesse território, no qual estão inseridas as áreas que fazem parte desta pesquisa, são: os amigos do Centro Histórico, os movimentos sociais do campo e da cidade, grupos culturais e teatrais com décadas de lutas e resistência, as rádios comunitárias que há vários anos fortalecem a produção cultural. Nesse contexto histórico, é importante ter assentamentos da Reforma Agrária com projeto de um modo de produção orgânica e agroecológica, com a tarefa de produzir a vida ecologicamente correta e sustentável, resgatar tradições culturais e o fortalecimento das identidades camponesas.

Partindo das singularidades da realidade do campo e das comunidades tradicionais, o Residência Agrária Jovem constitui a busca de consolidar mais uma experiência de educação vinculada à realidade dos sujeitos, formando pessoas protagonistas de suas histórias, pensantes e interativas, capazes de intervir na realidade, participando ativamente como sujeitos de transformação, com ações potencialmente críticas que façam parte do movimento dialético, buscando o conhecimento nos espaços institucionais, somando às suas culturas e às realidades históricas dos seus territórios, transformando em ações que fortaleçam e valorizem a identidade coletiva do seu povo.

Os históricos das áreas que serão apresentados foram construídos pela juventude camponesa do RAJ que, a partir de entrevistas realizadas com os moradores mais antigos das suas comunidades, redigiram documentos que foram apresentados como resultados dos diagnósticos realizados.

3.1.2 Acampamento 8 de Março

Situado na fazenda Toca da Raposa, na Regional Administrativa de Planaltina/DF, o acampamento é organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST/DFE. As famílias acampadas estão vivendo no local desde março de 2012 e vêm lutando para que a área seja destinada para fins de Assentamento da Reforma Agrária. Existe uma disputa judicial entre o MST e o grileiro Mário Zinatta, que ocupa uma área de 1.258 hectares, sendo 489 hectares pertencentes à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), uma Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal.

O MST pleiteia a área desde 2004, quando realizou a primeira ocupação nesse território e sofreu uma liminar de despejo. Depois organizou a segunda e a

terceira ocupação em anos sucessivos, porém nenhuma teve êxito em conquistar a área para destinar a um assentamento e garantir a permanência das famílias.

A partir de uma nova ocupação no dia 8 de março de 2012, organizada pelas mulheres, o MST restabeleceu o acampamento na área pleiteada, produzindo pequenos sistemas agroflorestais, hortos medicinais e permanecendo até os dias atuais.

A área em questão está destinada, pelo Conselho de Políticas de Assentamentos (CPA), para a criação de assentamento, porém o MST aguarda o resultado da decisão judicial, que está na fase de perícia da documentação apresentada pelo grileiro. O acampamento tem 105 famílias em uma área de três hectares cercada pela Terracap a partir de acordo feito na Comissão de Combate à Violência no Campo, na Ouvidoria Agrária Nacional do INCRA. Em decorrência desse acordo, as famílias ficaram sem espaço para criar os pequenos animais, para produzir o próprio alimento, sem espaço para o lazer, e os jovens e as crianças não têm como praticar esporte, nem que seja num pequeno campo de futebol.

Nas madrugadas de todos os dias da semana, as famílias acampadas precisam enfrentar a dificuldade de sair em busca de carona ou de andar quilômetros para prestar pequenos serviços nas chácaras, fazendas vizinhas ou nas regiões administrativas mais próximas, em busca de trabalho, diária ou para comercializar seus artesanatos, doces ou hortaliças produzidas nos pequenos quintais, indo às feiras para garantir a sobrevivência da família, que vive com o mínimo e com muitas dificuldades.

A morosidade do Estado é uma condição do descaso para com as famílias acampadas, permitindo que um único grileiro possa usufruir de uma extensão de terra pública tão grande para plantios convencionais que utilizam agrotóxicos de venda proibida no Brasil, conforme foi denunciado desde 2004, para plantios de soja, milho e criação de animais de grande porte, sem titularidade da posse, com o intuito de fortalecer o agronegócio com a exportação da produção, não produzindo alimentos para a população do Distrito Federal.

No local, a devastação do cerrado é total, resultado das máquinas tipo "correntões" e equipamentos de alta tecnologia que esmagam e matam a natureza, destruindo todas as nascentes, eliminando qualquer tipo de vida existente no solo com o uso abusivo de veneno jogado na terra e que escorre na época de chuva para

a Estação Ecológica de Aguas Emendadas, onde nascem as três principais bacias hidrográficas do país.

As famílias acampadas do MST querem tornar a área um assentamento-modelo e referência no manejo e produção agroecológica, visando à recuperação da vida do solo e a produção de alimentos saudáveis.

Nesse contexto, os estilos de agricultura e da produção deverão ser compatíveis com a heterogeneidade dos agroecossistemas, conciliando e resgatando os conhecimentos locais e as culturas regionais dos assentados, os avanços científicos e a socialização e uso de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde das pessoas, visando à Reforma Agrária Popular. Isso implica na necessidade da produção de alimentos em quantidade e com qualidade, assim como na possibilidade do acesso da população camponesa aos alimentos saudáveis produzidos por eles e à educação que respeite as suas especificidades.

3.1.3 Assentamento Pequeno Willian

O Assentamento Pequeno Willian hoje é localizado na Rodovia DF-128, Km-27, na Área Rural Largo da Pedra Fundamental em Planaltina/DF e faz parte da Fazenda Sálvia. É um assentamento da Reforma Agrária organizado pelo MST/DFE e tem a Agroecologia como a principal bandeira de modo de vida, de produção, de luta e resistência.

O processo de luta para a conquista do Assentamento começou em 2004, desde a primeira ocupação na fazenda Toca da Raposa. Após o despejo dessa primeira ocupação, realizado em menos de 24h, foi montado um acampamento, chamado de Ireno Alves, chegando a ter 300 famílias que ficaram por três anos na entrada da fazenda. No mesmo período da primeira ocupação, uma parte dessas famílias realizou uma nova ocupação na Fazenda Sálvia, onde hoje está consolidado o assentamento. O intuito era denunciar a ocupação irregular (grilagem de terras) em glebas da fazenda, e rapidamente foi realizado o despejo das famílias desse novo acampamento.

Quando ocorreu o despejo da ocupação, as famílias foram para uma área da EMBRAPA, próximo à BR-020. O nome do novo acampamento era Ireno Alves II, e logo se fez uma negociação e levaram o acampamento para área da Polícia Federal,

próximo à Regional Administrativa de Sobradinho/DF, em frente ao condomínio da Nova Colina.

Em maio de 2005, as famílias que estavam acampadas na frente da Fazenda Toca da Raposa, no acampamento Ireno Alves, e que consumiam água da mina em área de proteção ambiental, passaram mal e foram atendidas nos hospitais de Planaltina e Sobradinho. No meio dessas pessoas, tinha uma criança sem-terrinha de dois anos e dez meses chamada Willian, que veio a óbito, filho único de uma acampada, que também faleceu.

Essa tragédia foi silenciada, já que a *causa mortis* do pequeno Willian foi declarada como meningite, porém foi confirmado que os outros acampados que passaram mal tinham se intoxicado com a água contaminada por agrotóxicos. Então, a partir dessa tragédia o novo acampamento de Sobradinho passou a se chamar Pequeno William, em homenagem ao sem-terrinha, consolidando a bandeira do modo de produção limpa, livre de agrotóxicos, um modo de produção com bases agroecológicas, cuja compreensão será explicitada a seguir.

Pela estrutura da proposta construída coletivamente para o assentamento, vale dar ênfase à Agroecologia, que, como ciência, busca estudar modelos de produção agrícola dentro de uma visão holística, em que o agricultor e a sua família são sujeitos de todo o processo, portanto seus conhecimentos são fundamentais para sustentar o desenvolvimento dos princípios agroecológicos. Isso é possível integrando o conhecimento científico e o popular, para que os modos de produção possam levar em consideração as características do meio ambiente, a biodiversidade local, o ser humano com o conhecimento popular e os recursos existentes, aumentando a produção do alimento saudável, livre de agrotóxicos.

Observa-se que a Agroecologia constitui um enfoque teórico, metodológico e científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural, de agriculturas convencionais para estilos de desenvolvimento de agriculturas sustentáveis. A fim de possibilitar uma sustentabilidade ecossocial, é necessária equidade na distribuição de renda, diminuindo as desigualdades sociais, compatibilidade entre padrões de produção com o uso equilibrado dos recursos naturais e conservação, redução de resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e tecnologias limpas adequadas à proteção ambiental.

O Acampamento Pequeno Willian ficou na área da Polícia Rodoviária Federal, às margens da BR-020, por quase seis anos, durante os quais ocorreram intensas

negociações do MST, no âmbito do INCRA, GDF, EMBRAPA, IFB (Instituto Federal de Brasília) e Secretaria de Patrimônio da União, com outros dois movimentos que pleiteavam áreas na mesma fazenda, o Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais (MATR) e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

Como resultado das negociações, o Acampamento Pequeno Willian mudou-se para a área que foi destinada ao assentamento em outubro de 2010. Trata-se de uma área de 204 hectares, sendo 60 hectares de Reserva Permanente e 144 hectares para assentar as 22 famílias, e cada parcela tem aproximadamente 5,5 hectares de terra. O Assentamento Pequeno Willian foi planejado e implantado para ser modelo e referência em Agroecologia, foi oficializado em 2012 para assentar apenas 11 famílias, o que não foi aceito pelo MST, até que saiu a retificação para assentar 22 famílias em agosto de 2013.

Ainda em 2019, persistem alguns problemas com infraestrutura, falta da Licença Ambiental definitiva, o que inviabiliza a consolidação do projeto de fornecimento de água potável pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), conquistado em 2014. A CAESB furou um poço artesiano, colocou em cada parcela o hidrômetro e fez todo o encanamento na área do assentamento, praticamente pronto para levar a água até as torneiras dos assentados, mas, por não haver Licença definitiva, não pôde colocar máquinas para arrumar as estradas e o caminhão levar o reservatório para concluir a obra e atender as famílias com água tratada.

Entre 2013 e 2014, por meio da Associação dos Produtores e Agricultores Familiar Esperança (ASPRAFES), o assentamento conquistou o projeto de instalação da energia elétrica. Para não correr o risco de perder a oportunidade, as vinte e duas famílias fizeram as estradas à mão, assim o projeto de instalação de energia elétrica foi consolidado em 2014. Porém, para concluir o projeto da água, permanece a demanda de passar um maquinário pesado para arrumar as estradas.

Por meio de chamadas públicas, o Assentamento Pequeno Willian conquistou, via Associação, a Patrulha Rural (um trator e seus implementos agrícolas), um caminhão para o escoamento da produção e um microtrator, o que representa um salto para a produção local, porém encontra limites, já que tem uma área muito limitada para a produção orgânica e agroecológica. São realizadas as atividades agricultáveis das hortifruticulturas apenas nas áreas que antes eram pasto do IFB e pequenas áreas que algumas famílias conseguem produzir, que já

eram desmatadas para a manutenção do pasto, pois ainda não foi liberada a licença ambiental definitiva.

Na atualidade, em 2019, o Assentamento Pequeno Willian conta com: grupo dos orgânicos com oito famílias com certificação em andamento para dobrar esse número de produtores; grupo de artesanato com fibras vegetais encabeçado pelas mulheres; grupo de jovens que estão pensando projetos e ações para a juventude camponesa; cinco *kits* de irrigação disponibilizados ainda no processo de acampamento das famílias, que em 2012 permitiu o fortalecimento da produção agrícola local.

A maior parte das famílias acessou crédito de apoio inicial para assentados da Reforma Agrária, fomento mulher, inserção de algumas famílias no Programa de Aquisição de Alimento (PAA). Uma das parcelas (chácaras) foi destinada à pesquisadora e seu núcleo familiar, para ser o espaço de cultura e de pesquisas com práticas agroecológicas, a Comuna Panteras Negras, um dos locais onde os jovens desenvolvem suas atividades culturais e acontecem cursos de formação e capacitação para a comunidade.

O Assentamento preserva a característica natural do cerrado, de onde as mulheres assentadas retiram parte de matéria-prima para fazer seus artesanatos, usufruem do extrativismo para beneficiar, transformar e comercializar, aumentando as finanças das famílias. Os assentados da Reforma Agrária do Pequeno Willian produzem para o consumo e comercializam para a sociedade brasileira, sendo que boa parte das famílias já consegue viver e se sustentar do que produz no assentamento.

3.2 As intervenções dos jovens pesquisados nas comunidades rurais do Núcleo Territorial de Planaltina

FIGURA 12: Juventude camponesa do NT Planaltina/DF



Fonte: (RAJ, 2016)

Em 2015 foi realizado pelo RAJ o seminário Conexão I, com a participação dos jovens, a fim de enfrentar um grande desafio para que eles compreendessem a dialética do curso. Tínhamos a seguinte problemática: Como os jovens se percebiam? Qual o olhar e compreensão que tinham das suas comunidades, dos seus territórios e quais eram suas histórias? Eram indagações fundamentais para a construção efetiva dos paradigmas de formação da Educação do Campo em que pretendíamos formá-los. Os jovens foram divididos em Núcleos Territoriais (NTs) e construíram coletivamente um painel que os representava e retratava suas realidades.

Foram utilizadas dinâmicas diversas, como filmes e exercícios para iniciar a escrita de um diário de campo que os acompanhou durante todo o processo formativo. A construção dessa identidade coletiva, a partir do painel, fez com que compartilhassem suas histórias de vida e das suas comunidades. O painel não era um fim em si mesmo, mas um começo da construção da identidade coletiva. A cada encontro, a partir das pesquisas realizadas, eles acrescentariam no painel os

elementos novos que fossem aparecendo. A seguir, a foto da primeira socialização dos painéis.

FIGURA 13: Seminário Conexões I socialização dos painéis



Fonte: (RAJ, 2015)

Logo após o Conexões I, foram realizadas quatro oficinas, de Arte, Cultura, Teatro do Oprimido e Monitoramento. As atividades das oficinas foram planejadas e executadas nas comunidades dos NTs e sempre aconteciam em comunidades diferentes para possibilitar que os sujeitos em formação conhecessem os diferentes territórios presentes no curso e a realidade de cada comunidade.

Os jovens do NT de Planaltina participavam diretamente da preparação e organização das atividades. Esses encontros duravam um dia inteiro e demandavam toda uma estrutura para sua realização. A recepção do projeto no território foi realizada pelos jovens, sempre precedida por uma mística para contar a história de sua comunidade e da luta pela terra local.

Um grande desafio superado por eles foi conseguir convidar os moradores da comunidade a se envolverem e participarem das atividades do projeto. A maioria dos jovens teve que vencer a timidez para realizar as tarefas. O objetivo alcançado foi o

povo das comunidades protagonizando com a juventude inserida no RAJ a contação das histórias de seu próprio local.

FIGURA 14: Encontro Itinerante II - mística de abertura NT Planaltina



Fonte: (RAJ, 2016)

A mística é o primeiro momento de acolhida e abertura dos trabalhos, uma prática oriunda dos movimentos sociais do campo cultivada na Educação do Campo e apropriada pelos jovens em formação do RAJ. Essa riquíssima experiência é imprescindível nas atividades. Na materialidade não é possível fazer a história voltar para ser contada, mas a mística tem o poder de materializar e problematizar os contextos históricos, utilizando para esses trabalhos as diversas linguagens artísticas que são motivadoras e problematizadoras, e as mais utilizadas são canções, poesias, linguagem teatral, danças tradicionais, painéis e elementos das lutas sociais.

O RAJ trabalhou com os jovens a importância da mística, sendo realizada por todos os NTs. Construída e executada coletivamente, desperta para as questões políticas e pauta a necessidade de um olhar mais crítico para a realidade, utilizando as várias linguagens, constituída pela alegria e beleza da juventude camponesa que

a cada mística trazia os elementos e símbolos da luta camponesa que a representava. Nos encontros socializavam e apresentavam relatórios sistematizados de forma livre para expressar com as diversas linguagens artísticas.

FIGURA 15: Seminário Juventude e questão agrária socialização dos jovens



Fonte: (RAJ,2016)

Nos intervalos das atividades, havia um momento cultural com intervenções poéticas e músicas, e os jovens foram superando os desafios impostos pela timidez. Em uma atividade do RAJ, um acampado que estava participando ofereceu músicas para a coletividade e convidou o jovem Adonilton para partilhar do seu talento musical, que até então não conhecíamos.

FIGURA 16: Momento da pausa cultural - intervalo na atividade



Fonte: (RAJ, 2016)

Instigados pelo movimento causado pelo diagnóstico inicial que fizeram, entrevistaram as pessoas mais experientes da comunidade, identificando os problemas na perspectiva de começarem a pensar um projeto de intervenção e promoverem ações importantes nas suas comunidades.

No Acampamento 8 de Março, realizaram várias reuniões com a comunidade, num rico processo de construção coletiva e inserção política dos jovens participando como protagonistas nos espaços de decisão. No Assentamento Pequeno Willian, promoveram inicialmente um mutirão de limpeza da entrada da comunidade, articularam parceiros, moradores e principalmente a juventude local. Embelezaram a entrada, fizeram um abrigo para a parada de ônibus e realizaram um cineclube para debater sobre as práticas agroecológicas e experiências com bioconstrução.

FIGURA 17: RAJ no Acampamento 8 de Março criação da associação



Fonte: (RAJ, 2016)

Esses movimentos foram necessários e fundamentais para o resultado do projeto. No Acampamento 8 de Março, os jovens e a comunidade local, a partir de várias reuniões para o levantamento das demandas, definiram e encaminharam com todos os participantes, e criaram uma associação para fortalecer a comercialização dos produtos produzidos na comunidade.

FIGURA 18: Mutirão de limpeza pelos jovens do Assentamento Pequeno Willian



Fonte: (RAJ, 2015)

No Assentamento Pequeno Willian, os jovens do RAJ organizaram o coletivo da juventude, realizando com o cineclubes várias sessões para os assentados, proporcionando uma ressignificação das relações sociais. As famílias já assentadas não realizavam mais reuniões de coletividade para o lazer ou atividades culturais, deixando de ser prioridade pelo momento atual que estavam vivendo na transição do acampamento para suas parcelas definitivas no assentamento, quando todas as famílias estavam buscando estruturar-se.

O início do cineclubes possibilitou uma reaproximação das famílias em um momento diferenciado, já que o Assentamento Pequeno Willian mantém uma periodicidade mensal de reunião com todos os assentados. Tornando o momento formativo prazeroso, a comunidade passou a participar da formação dos jovens nas oficinas que aconteciam no assentamento.

FIGURA 19: Oficina de acompanhamento e monitoramento NT Planaltina



Fonte: (RAJ, 2016)

Como as atividades eram com todos jovens em formação do NT Planaltina, eles participaram diretamente da construção e execução dos outros projetos de intervenção do NT, já que, pelo seu tamanho e pelas diferentes demandas das comunidades, foi possível o núcleo propor e executar quatro projetos de intervenção.

As comunidades do DF propuseram quatro ações:

1. Assentamento Pequeno Willian → cineclube;
2. Acampamento 8 de Março → constituir uma associação;
3. Acampamento Rosely Nunes → horta comunitária agroecológica;
4. Assentamentos de Planaltina/GO, Itaúna e Flor da Serra → rearticular o grupo de teatro.

O primeiro ciclo nos ensinou e motivou a ter mais comunicação uns com os outros, aprendi muitas coisas que eu não sabia, me senti uma jovem consciente dos meus direitos e com muito mais sabedoria. Estudamos a memória e a história nesta primeira fase, eu nunca havia pensado ser tão importante registrar, com nossos cadernos de campo, as pesquisas com as pessoas mais velhas na comunidade, registrar para que tudo fique na memória, mais na frente podemos precisar e assumir como tarefa repassar todo conhecimento adquirido no Residência Agrária Jovem, para os jovens da minha comunidade que não tiveram a oportunidade de fazer o curso (LV, 28 anos, jovem em formação, 2016).

A partir da caminhada dos jovens, foram sendo pautadas atividades específicas que pudessem dar suporte na construção e execução dos projetos de intervenção. As oficinas propostas pelo projeto foram realizadas simultaneamente em todos os NTs do RAJ. A seguir, foto de atividade realizada no Acampamento 8 de Março, momento da mística de abertura.

FIGURA 20: Mística de atividade no acampamento 8 de Março



Fonte: (RAJ, 2016)

Para o fortalecimento da formação dos jovens, foi montada a biblioteca itinerante em todos os Núcleos, composta por livros doados pela CPP, que estavam vinculados com a proposta de formação dos jovens, possibilitando o exercício e acesso à leitura. Cada jovem escolhia seu livro, fazia um resumo e/ou síntese para entregar no encontro seguinte, e o grupo socializava as experiências promovidas pelas leituras.

FIGURA 21: Biblioteca itinerante do NT Planaltina

Fonte: (RAJ, 2016)

Em seguida, apresentaremos relatos dos protagonistas desse processo formativo, registros de como os jovens se perceberam e se percebem hoje como sujeitos coletivos e políticos. Assim, daremos voz coletiva aos jovens que foram dialogando durante a realização da pesquisa.

3.3 As estratégias formativas do Residência Agrária Jovem e as práticas pedagógicas que contribuem com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa

Os diagnósticos realizados em todas as áreas onde o NT Planaltina atuou possibilitaram um registro mais preciso sobre as comunidades. Os jovens em formação realizaram entrevistas com os mais experientes, propiciando a compreensão das histórias e memórias das comunidades.

Esse processo formativo foi fundamental para conhecerem a memória e as histórias de vida das pessoas que vivem nos acampamentos e nos assentamentos, pois antes alguns não tinham muito conhecimento das lutas, das histórias do local e das pessoas que moram nas suas comunidades. Foi um despertar da juventude para as questões políticas, sociais e humanas.

A oportunidade de participar deste curso possibilitou, que eu pudesse me perceber como gente, conduziu meu olhar e me fez despertar, eu me descobri, hoje afirmo com toda segurança, que sou uma nova mulher, com muito mais confiança em mim mesma, foi a forma como o curso se desenvolveu que me ajudou neste processo formativo e superativo, vários limites que eu tinha foram superados, quando parei para olhar para minha memória e história, passei a fazer os registros no diário de campo, sempre levada a fazer reflexões, as oficinas de teatro foram importantíssimas para que eu conseguisse ter mais coragem e me libertar. O curso me preparou para a vida e mudou o meu jeito de pensar e de agir, hoje consigo me posicionar, falar o que eu penso e com muito mais coerência política (Sylvaneide Pereira, entrevista concedida, 2019).

A historicidade num processo formativo materialista histórico dialético é fundamental na construção e formação dos sujeitos, pois o acesso ao conhecimento da história, principalmente a que é repassada na oralidade, contada pelos familiares e pessoas mais experientes na comunidade, viabiliza uma apropriação das memórias e histórias que fortalece os jovens camponeses como protagonistas, como sujeitos ativos e interativos nas suas realidades, que passam a ter uma visão mais crítica, compreendendo a necessidade da superação de si, para contribuir com o porvir.

Os jovens entrevistados na roda de conversa realizada na FUP, em novembro de 2018, afirmaram que a trajetória de dois anos no RAJ facilitou a aquisição de uma bagagem maior de conhecimento e formação política, a conquista do espaço dentro da universidade, onde várias comunidades tiveram a oportunidade de se conhecer trocando as suas experiências, compartilhando as realidades, aprendendo a buscar soluções coletivas. Além disso, as bolsas com que foram contemplados vieram muito a colaborar com os gastos pessoais, possibilitando desenvolver as atividades e os trabalhos de forma mais participativa e eficiente.

Conhecemos as diversas comunidades de origem dos jovens em formação, realidades bem diferentes nas quais podemos aprender

um pouco sobre cultura do quilombola, acampados e assentados da Reforma Agrária, bem como seus desafios e potenciais, apropriamos do conhecimento sobre a nossa própria comunidade e a cultura local, que era desconhecida para nós e possibilitou fazermos uma afirmação: sabemos o que queremos mudar e hoje sentimos parte do nosso território (Micaely Moreira, entrevista concedida, 2019).

FIGURA 22: Atividade em acampamento do NT Planaltina



Fonte: (RAJ, 2016)

Durante todo o período de formação do RAJ, aconteceram várias atividades diretamente relacionadas com o curso, coordenadas e organizadas pelos jovens em formação, como: oficinas de bioconstrução, mutirão de limpeza e preparatório para o ENEM, pré-acampamento para o Encontro Nacional da Juventude, curso de Formação Integrada com a Produção. Era para acontecer no Acampamento 8 de Março e aconteceu no Acampamento Nacional em Defesa da Soberania Alimentar e em Defesa da Democracia, a participação na Marcha das Mulheres Negras, participação no Seminário Internacional do Teatro e Sociedade e participação no Seminário da Juventude Rural durante a ocupação da FUP, além da participação na Feira da Reforma Agrária em Planaltina. Ocorreu ainda um encontro histórico entre dois projetos do Residência Agrária Jovem, o da UnB e o da UFMG.

FIGURA 23: Troca de experiências entre RAJs (UnB e UFMG)



Fonte: (RAJ, 2016)

Essa experiência entre os dois projetos favoreceu a interação entre os jovens, protagonizando e apresentando a estrutura formativa do RAJ, o que tinha sido realizado em cada ciclo, a participação deles diretamente na construção e condução do projeto, o acompanhamento pela coordenação, o número de atividades que promoveram. Era notória a satisfação em saber as diferenças e semelhanças entre os RAJs: um focava na formação de Técnicos em Administração de Cooperativas e o outro, na formação política na organização de movimentos sociais.

Foi oferecida a mística de troca dos cadernos (os diários de campo), para que observassem não os erros, mas como estava a apresentação do caderno, o que o(a) colega havia escrito e o que poderia complementar no seu próprio caderno. E para nós, que compúnhamos a coordenação/CPP, cada momento junto com os jovens sempre era de grande aprendizado. A cada caderno, a partir de um roteiro de observação, percebemos claramente o crescimento político e amadurecimento dos jovens no processo, evidenciando as potencialidades da formação no sistema da Pedagogia da Alternância.

O sistema da Pedagogia da Alternância tem uma função primordial para a Educação do Campo, uma vez que possibilita pensar práticas pedagógicas em tempos formativos nas realidades dos educandos, uma educação com múltiplas dimensões, articulação de teoria e prática, uma incidindo sobre a outra, uma orientando a outra, promovendo a práxis educativa, uma concretude de diversidade de atividades que tem base na materialidade real da vida.

Segundo Vásquez (2007):

Toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis [...] para afirmarmos as práticas pedagógicas da Educação do Campo como tal, partimos das primícias que estruturam essas práticas desde a construção à execução e os resultados são em diversos níveis contribuindo com a formação da consciência e a criticidade dos sujeitos em formação, seja preciso distinguir a práxis, como forma de atividade específica, de outras que podem estar inclusive intimamente vinculadas a ela.

Em seu depoimento, Micaely Moreira argumenta:

Destaco o que foi fundamental no RAJ, primeiro por ser de alternância, por ter ciranda, garantiram recursos para realizarmos todas as atividades, ótima alimentação e transporte, por ser um curso que foi direcionado para jovens que estavam concluindo o Ensino Médio ou que já tivesse concluído, para jovens de 15 a 29 anos, segundo pela excelente organização e pelo trabalho coletivo, que me ensinou a trabalhar melhor coletivamente. Se tivesse outro RAJ, eu iria propor que fosse uma política pública de Estado, para garantir que sempre teria um novo RAJ e que os outros jovens e os novos jovens sempre iriam ter acesso a essa oportunidade transformadora de vidas (Micaely Moreira, entrevista concedida, 2019).

O Residência Agrária Jovem é uma formação humana, na qual são realizadas ações e pesquisas minuciosas, um conjunto de práticas sociais e saberes para construção do entendimento e interpretações dos contextos históricos, uma revolução permanente dos sujeitos que vivenciam direta e indiretamente a formação, adquirindo uma consciência de si para si. Acontece num processo contínuo e permanente, iniciando com a realização dos diagnósticos, construção do histórico pessoal, local e territorial.

Como afirma Molina (2009), “[...] o que o faz surgir, o que lhe garante materialidade é exatamente a concretude dos processos vividos por esses sujeitos na luta cotidiana da busca de sua humanização e de seus direitos”.

Adonilton Rodrigues dá o testemunho sobre seu ingresso no RAJ:

Eu antes nunca tinha participado de nenhum curso da Educação do Campo, o Residência Agrária Jovem foi o primeiro, o curso RAJ transformou a minha vida, me transformou como pessoa e como ser humano, né, na verdade não transformou só a mim mas principalmente as pessoas da comunidade que viveram com a gente participando da organização das atividades e também tiveram a oportunidade de participar das atividades que foram promovidas, né, que aconteceram lá (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

Segundo Kolling *et al.* (1999), as experiências de inserção total do sujeito em formação nas instituições de ensino ou espaços formativos “[...] carregam a infância, criam espaços, cirandas infantis para ela, inserem a infância, a juventude em seus rituais e representações [...] É impossível pensar na educação do campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos...”. Nesses espaços de formação, a materialidade da vida se faz presente no processo formativo, dá vida aos espaços, mantém a educação atrelada à realidade da vida dos sujeitos, formando novos humanos, crianças que não veem a universidade ou a sala de aula como algo distante, mas parte da história de vida cada um.

FIGURA 24: Participação da comunidade nas cirandas do RAJ



Fonte: (RAJ, 2016)

Conhecemos as comunidades dos outros NTs também, as atividades eram, pode se dizer, itinerantes, alguns grandes encontros foram na UnB de Planaltina com todos jovens e até nossas comunidades eram convidadas a participar. Tiveram dois grandes encontros itinerantes, um foi no NT Kalunga em Cavalcante, visitamos a cidade e a comunidade do Engenho II, lindo, fomos na fonte da cultura dos Kalungas que nos apresentaram as cachoeiras e suas culturas, com apresentação do grupo de teatro criado a partir do Residência, um grupão que nem o nosso, que moravam mais de 100 km de distância um do outro, que diferente de nós que a distância é pouca de no máximo 20 km entre uma comunidade e só o Itaúna com mais de 100 km de distância (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

A juventude camponesa que participou da roda de conversa na FUP em 2018 afirma que os jovens do campo não lutam para sair do campo, pois não desejam mais desterritorializar-se, mas sim permanecer e viver com qualidade e dignidade no campo. Ser jovem do campo tem suas dificuldades, contudo destacam as suas potencialidades no saber viver no campo, do conhecimento popular e das experiências culturais tradicionais. Assumem a tarefa de resgatar o está se

perdendo e de resgatar e ativar a cultura passada entre as gerações consanguíneas ou não. São tradições que só o povo do campo tem para preservar.

Característica específica das lutas dos movimentos sociais camponeses e da Educação do Campo é a educação como uma prática social, a diversidade dos elementos que contribuíram com a formação da juventude camponesa do RAJ. Tem a criticidade como central nas ações desenvolvidas, levando em consideração o que difere as juventudes rural e camponesa. Esta última tem as especificidades da compreensão da luta pela terra dos seres políticos e sociais que são. As estratégias levam a conhecer, valorizar e multiplicar as histórias e memórias do seu povo, a transformação do nível de compreensão da realidade, organização do modo de produção de alimentos saudáveis e vida com qualidade humanamente viável, utilizando as práticas agroecológicas livres de agrotóxicos, constituindo-os em novos seres humanos com valores sociais e coletivos.

As atividades formativas do RAJ não aconteciam só na universidade, a maioria das atividades eram desenvolvidas nas comunidades dos jovens, oportunidade riquíssima para as pessoas das nossas comunidades participarem, o mesmo acontecia nos outros NTs, assim, a gente conhecia melhor uns aos outros, as outras realidades e a nossa própria comunidade. Definimos quanto coletivo da Educação do Campo, pois, éramos jovens de vários cursos, desenvolver o nosso projeto de intervenção do Cineclube junto com os jovens. Isso possibilitou organizarmos o coletivo de juventude dentro do assentamento, nos reconhecemos como jovens do campo coletivamente assumimos nossa identidade de jovens sem terra, por essa razão tive coragem de ir para luta no meu movimento como protagonista, construtora da minha própria história. O RAJ possibilitou que nós jovens tornássemos amigos de vida uns dos outros, uma parte ingressou na universidade em tempos e cursos diferentes, alguns cursam a LEdoC em outras turmas, mas é muito gratificante para mim estar cursando com alguns na minha turma e ver a evolução de cada um nessa trajetória (Sylvaneide Pereira, entrevista concedida, 2019).

Para os jovens é importante a consciência adquirida do seu papel como seres políticos e sociais, saber que são o futuro da existência das suas comunidades, que têm o agronegócio como o principal inimigo de classe, da agricultura camponesa e da natureza com suas contradições agrícolas. Por compreenderem a forma como se estrutura esse modo de produção que não gera trabalho digno, milhares de hectares de terra são desmatados, a produção voltada para exportação e não para alimentar

a população, ou seja, a consciência crítica dos jovens é amadurecida no processo de formação emancipador e libertador.

A juventude do campo agrega, além dos valores tradicionais, a linguagem tecnológica, por possuir outra relação com as tecnologias, o que facilita a vida do agricultor, que produz, recupera, conserva e respeita o meio ambiente.

Essa percepção da juventude camponesa foi ativada com o RAJ. Mesmo com todas as contradições, a juventude camponesa conseguiu despertar para suas realidades e identidades, apropriando-se do trabalho coletivo e transformando as relações sociais e a si mesma.

[...] sem dúvida ao se falar de juventude, hoje, estamos falando de pessoas, movimentos, mas também estamos falando de identidade, relações sociais e a indissociabilidade entre realidade e representação social. A permeada por definições genéricas, associada a problemas e expectativas, juventude tende a ser constantemente substantiva, isto é, definida a partir de concepções que tratam juventude como uma coisa palpável. Ou ainda, adjetivada, a partir de adjetivos como revolucionária, impulsiva, violenta. Sem que se busque a auto – percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como jovens (CASTRO *et al*, 2005, p. 1).

Se afirmarmos que o ser humano é resultado do trabalho, é fundamental compreender a contribuição do ser social a partir dele. Para Antunes (2004), “sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada, não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho”.

De acordo com LUNAS *et al*, (2009, p. 86):

O trabalho educa produzindo conhecimentos e criando habilidades para incorporar ações e comportamentos produzidos. Inclusive proporcionando o amor pelo trabalho no meio rural, construindo competências e habilidades técnicas aos diversos tipos de trabalho existentes no campo. O trabalho precisa ser visto como a maneira como o sujeito do campo produz a existência, como forma de transformação da natureza e do ser humano. Além disso, ela é condição fundante da humanização do ser humano.

A transformação do sujeito pelo trabalho se dá num contexto que leva as dimensões formativas do próprio trabalho por ele desenvolvido. A jovem do RAJ Sylvaneide (2018) afirma que “o Residência me fez pensar diferente, me fez ter outros valores com o trabalho coletivo, tudo que a gente fez foi junto com os outros jovens da comunidade, ou tinha encontro de formação onde a gente sempre

aprendia muito com todos os jovens". Destaca a importância de ter o acompanhamento efetivo dos jovens em formação pela coordenação: "a coordenação estava sempre com a gente, ensinando, motivando a gente e aprendendo com as nossas experiências de vida junto com as nossas comunidades".

A compreensão do trabalho coletivo articulado com o processo formativo, o processo histórico da vida dos sujeitos, comunidades e territórios contribuindo com uma formação das práticas pedagógicas. O processo formativo do trabalho coletivo ressignifica para os envolvidos o sentido do trabalho em uma perspectiva totalmente emancipatória quando compreende a sua função social e a demanda real, possibilita acessar outras dimensões que articulam nos processos da luta pela terra.

Essa concepção da história traz entranhada em si uma concepção de formação humana: as pessoas se formam fundamentalmente nos processos de produção e luta pela preservação e continuidade da vida, na relação com a natureza, pelo trabalho. Por isso trata, nessa concepção, do princípio educativo do trabalho, que também se materializa com a luta como organização coletiva, como cultura e visão de mundo. Essa concepção de formação humana, por sua vez converte em uma chave teórico – metodológica, para analisar todas as práticas educativas com finalidades emancipatórias e mesma perspectiva de classe, de projeto histórico (CALDART, 2019, p. 57).

Das atividades propostas e realizadas, vale destacar o movimento do trabalho realizado com as múltiplas linguagens, já apresentado anteriormente, pesquisas para registros da memória e história, levantamento das demandas com os diagnósticos para construção dos projetos de intervenção, oficinas de projeto, de escrita coletiva, de Teatro do Oprimido, de associativismo e cooperativismo, de horta comunitária agroecológica e curso de audiovisual, estratégias das práticas pedagógicas em uma perspectiva de formação em múltiplas dimensões.

A questão das experiências e participação coletiva, o vivenciar as experiências de outros jovens e entender que a nossa realidade ela é a mesma realidade como sujeitos camponeses, a gente estava em locais diferentes e isso me fez realmente entender que a vida da gente, a gente depende um do outro ninguém vive no mundo solto e só, a gente vive a partir do outro. O RAJ proporcionou mudanças na minha vida com o curso do audiovisual, que eu não tinha nenhuma experiência com a questão do audiovisual e a metodologia que a coordenação utilizou junto com o formador o professor Felipe, deixou a gente bem a vontade e realmente na prática eu pude aprender e

me apropriar dessa linguagem, eu mesmo tinha até medo de eu nem sabia pegar em uma câmera, não sabia ligar e nem lidar com a tecnologia muito menos como funcionava, o Residência Agrária Jovem contribuiu muito para que eu pudesse ter essa autonomia e também na minha participação na própria comunidade, isso pra mim foi um grande incentivo, questão de participar dos espaços de debates na minha própria comunidade (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

Adonilton afirma também que, em razão do Residência Agrária Jovem, foi possível assumir-se como protagonista na luta pela terra, exercendo um papel político.

Hoje faço parte da diretoria da associação sou vice-presidente, nós do RAJ junto com outros jovens do curso fizemos um projeto de intervenção na nossa comunidade e criamos a nossa associação, hoje também estou fazendo parte da direção regional do movimento, quem antes não participava dos espaços de debates hoje com uma tarefa representando um coletivo. Só isso já é uma grande transformação pra mim.

A interdisciplinaridade aglutina os saberes de linguagens e interpretações diferentes, rompendo com os paradigmas de uma estrutura de formação fragmentada, colocando em diálogo permanente as ciências, os conhecimentos produzidos e práticas. Para os jovens camponeses do RAJ, entender como se dá a formação humana, conhecer a si, o outro e a própria história, construção do ser social, histórico e coletivo, os impulsiona a acessar o protagonismo a partir do movimento histórico.

A auto-organização dos jovens em formação do RAJ foi fortalecida pelas atividades que aconteciam nas comunidades, todos se envolviam na organização demandada de cada atividade, providenciando desde o espaço para a sua realização, a ciranda infantil, a produção da alimentação e mobilização dos colaboradores. Destacamos a organização do segundo Encontro Itinerante, ocorrido no Acampamento 8 de Março, todo planejado, organizado e conduzido pelos jovens do NT Planaltina.

Fundamental no RAJ foi o empoderamento da juventude em vários outros aspectos, fomos adquirindo autonomia a partir do jeito que trabalharam com a gente, permitiu que a gente fosse assumindo o nosso processo formativo em várias dimensões, fomos os protagonistas da nossa história, através da apropriação dos meios de comunicação que sempre foi negado pra gente e sem falar na questão da escrita, tinha uma biblioteca itinerante que acompanhava

todas atividades, a gente tinha sempre que pegar um livro e escrever sobre o que a gente tinha lido, fazer uma síntese, aprendemos a fazer texto coletivo, durante meses a gente ia escrevendo lia no telão e escrevia de novo, fizemos um textão coletivo de 15 páginas para o livro do RAJ (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

Várias reuniões presenciais foram demandadas pelas equipes da organização da juventude camponesa para construir as atividades do encontro, a recepção e alojamento de mais de sessenta pessoas, grande atividade que iria acontecer no NT Planaltina. Juntos, os jovens pensaram as camisetas, lembranças, místicas, atividades e o roteiro de visita dos pontos históricos nas áreas da Reforma Agrária que compunham o NT. O grande desafio encontrado foi o acolhimento dos 50 jovens e da coordenação, e imprescindível foi o envolvimento da comunidade, várias famílias adotaram por quatro dias os participantes. Foram construídos banheiros, organização dos espaços coletivos do acampamento para dar suporte ao alojamento e à ciranda (espaço de acolhimento das crianças). O resultado confirma o movimento dialético de transformação humana, política e social promovido pelo processo formativo da Educação do Campo.

O segundo Encontro Itinerante fomos nós, do NT Planaltina, que organizamos e recebemos no nosso acampamento 8 de março, foi um grande desafio receber o curso em um lugar de pouca infraestrutura, mas essa atividade mostrou para nós do que a gente era capaz de realizar coletivamente. Não levamos em cachoeiras, mas apresentamos os pontos históricos de Planaltina, a igreja de São Sebastião, o museu no centro histórico, uma riquíssima experiência de poder contar a história de origem da capital federal e levamos todos para conhecer a pedra fundamental de Brasília, o morro da capelinha aonde acontece a maior encenação da via-sacra do Brasil, apresentamos os assentamentos e acampamentos do nosso NT, tudo com suas devidas histórias e levamos também todo o conjunto de jovens e a coordenação no Circuito de Feiras da Reforma Agrária que estava acontecendo em Planaltina. Uma riqueza mesmo, oportunidade para nós jovens do MST apresentarmos desde o local que moramos ao modo de como a gente se organiza, o que produzimos de cultura música, teatro, áudio visual, danças, rodas de samba, coco, capoeira e também o que produzimos na agricultura com a Agroecologia (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

Os jovens na roda de conversa destacam como uma estratégia prática pedagógica a base formativa no Residência Agrária Jovem, cada ação

preventivamente analisada e depois de executada, avaliada. A metodologia utilizada pela CPP desde o primeiro ciclo contribuiu com a formação do sujeito, e só foi possível o fortalecimento da identidade camponesa quando os jovens assumiram o protagonismo na condução da formação no RAJ. Proporcionou para a juventude camponesa do NT Planaltina novos conhecimentos, o conhecimento através do ouvir, o que fez valorizar e dar mais importância à história e memória de luta e conquista dos companheiros e da própria família, que são os atores principais desse processo de luta histórica.

Tenho a convicção que cursos como o Residência Agrária Jovem é necessário que se tenha mais, para alcançar os jovens que estão praticamente sem perspectivas e isolados nas comunidades do campo, por isso devemos assumir como protagonistas e continuar a Luta pela Educação do Campo e pelos direitos, para que outros jovens tenham a mesma oportunidade que nós estamos tendo (Adonilton Rodrigues, jovem em formação, 2016).

A percepção política dessa juventude camponesa, quando passa por um processo formativo que lhe provoca olhar para os contextos nos quais estão inseridos, constrói junto com os processos de lutas em seus movimentos sociais e comunidades espaços para atuar na vida política da sua comunidade. A partir dos processos formativos vivenciados, os jovens passaram a fazer debates sobre o papel das juventudes camponesas, afirmaram que com o RAJ entenderam que existem dois tipos de jovens: o jovem do campo que não teve o despertar para buscar usufruir das oportunidades, que se encaixa no perfil do “tá ruim, mas tá bom”, ou aquele que não tem vontade de quebrar os paradigmas das dificuldades, para buscar o conhecimento da academia intelectual e dos seus direitos como juventude do campo, sendo aqueles sem vontade de se organizar ou inserir nas problemáticas da comunidade em que moram.

Eu destacaria que a Educação do Campo realmente faz cursos pensando na nossa história, na nossa realidade e tem movimento que é totalmente dialético, a gente entra sem saber direito quem somos, e saímos autores e produtores, verdadeiros protagonistas. Muito importante a coordenação ter colocado para caminhar com a gente, gente da gente, pessoas da nossa realidade, se fosse outra mais afastada não teria o vínculo que a gente tem por ser da mesma luta, a gente teria concluído o Residência e não teria tido esse processo riquíssimo que a gente teve e continua tendo, agora sou eu

como pesquisador e muitos de nós estamos fazendo cursos nas universidades motivados pelo Residência, que quando trouxe o curso para dentro desse espaço mostrou para nós jovens do campo que aqui também é o nosso lugar e que a gente devia ocupar esse espaço (Adonilton Rodrigues, entrevista concedida, 2019).

E tem o jovem de luta, que busca se organizar coletivamente em diversos processos de formação, capacitação, projetos educacionais que conciliam as tarefas. Para este, as dificuldades não são limites, mas desafios a serem superados, encara a realidade e abraça as oportunidades. Esse é o perfil dos jovens do NT Planaltina, grupo de jovens empoderados de atitude que estão inseridos, conscientes, que têm objetivos comuns ou diferentes, mas o que é mais importante: depois de acenderem as asas da liberdade, mantêm aceso o espírito revolucionário.

Depois de passar pelo Residência Agrária Jovem resolvi lutar por um pedaço de terra, para construir o sonho de formar um espaço que desse continuidade do que é a Comuna Panteras Negras e o que ela representa para nós mulheres sem terra. Fui morar no acampamento Marias da Terra em Sobradinho em 2017 e depois mudei para o Acampamento Dandara em 2018, sofremos um violento despejo, perdi todas as minhas coisas e materiais de construção do barraco, voltei para o Marias, mas devido as minhas demandas como mãe e universitária voltei a morar no assentamento Pequeno Willian, Não sou mais a mesma pessoa, o curso nos colocou dentro da universidade, nos despertou para ocupar aquele espaço e seguir estudando, lugar que por mais que a gente sonhasse estar, parecia distante e que jamais eu iria acessar, finalizamos o curso em 2017, fiz o ENEM e também o vestibular para LEdoC para ingressar na universidade, entrei através do vestibular, por escolha minha, o RAJ com as companheiras da coordenação, que nos acompanharam no NT Planaltina e com os jovens, me fizeram acreditar em mim e que eu era capaz, hoje sou uma universitária da UnB, faço o curso de Licenciatura em Educação do Campo no mesmo lugar que fiz o RAJ, as mesmas paredes que um dia pensei não ser o meu lugar, quando cheguei a primeira vez me senti insegura, mas o RAJ transformou em paredes que coloriram os sonhos da minha vida e hoje é uma extensão da minha casa e é também o meu lugar. O RAJ transformou esse lugar, não é mais o mesmo, o lugar de medo e distância, o curso me ajudou adquirir autonomia, credibilidade e me preparou para estar onde estou. Vivo uma expectativa de ser um dia doutora mesmo com quatro filhos, que já começam a dizer que vão estudar na escola que eu estudo na UnB, um fala que vai ser doutor juiz, o outro vai se acostumando entendendo que a universidade é de todos nós, a outra nasceu frequentando a universidade para ela é também a casa dela, onde ela vive comigo os sessenta dias das etapas, não existe distância para meus filhos com a universidade como foi para mim (Sylvaneide Pereira, entrevista concedida, 2019).

A partir das falas dos jovens entrevistados, é possível afirmar as contribuições das práticas pedagógicas utilizadas no Residência Agrária Jovem com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa que passou por esse processo formativo, acreditando em si e no coletivo, entendendo que são sujeitos coletivos de direito, colocando-os para encarar os desafios apresentados na vida e na luta pela terra e seguir com a formação, ocupando os espaços e seus lugares nas universidades.

Diante dos processos desenvolvidos no modo de produção representado pelo agronegócio, milhares de hectares são desmatados para garantir a produção de monoculturas para exportação. Essas especificidades do modo de produção adotado pelo sistema agrário brasileiro expulsam as famílias do campo, pois há sistematicamente um esvaziamento do meio rural. Para tanta terra sem gente, há muita gente sem terra inflando as periferias do meio urbano, e com o fechamento das escolas no campo as juventudes migram para as cidades para acessar a formação escolar em busca de outras oportunidades e formas de trabalho.

A lógica desigual e contraditória de acumulação do capital no campo hegemônico pelo agronegócio, cada vez mais dificulta e inviabiliza a reprodução material da vida das famílias camponesas. Ficar ou sair não é simplesmente uma escolha ao bel-prazer dos jovens, mas uma difícil decisão permeada por condicionantes estruturais sobre as quais os jovens individualmente não conseguem incidir no sentido de superá-las. A superação dessas condicionantes estruturais só pode ser conseguida através de intensas lutas coletivas, que disputem e pressionem o Estado, e o façam agir através de políticas públicas específicas, que sejam capazes de suprir as necessidades das juventudes camponesas, criando, de fato, as condições para que as mesmas possam realmente escolher viver no campo sua *condição juvenil* (LEÃO *et al*, 2015, p. 15).

É uma forma de produção que tem sua base na acumulação do capital, com foco na exportação, superexploração da mão de obra e a terra como mercadoria. Nesse contexto, os jovens que permanecem no meio rural não encontram muitas perspectivas de vida e custeio para o pequeno produtor e para a agricultura familiar. Nessa perspectiva, as condições dos camponeses não são adequadas diante das necessidades reais para aqueles que se propõem a produzir alimentos saudáveis para nossas mesas, que são insuficientes para garantir uma produção que

financeiramente possibilite qualidade e dignidade para as famílias do campo e, assim, a juventude camponesa vive um processo de negação da própria identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Vida sem terra
 Lutar
 Costruir
 Reformar...
 Pessoas que sofrem
 Olhos que choram
 O frio que bate
 A fome que destrói
 Um punho que se ergue
 Um olhar que brilha
 Um coração que dispara
 Não mais se vê um
 Mas uma multidão
 O povo que faz revolução...
 Na beira da estrada
 Há uma família acampada
 Uma lona estendida
 Faz sua morada
 Ninguém vê, quem vê ignora
 E pela estrada vão se embora
 Um punho que se ergue
 A multidão que se levanta
 Indignada...
 Somos gente
 Somos filhos da terra
 Somos quem luta
 Livres e fortes
 Somos Sem Terra
 (Lorena Aparecida dos Santos)*

*Que seria das revoluções sem seus
 hinos?
 Que seria da luta sem os poetas?
 Que seria do Movimento Sem Terra
 Sem sua mística, sua poesia cotidiana?
 Aos militantes/artistas, artistas/militantes,
 Que transformam em beleza nossas
 dores,
 Conquistas, convicções, amores,
 indignação,
 Que plantam flores em nossos caminhos
 E nos fazem caminhar mais livres
 (MST – Versando a rebeldia)*

Do próprio lugar de fala, concluímos esta pesquisa a partir do olhar como pesquisadora membro da equipe de coordenação, somado aos acúmulos da minha

própria história de vida totalmente articulada às experiências aqui (re)produzidas e interligada com a juventude camponesa participante desse trabalho. Um caminhar poético, embalado pelas canções da luta e da Educação do Campo, pela beleza mística da luta pela terra, conhecimentos acessados e construídos nos balaios dos saberes produzidos com muito afeto, amor, respeito e coletividade para avançar.

Foi empreendido um esforço com esta pesquisa de fazer registros e reflexões sobre a experiência do Programa Residência Agrária Jovem - UnB (RAJ). Para isso é fundamental fazer a articulação das categorias do materialismo histórico dialético (totalidade, historicidade, materialidade, mediação e contradição) que direcionam este trabalho com sujeitos participantes de um processo formativo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades humanas e profissionais para mobilizar, articular e colocar em ação valores e conhecimentos.

O percurso histórico de vida e as bases formativas da pesquisadora se entrelaçam na complexidade dialética da luta pela terra e no vivenciar da execução das políticas públicas da Educação do Campo, na Licenciatura em Educação do Campo e na Especialização em Residência Agrária. Estão inter-relacionados com o Residência Agrária Jovem - UnB e com os sujeitos participantes da pesquisa, juventude camponesa do Núcleo Territorial Planaltina – DF, que desenvolveram habilidades necessárias para melhor atuação nas áreas do associativismo e cooperativismo, nas dimensões educativas, artística, cultural, política e social, para uma efetiva atuação e intervenção da realidade e dos seus territórios.

Nesse sentido, o objetivo geral era: registrar e sistematizar as contribuições advindas das estratégias formativas desenvolvidas pela experiência de execução do Residência Agrária Jovem da UnB com ênfase na organização do trabalho a partir dos Núcleos Territoriais, para promoção de práticas pedagógicas da Educação do Campo que contribuem com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa.

Tal objetivo nos colocou o desafio de compreender as múltiplas contribuições e mediações da educação na totalidade para a formação da juventude camponesa da Reforma Agrária, pelas diversidades das práticas pedagógicas realizadas no processo formativo do RAJ, num contexto contra-hegemônico que caracteriza a luta de classes e fundamenta as práticas formativas.

Constatamos, no decorrer das análises, como a práxis educativa da Educação do Campo é empírica, ou seja, não se fala do sujeito sem trazer sua

própria história, cultura, comunidade e seu contexto histórico, político e social, considerados como espaços formativos. As agências formativas nas quais o conjunto de elementos é mediatizado pelas práticas coletivas dos sujeitos em formação que fazem parte de um todo vinculado diretamente com a vida dos mesmos.

O percurso formativo do RAJ, por meio de oficinas formativas, capacitando e aprofundando utilizando múltiplas linguagens (Teatro do Oprimido, audiovisual com vídeo popular e cineclubismo, técnicas de produção com práticas agroecológicas) foi um grande desafio para todos os participantes. Os resultados geraram mudanças perceptíveis na vida da juventude camponesa e dos membros da CPP. A pesquisadora foi de tal forma alcançada pelas transformações produzidas e pela experiência vivenciada, que ingressou na pós-graduação, no mestrado da Educação do Campo e se propôs a realizar este trabalho.

Dessa forma, inferimos que é imprescindível o respeito ao sujeito e à sua história, para que se desenvolvam práticas pedagógicas a partir de um novo olhar, cuja centralidade está na vida, rompendo com a forma convencional escolar, inserindo pragmaticamente o indivíduo com suas múltiplas dimensões humanas que são deixadas de fora do contexto formativo.

A materialização da Educação do Campo, para afirmar-se uma educação vinculada com e a partir das realidades dos sujeitos, tem uma estratégia fundamental de trabalhar o processo educativo com os tempos formativos da Pedagogia da Alternância, que possibilita um diálogo complexo da interdisciplinaridade, com temas geradores que partem da realidade dos sujeitos em formação.

Os jovens são levados a construir coletivamente novos conhecimentos e interpretações das realidades utilizando as linguagens que foram apropriadas por eles no percurso do processo formativo: produção de painéis, diário de campo para registros permanentes, formas diferenciadas de sínteses, como o mapa mental, sistematização gráfica, poesias, músicas, peças de teatro e produção de documentários, promovendo intervenções em diferentes espaços como universidade, escolas, comunidades e espaços públicos nas cidades.

O RAJ promove uma interlocução permanente entre as diferentes linguagens formativas em diversas dimensões, articulando saberes, conhecimentos históricos e científicos, práticas, afirmando a práxis educativa nesse exercício permanente e

dialético conhecer a si, o meio político, socioterritorial e articular ações para promover intervenções que contribuam com a transformação dos povos do campo, rompendo com o senso comum do campo como lugar do atraso e dos camponeses como pessoas subalternas.

Segundo Schlesener:

[...] assim como os dominantes instrumentalizam a linguagem e a cultura para fins do exercício do poder, a organização política das classes subalternas se apresenta como meio para elaborar a sua concepção de mundo, a sua cultura e sua linguagem, para assim se apropriar do conhecimento historicamente produzido. Sabe que se trata de uma relação extremamente desigual, mas a criação de formas de resistência não é impossível. O possível precisa ser construído a partir da leitura crítica das condições presentes, ou seja, trata – se de inventar, no interior da ação e do discurso burguês, uma nova concepção de mundo a fim de romper os elos de subalternidade tirando proveito das possibilidades metafóricas da linguagem a fim de refutar com destreza o universal legitimador do pensamento único e retomar o conhecimento na sua dimensão histórica (SCHLESENER, 2016, p. 19).

Aqui os protagonistas são os jovens, a juventude camponesa. Ao afirmar a importância dessas políticas públicas, adentramos o campo do direito para a formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que buscam reinventar-se, inseridos nas organizações e movimentos sociais do campo que lutam para garantir a produção, reprodução da existência na terra e seguir com a formação escolar sem precisar desterritorializar-se.

Historicamente a “estratégica” negligência do Estado com o campo é respaldada pela estrutura política e ruralista da sociedade brasileira, com o modo de produção agrícola que demanda grandes áreas de produção de monoculturas para exportação. Portanto, quanto mais terra sem gente, mais terra disponível para essa forma de produção; quanto menos oferta de escolarização para a juventude no meio rural, mais as famílias buscam as cidades como alternativa para a formação escolar das crianças e principalmente da juventude.

A pesquisa constatou o quanto o trabalho coletivo fortalece os novos paradigmas da educação, voltados a formar protagonistas ativos e críticos. E por meio da história e memória dos sujeitos, acessar o conhecimento das culturas de cada realidade desenvolve habilidades de fazer e nas relações sociais estabelecidas dos sujeitos envolvidos, seja direta ou indiretamente, ressignificam e reformulam seu

ser social e criam as condições objetivas da construção do gênero humano com novos valores sociais e transformadores.

O caminhar da pesquisadora não ousou ser a centralidade da pesquisa. O foco esteve em fundamentar e fazer refletir sobre as vivências geradas nos processos formativos na Educação do Campo, imprescindíveis para a sua formação humana e profissional docente, com as práticas pedagógicas vinculadas à materialidade da realidade dialética da vida dos sujeitos em formação.

A Educação do Campo é uma base formativa que contribui com a pesquisadora para ser uma educadora com metodologias e práticas diferenciadas, vinculando a docência, os processos de ensino, pesquisa e aprendizagem à realidade. No fazer junto com as educandas e os educandos, assegurando a igualdade de direito e respeitando as diferenças, os processos são vivenciados com intervenções pedagógicas e formativas da escola/universidade na vida, assim o RAJ promoveu suas ações nos Núcleos Territoriais. A Universidade de Brasília atua pedagogicamente nas comunidades e ações formativas protagonizadas pelos sujeitos em formação.

Somos seres inconclusos, em permanente processo de formação e construção de um novo humano, com novos valores e nova consciência, visando à constituição de um novo ser social, um ser que ressignifica as relações em uma dialogicidade contraditória, que constitui a história da humanidade, em que o trabalho pedagógico dentro de uma perspectiva emancipatória não basta ser só socialmente útil, pois tem uma amplitude educativa com base na formação em amplas dimensões humanas, políticas e sociais.

A capacidade do MST em agregar e organizar famílias que se encontram às margens dessa sociedade excludente serve de referência para outras formas de organização em outros contextos, que visam à formação humana na totalidade, para que os sujeitos se percebam como seres políticos e sociais capazes de construir coletivamente novas formas de organizar a convivência social e as relações constituídas de novos valores. Esse reconhecimento não é para fazer uma afirmação meramente retórica, é para trazer a complexidade das realidades dos sujeitos que fazem parte da luta pela terra do MST/DFE, um Estado constituído por migrantes oriundos de todas as regiões brasileiras.

Assim como a pesquisadora, os jovens camponeses do RAJ, em sua maioria, estão retornando às suas raízes, estão se tornando sujeitos camponeses,

retomando e conhecendo sua história de vida, reavivando a mística do pertencimento e da identidade, restituindo a história dos seus, que, ao conhecerem a si mesmos, encontram na ancestralidade as bases camponesas e de resistência do povo negro.

Reconhecer-se é um ato político que rompe com a estrutura ideológica da hegemonia, opressora na essência. As ações contra-hegemônicas promovidas na luta pela terra e por uma educação vinculada à vida dos sujeitos contribuem diretamente para que eles se tornem sujeitos históricos, protagonistas, com uma consciência ampla de si e da sociedade, sujeitos capazes de promover transformações políticas e sociais, possibilitando um reconfigurar de perspectivas, de sonhos, histórias nas quais são sujeitos ativos e críticos, protagonistas e construtores.

O trabalho desenvolvido pelo RAJ visou a estratégias com práticas pedagógicas para a formação humana na totalidade. Há algo que faz parte da essência da juventude camponesa do NT Planaltina: ser parte integrante de um movimento social do campo, como o MST. A organicidade do movimento, suas místicas e o trabalho coletivo ressignificam as relações sociais estabelecidas nos processos da luta pela terra.

As práticas da Educação do Campo com a centralidade nos sujeitos e em suas realidades vieram somar com o protagonismo dos jovens, que hoje entendem-se como sujeitos políticos construtores da sua história. O RAJ foi um mediador do conflito existencial característico da juventude, que nas trocas de experiências e nas vivências compreenderam que as identidades da juventude camponesa são diversificadas pelo contexto histórico, mas era imprescindível reconhecer que os desafios e limites eram muito similares.

A Reforma Agrária não se reduz apenas à luta pela terra, acima de tudo consiste na luta pelo direito a humanizar as relações políticas, sociais e o indivíduo, o respeito ao humano em formação, a natureza com um sistema produtivo que gera vida nos campos e florestas, nas comunidades e nos sujeitos, luta por escola do campo, uma educação que considere todas as dimensões da produção e reprodução da existência.

O trabalho coletivo humanizado é desenvolvido durante todo o percurso formativo, no qual o sujeito não reproduz as máquinas, mas se reconhece no trabalho e na função social atua como protagonista, desde o pensar a necessidade

real do trabalho ser executado, participa da sua edificação, desde as ideias primárias às contribuições necessárias para que ele seja realizado. Considerando que consciência deve estar vinculada ao meio e às relações estabelecidas, fortalecendo a identidade, podemos afirmar, a partir das pesquisas e entrevistas realizadas e das vivências, que as práticas pedagógicas do RAJ contribuem com o empoderamento e fortalecimento das identidades da juventude camponesa do NT Planaltina.

As matrizes formadoras da Educação do Campo (terra, território, cultura, histórias, memórias, os movimentos sociais camponeses e as múltiplas dimensões formativas que articulam a produção do conhecimento) são imprescindíveis para a formação humana emancipatória e não só os conhecimentos específicos de cada área do conhecimento.

Os movimentos sociais fazem com que outras relações se estabeleçam com a educação a partir dos conflitos enfrentados na luta pela terra. A forma organizativa dos movimentos sociais e as especificidades da formação de sujeitos críticos trazem a problemática da estrutura das escolas do campo e da formação dos educadores, que não podem ser dissociadas da realidade dos sujeitos em formação e que não dominem somente um conhecimento específico, pois as ciências não têm dado muita importância ao sofrimento humano e tampouco às lutas sociais.

Desse modo, concluímos afirmando que as contribuições das práticas pedagógicas da Educação do Campo utilizadas no Residência Agrária Jovem - UnB contribuem com o fortalecimento da identidade da juventude camponesa do Núcleo Territorial Planaltina:

O Residência Agrária Jovem - UnB, estimulou os jovens a ocuparem os lugares de decisão nas suas comunidades, militantes atuantes, um fazendo parte da diretoria da associação, outra assumindo a produção agroecológica na sua parcela e a outra assumido tarefas de organização da produção da cooperativa, afirmando-se como protagonistas. O RAJ colocou a juventude camponesa dentro da universidade, e os três jovens participantes seguem sua formação para serem educadoras e educador, cursando a Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura em Biologia, sonhando em ser doutoras e doutor, deixando claro que depois que entraram nesse espaço acadêmico não veem as barreiras como um impedimento, mas estímulo para superarem coletivamente e seguir com a formação.

As práticas pedagógicas utilizadas pelo RAJ são muito mais amplas que a escolarização, envolvendo todos os processos de organização, de luta social, processos educativos e formativos encontrados nas experiências e vivências nas quais o povo camponês está inserido, transformando o nível de compreensão sobre a realidade, levando os jovens em formação a compreender sua constituição social, política e as especificidades da luta camponesa.

Um importante resultado das lutas camponesas é a reterritorialização dos povos do campo, o acesso ao conhecimento da história e memória do território, das comunidades e dos sujeitos que delas fazem parte. Insere e faz com que os jovens se identifiquem como camponeses, uma centralidade da bandeira de luta pela educação dos movimentos sociais do campo, formar sujeitos críticos, que sejam capazes de contribuir com as transformações sociais e políticas que favoreçam suas comunidades e territórios.

Em meio à transdisciplinaridade dos conhecimentos que estão para além das disciplinas, com a produção do conhecimento em que dialogam o científico e o popular nas práticas das vivências dos sujeitos em formação, pensando o contexto histórico de formação da sociedade brasileira, as contradições empíricas na educação, no campo e nas políticas públicas, ou seja, na materialidade das lutas dos sujeitos dos movimentos sociais do campo, com as múltiplas determinações dos fenômenos históricos, um processo dialético permanente de desconstrução e construção, do mais amplo ao específico, na totalidade, e não um recorte parcial formando sujeitos protagonistas ativos nas suas realidades.

Esses jovens ao compreenderem o contexto político e social no qual estão inseridos, passam a compreender os conflitos e as correlações de forças que estruturam a sociedade. Assim, a partir das experiências vivenciadas, podemos concluir, respeitando as especificidades de cada jovem, que a identidade de juventude camponesa se fortalece no processo formativo no Residência Agrária Jovem UnB - RAJ, onde são estimulados e acessam ferramentas que os levam a assumirem o protagonismo no processo formativo, político e social como lutadores por seus direitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. CALDART, Roseli S. MOLINA, Mônica C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AZEVEDO, José S. G. O governo Bolsonaro: movimento em pinça de várias dimensões. *In*: LEITE, Acácio Zuniga *et al.* **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 63 – 82.

BEGNAMI, João B. Pedagogia da Alternância em movimento. *In*: MOLINA, Mônica C. MARTINS, Maria de Fátima A. (org.). **Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 9) p. 255-278.

BEZERRA, Cristina S. Cultura e hegemonia: a construção do debate cultural em Gramsci e os desafios contemporâneos. *In*: **Cadernos de Estudos da Escola Nacional Florestan Fernandes nº 5 Gramsci e a formação política**. Edição: Coletivo Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes (org.). São Paulo, 2012.

BOAL, Julian. Pondo o Teatro do Oprimido na história. *In*: VILLAS BÔAS, Rafael L.

PEREIRA, Paola M. (org.). **Caderno 2 do Residência Agrária – UnB: Cultura, Arte e Comunicação**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. Vários autores. p. 75-86.

BRASIL. **Decreto n. 7.352, de 4 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Pronera. Ministério da Educação. Brasília, 2010.

BRASÍLIA, DF: Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/ 92 a 67/ 2010, pelo Decreto nº 186/ 2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/ 94. 2011.

CALDART, Roseli S. **Desafios do vínculo entre o trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**. Texto apresentado como trabalho encomendado na 36ª Reunião da Anped, GT, Trabalho e Educação, Goiânia, 2013.

CALDART, Roseli S. *et al.* **Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CALDART, Roseli S. Concepção de Educação do Campo: um guia de estudo. *In*: MOLINA, Mônica C. MARTINS, Maria de Fátima A. (org.). **Formação de formadores: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 55-76. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 9).

CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, Ricardo. **Gramsci e os conceitos de hegemonia**. Cadernos do ICP (instituto Caio prado Jr. n. 1. Salvador; Quarteto; São Paulo: ICP, 2011. 70 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, Bernardo M. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, Mônica (org.) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

FERNANDES, Bernardo M. Educação do Campo e território camponês no Brasil. *In*; SANTOS, Clarice A. (org.) **Campo, políticas públicas, educação**. Coleção Por uma Educação do Campo - Caderno 7. Brasília: NEAD, 2008.

FETZNER, Rosana *et al.* Ciclos e democratização do conhecimento escolar CALDART, Roseli Salete (org.). **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Licenciado gratuitamente para Anca/ MST.

KOLLING, Edgar J.; MOLINA, Mônica C. (org.); **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção Por uma Educação do Campo. Caderno 1. Brasília: Fundação da Universidade de Brasília, 1999.

LAUREANO, Delze S. **O MST e a Constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil..** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M. C; LOPES, João A. MONTENEGRO, J. L. A. Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, n. 1 e 2, v. 29, n. 1, p. 174-190, jan./2009 a jun./2010.

PONTES, Maria L. Sujeitos Coletivos de Direito. *In*: **Dicionário da Educação do Campo**. Caldart, R. *et al.* (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PRONKO, Marcela, FONTES, Virgínia. Hegemonia. *In*: **Dicionário da Educação do Campo**. Caldart, R. *et al.* (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Elizana M. **Trabalho coletivo, interdisciplinaridade e auto-organização dos educandos:** contribuições da LEDOC para práticas educativas contra-hegemônicas na experiência do Projovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal. Orientadora: Mônica Castagna Molina. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade de Brasília, 2017.

SCHLESENER, Anita H. **Grilhões invisíveis às dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e educação em Gramsci** [on line]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. Disponível em: <http://boks.scielo.org/id/y3zhYepub/Schelesener>.

SILVA, Marco A. B. R. **Questão agrária e luta pela terra:** a consolidação dos assentamentos de Reforma Agrária do MST no Distrito Federal e Entorno. Orientador: Perci Coelho de Souza. Tese (outorado em Política Social). Universidade de Brasília, 2017.

SILVA, Kátia A. C. P. C. Epistemologia da práxis na formação de professores. *In:* MOLINA, Mônica C. MARTINS, Maria de Fátima A. (org.). **Formação de formadores:** reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 279-298. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 9).

SOUSA JÚNIOR, José G. **O direito achado na rua:** concepção e prática. Rio de Janeiro: Lumen Juris., 2015.

SOUZA, Maria José A.; TORRES, Paulo R.; PITA, Flávia A. (org.). **O direito e a Educação do Campo:** experiências, aprendizagens, reflexões Turma Elizabeth Teixeira e a Educação Jurídica. V.1 Salvador: Editora UEFS, 2018.

STÉDILE, João P. **A questão agrária no Brasil:** interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

STEDILE, João P. A luta por reforma agrária e a produção do conhecimento. *In:* Cadernos do ITERRA. **II Seminário Nacional O MST e a Pesquisa.** ITERRA. Veranópolis, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis.** Tradução de Maria Encarnación Moya. 2. ed. Buenos Aires Clacso: São Paulo, 2007.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-- TCLE

Você está sendo convidado e ou convidada, a participar da pesquisa de Mestrado, "Residência Agrária Jovem – UnB: experiências de uma ação da Educação do Campo", de responsabilidade de Adriana Fernandes Souza, aluna do Programa de Pós – Graduação em Educação – PPGE/ FE da Universidade de Brasília, sob a orientação da profa. Dra. Mônica Castagna Molina.

Como sujeito participante da pesquisa, esclarecemos via esse documento, que a coleta de dados será por meio de entrevista gravadas em áudio e depois degreadas, ficando em posse da pesquisadora o material coletado à sua disposição, serão utilizadas partes da entrevista e algumas transcrições.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração, você é livre para retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação, deixamos à sua escolha se quer ou não ser identificado/a, esperamos com essa pesquisa contribuir com os registros das experiências do Residência Agrária Jovem – UnB com o recorte no NT – Planaltina.

Esse documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora e outra a ser entregue no ato da assinatura do/a participante colaborador/ a, os resultados da pesquisa serão devolvidos aos participantes por meio da dissertação impressa.

Sim desejo ser identificado/a Não desejo ser identificado/a

Silvaneide dos Santos

Assinatura do/a participante

Adriana Fernandes Souza

Assinatura da pesquisadora

Brasília, 19 de Janeiro de 2019

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

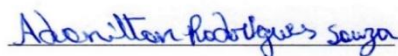
Você está sendo convidado e ou convidada, a participar da pesquisa de Mestrado, “Residência Agrária Jovem – UnB: experiências de uma ação da Educação do Campo”, de responsabilidade de Adriana Fernandes Souza, aluna do Programa de Pós – Graduação em Educação – PPGE/ FE da Universidade de Brasília, sob a orientação da profa. Dra. Mônica Castagna Molina.

Como sujeito participante da pesquisa, esclarecemos via esse documento, que a coleta de dados será por meio de entrevista gravadas em áudio e depois degravadas, ficando em posse da pesquisadora o material coletado à sua disposição, serão utilizadas partes da entrevista e algumas transcrições.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração, você é livre para retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação, deixamos à sua escolha se quer ou não ser identificado/a, esperamos com essa pesquisa contribuir com os registros das experiências do Residência Agrária Jovem – UnB com o recorte no NT – Planaltina.

Esse documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora e outra a ser entregue no ato da assinatura do/a participante colaborador/ a, os resultados da pesquisa serão devolvidos aos participantes por meio da dissertação impressa.

Sim desejo ser identificado/a () Não desejo ser identificado/a



Assinatura do/a participante



Assinatura da pesquisadora

Brasília, 20 de março de 2019

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado e ou convidada, a participar da pesquisa de Mestrado, “Residência Agrária Jovem – UnB: experiências de uma ação da Educação do Campo”, de responsabilidade de Adriana Fernandes Souza, aluna do Programa de Pós – Graduação em Educação – PPGE/ FE da Universidade de Brasília, sob a orientação da profa. Dra. Mônica Castagna Molina.

Como sujeito participante da pesquisa, esclarecemos via esse documento, que a coleta de dados será por meio de entrevistas gravadas em áudio e depois degravadas, ficando em posse da pesquisadora o material coletado à sua disposição, serão utilizadas partes da entrevista e algumas transcrições.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração, você é livre para retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação, deixamos à sua escolha se quer ou não ser identificado/a, esperamos com essa pesquisa contribuir com os registros das experiências do Residência Agrária Jovem – UnB com o recorte no NT – Planaltina.

Esse documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora e outra a ser entregue no ato da assinatura do/a participante colaborador/ a, os resultados da pesquisa serão devolvidos aos participantes por meio da dissertação impressa.

Sim desejo ser identificado/a Não desejo ser identificado/a

Micaely Moreira da Silva

Assinatura do/a participante

Adriana Fernandes Souza

Assinatura da pesquisadora

Brasília, 07 de fevereiro de 2019

PROJETO DE INTERVENÇÃO NO ASSENTAMENTO PEQUENO WILLIAN



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
 FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
 PROJETO RESIDÊNCIA JOVEM
 (CHAMADA MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014)
 FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE RURA
 Processo CNPq 473294/2014-1

PROJETO DE ATIVIDADES CULTURAIS COM AUDIOVISUAL:
 CINECLUBE JOVENS EM MOVIMENTO.

LOCAL:

Comunidade/Assentamento Pequeno Willian
 Endereço: Rodovia DF-128, Km-27, Área Rural da Pedra Fundamental
 Cidade: Brasília Município: Planaltina-DF
 CEP: 73.300-000

PARTICIPANTES DO PROJETO:

- Guilherme da Silva Santos;
- Micaely Moreira da Silva e
- Sylvaneide Pereira dos Santos.

PARCEIROS:

- MST-DF e Entorno os setores de: Educação, Formação, Cultura, Juventude e Comunicação; ASPRAFES (Associação dos Produtores e Agricultores Familiar Esperança) do Assentamento Pequeno Willian; Espaço de Cultura e de Pesquisas “Comuna Panteras Negras”; Universidade de Brasília/ Campus Planaltina - Residência Agrária Jovem; IFB (Instituto Federal de Brasília); Rádio Utopia e amigos do Centro Histórico de Planaltina.

INTRODUÇÃO:

O Assentamento Pequeno Willian surgiu após uma ocupação realizada pelo MST-DF e Entorno, em Planaltina/DF no ano de 2004, para denunciar o uso intensivo de agrotóxico proibidos no Brasil, que era utilizado na fazenda Toca da Raposa. Logo após essa ocupação a partir de um processo de despejo realizado em 24 horas, das 120 famílias que participavam, organizou se um acampamento chamado Ireno Alves, montado em frente a esta fazenda.

O Assentamento Pequeno Willian está localizado em Planaltina, uma regional administrativa do Distrito Federal, uma cidade histórica com alguns pontos turísticos. Pela falta de atividades culturais nas áreas rurais, elaboramos o projeto cineclube, para através dele incentivar a juventude, mostrando para elas o quanto a cultura é importante, contribuindo com desenvolvimento dos jovens, mostrando a eles filmes mais voltado a luta da residência agraria e muitas outras, ajudando eles a se unir e trocarem conhecimentos fazendo assim jovens mais sábios e conhecedores da sua própria história.

JUSTIFICATIVA:

Decorrente da demanda de atividades culturais na área rural, na comunidade em que vivemos, decidimos por uma específica, que é o Cineclube, assim, possibilitará formação política dos participantes, a partir dos debates mediados por nós e ou convidados, como entretenimento e a união entre a comunidade, principalmente a Juventude Camponesa.

OBJETIVO GERAL:

Promover sessões mensais de Cineclube, com debates para jovens da comunidade local e de outras visando à organização política dos jovens e o acesso às atividades culturais na

área rural.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Incentivar os jovens a desenvolver atividades culturais e se organizarem politicamente;
- Trocar experiências e conhecimentos através dos debates e
- Promover interação entre os jovens da luta pela terra no núcleo territorial de Planaltina/DF.

METODOLOGIA:

- Promover três Ciclos de Formação com o Cineclube: Trabalhar com os filmes através de ciclos formativos, construídos coletivamente com os setores: de Educação, Formação, Cultura e Comunicação do MST e realizar uma formação em uma perspectiva política processual e contínua.

DEMANDAS DO PROJETO:

1- *Data-show*, caixa de som amplificada, telão, computador, 50 mídias DVD virgens, banner do cineclube.

ORGANIZAÇÃO FORMATIVA DOS CICLOS:

1º Ciclo- A luta pela terra e a questão agrária no Brasil;

2º Ciclo- A questão do racismo e dos preconceitos (gênero, violências contra mulheres/jovens e crianças, diversidade sexual e outros) e

3º Ciclo- A Juventude na luta política.

1º Ciclo- A luta pela terra e a questão agrária no Brasil:

a) Cabra marcado para morrer; (www.youtube.com/watch?v=JE3T_R-eQhM)

b) Filmes do cinema da terra: Dvds: 1,2,3,4,16,17,18 e 21 do kit cinema da terra.

c) Tapete vermelho (www.youtube.com/watch?v=VUsjEq9sE-c).

d) Terra para Rose (www.youtube.com/watch?v=tbP6Ffo-Smm)

2º Ciclo- A questão do racismo e dos preconceitos (gênero, violências contra mulheres jovens e crianças, diversidade sexual e outros):

a) Quilombo (www.youtube.com/watch?v=v7CYGqJsFvU)

b) A negação Brasil (www.youtube.com/watch?v=jJFCEpc7aZM&list=PLIZ9Dyq1zKSpZhKAvbK3PaUxD9Foq3Vw) v

c) Longa de animação Persépolis (www.youtube.com/watch?v=Wb-Vle1oDBO)

d) Média-metragem "Criança a alma do negócio" (www.youtube.com/watch?v=KQQRHH4RrNc) v

e) Curta "A invenção da infância" (www.youtube.com/watch?v=MxjmezbpBK8)

3º Ciclo- A Juventude na luta política:

a) Brigada de Agitp rop Marighella:

-Marighella no VI Congresso: (www.youtube.com/watch?v=pBq-KUwr4qE)

-Marighella na segunda etapa (www.youtube.com/watch?v=iW-MT7n4jfl)

-Marighella na terceira etapa: (www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1100110303395016)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1099329750139738)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1096526953753351)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1093423764063670)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1088771937862186)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1088188584587188)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1087276428011737)

(www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1086407611431952)

b) Juventude MST no 6º Congresso (www.youtube.com/watch?v=ne1iQtPBFuQ) e (www.youtube.com/watch?v=lnTDdX6blqI)

c) Convocatória Jornada da Juventude MST-SC (www.youtube.com/watch?v=1AOWe-MLGdU).

Essas sugestões iniciais devem ser ampliadas por outros filmes, vídeos curtos, e etc, pesquisados pela própria juventude camponesa envolvida no cineclube. É muito importante também que aqueles envolvidos na condução do processo possam assistir previamente ao material com um olhar pedagógico de preparar o debate, buscando questões e,

especialmente, objetivos posteriores que deem intencionalidade política à atividade de cinema.

CONCLUSÃO

Concluimos que esse projeto é necessário para mostrar o quanto a cultura é importante para a formação dos jovens, incentivando-os a conviver socialmente, organizando politicamente, fazendo com que eles se vejam na luta e o quanto a participação deles é essencial para a comunidade e para os processos de luta popular.

PROJETO DE INTERVENÇÃO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP

PROJETO RESIDÊNCIA JOVEM (CHAMADA MCTI/MDA-INCRA/CNPq N° 19/2014 – FORTALECIMENTO DA JUVENTUDE RURAL)

Processo CNPq 473294/2014-1

PROJETO DE INTERVENÇÃO

ASSOCIATIVISMO NO ACAMPAMENTO 8 DE MARÇO

Adonilton Rodrigues Souza,

Aline Cristina da Rocha Rodrigues,

Kadja Cristina de Jesus Bandeira e

Luciana Vieira de Souza

BRASÍLIA/ DF, 2016

INTRODUÇÃO

O Acampamento 8 de Março é originário da quarta ocupação, houve 3 despejos e atualmente estamos na quarta ocupação com muita luta e resistência, tendo a duração de mais de quatro anos. A quarta e última ocupação ocorreram em 8/3/2012 e está localizada na fazenda Toca da Raposa às margens da BR-020 e ao lado da DF-345 KM-06, Planaltina/DF. A área reivindicada pelo MST tem 489 (quatrocentos e oitenta e nove) hectares, porém o Acampamento possui apenas 3 (três) hectares, na totalidade a fazenda possui 1.258 (um mil e duzentas e cinquenta e oito) hectares.

O Acampamento está em um território onde um dia existiu o cerrado, que, na atualidade, o cerrado não existe mais, pois foi destruído para dá lugar ao latifúndio para a produção de soja, milho transgênico e a criação de animais de grande porte.

Na referida fazenda, é notável a grande degradação do solo e a destruição das nascentes.

Os estudantes do Projeto Residência Agrária Jovem, oriundos do acampamento 8 de Março, juntamente com os demais moradores, visam se organizar para manter e conquistar a terra reivindicada pelo MST, utilizando-se da criação de uma associação que atuará na produção agroecológica, na comercialização dos produtos excedentes e na cultura, lazer e comunicação dos moradores e da juventude rural do acampamento, assim como na prestação de serviços diversos.

Com a criação da associação, as famílias estarão com uma ferramenta juridicamente registrada para angariar recursos através de projetos e políticas públicas necessárias para o desenvolvimento social, econômico, financeiro e ambiental, durante o estágio de vivência no acampamento. E quando as famílias forem assentadas, já terão uma associação registrada e com tempo suficiente para coletivamente receberem os fomentos, Pronaf e participarem de projetos destinados ao meio rural.

Deste modo, para as famílias do Acampamento 8 de Março viabilizarem o debate para o processo de criação da associação, é de extrema importância se organizem melhor na produção e na comercialização dos produtos dos quintais e do coletivo de produção que existem no acampamento, além de viabilizar grupos de mulheres na produção de artesanatos e valorizar a cultura do local.

OBJETIVO GERAL

Criar uma associação na Comunidade 8 de Março.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Visar a melhoria da qualidade de vida econômica, social e política;
- Adquirir recursos necessários através das políticas públicas governamentais;
- Potencializar a produção, com manejo agroecológico no sistema agroflorestal, com a finalidade de comercializar e a prestar serviços em gerais;
- Fortalecer a cultura, o lazer e a comunicação;
- Capacitar e formar a juventude em conjunto com a comunidade;
- Realizar oficinas temáticas, palestras e seminários.

PUBLICO ENVOLVIDO

Juventude do Acampamento 8 de Março, os estudantes do Residência Agrária Jovem e os moradores do Acampamento 8 de Março.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica adotada pelo grupo visa primeiramente à criação de uma associação no Acampamento 8 de Março, com a instrução do Residência Agrária Jovem, em parceria com a direção do movimento MST, em especial o setor de produção, cultura, juventude e comunicação, e parceiros externos em assistência técnica, especificamente em formação, e capacitação nas áreas da produção técnica agroecológica, artística, cultural, social e educativa.

Para a realização de pesquisas de campo, bibliográficas e roda de conversa, a associação iniciará com um mínimo de 20 associados, incluindo a diretoria.

A diretoria será composta por: Presidente e Vice, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e 6 Conselheiros Fiscais, sendo 3 efetivos e 3 suplentes. No estatuto de criação, haverá cláusulas organizativas, explicativas e punitivas. Para a construção da ata e estatuto de criação, serão realizadas reuniões semanais dos estudantes e das famílias acampadas no local, tendo auxílio de um especialista no tema.

A finança para manter as despesas da criação e manutenção da associação será de responsabilidade dos associados. Visando à ampliação da cultura local, colocando à tona os problemas do território, o grupo pretende realizar mobilizações com toda a comunidade e articulações com instituições locais, buscando parcerias para incentivar a realização de atividades formativas e educativas.

RESULTADOS ESPERADOS

Esperamos que a associação seja uma ferramenta utilizada coletivamente pelas famílias acampadas, e que esse projeto fortaleça e potencialize a produção com manejo agroecológico, produzindo alimentos com qualidade e quantidade para o consumo das famílias acampadas e que comercialize o excedente, que seja utilizada para implantar e resgatar a cultura e o lazer no local, que organize a juventude e as famílias, que busque recursos financeiros, políticas públicas, fomentos, PRONAF, máquinas e equipamentos, e que contribua para o processo de formação e capacitação dos trabalhadores e trabalhadoras e da juventude local, atendendo as necessidades coletivas.